



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 100

III Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 07 de março de 2023

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Tiago Branco e Marco Costa substituído no decorrer da Sessão pela Deputada Isabel Teixeira.*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 06 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, a Sessão iniciou-se com o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentados os seguintes votos:

- Voto de Congratulação pelo centenário do Lusitânia Club Recreio Velense.

Feita a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Paulo Silveira (*PSD*) e usado da palavra a Sra. Deputada Isabel Teixeira (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

- Voto de Congratulação pelo 100º Aniversário do Lusitânia Club Recreio Velense.

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade, após apresentação feita pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*);

- Voto de Congratulação à Casa de Povo das Capelas pela comemoração dos seus 50 anos.

Após a leitura do voto, realizada pela Sra. Deputada Patrícia Miranda (*PS*), e tendo usado da palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*), o voto foi aprovado por unanimidade;

- Voto de Congratulação pelos 145 anos da Filarmónica Estrela do Oriente.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado José Pacheco (*CH*) e tendo usado da palavra o Sr. Deputado Flávio Soares (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- Voto de Congratulação pelos 25 anos da Escola Profissional de Nordeste.

O referido voto foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pela Sra. Deputada Valdemira Gouveia (*PS*);

- Voto de Congratulação pelo 25º Aniversário da Escola Profissional de Nordeste.

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Flávio Soares (*PSD*);

- Voto de Congratulação Santa Cruz Sport Club - Campeão da zona Açores, do Campeonato Nacional da segunda divisão de Voleibol Seniores Femininos.

Feita a sua apresentação pelo Sr. Deputado Manuel Ramos (*PS*) e tendo usado da palavra os Srs. Deputados João Bruto da Costa (*PSD*) e Pedro Pinto (*CDS-PP*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- Voto de Pesar pelo Falecimento de João Alberto Pereira – Presidente da Junta de Freguesia de Candelária.

O referido voto foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*);

- Voto de Pesar pelo falecimento de Rosa da Conceição do Couto Arruda Quental.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*) e depois de terem usado da palavra os Srs. Deputados Valdemira Gouveia (*PS*) e Nuno Barata (*IL*), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

Os trabalhos prosseguiram com a apresentação das Declarações Políticas:

A primeira **Declaração Política** foi apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Estevão (*PPM*), tendo posteriormente usado da palavra os/as Srs./Sras. Deputados: Rui Martins (*CDS-PP*), João Bruto da Costa (*PSD*), António Lima (*BE*), Vasco Cordeiro (*PS*), Carlos Furtado (*IND*), Nuno Barata (*IL*), bem como a Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*).

A segunda **Declaração Política** foi apresentada pelo Sr. Deputado José Pacheco (*CH*).

Participaram no debate os/as Srs./as Deputados/as: Luís Soares (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), Pedro Neves (*PAN*), Berto Messias (*PS*) e Pedro Pinto (*CDS-PP*).

Entrando na Agenda da Reunião, seguiu-se o debate conjunto das seguintes iniciativas:

- Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 62/XII – “Estatuto do Pessoal Assistente e Técnico de Apoio à Educação e Ensino”, apresentado pelo grupo parlamentar do Partido Socialista.

Após a apresentação da iniciativa, por parte do Senhor Deputado Rodolfo Franca (*PS*), pediram para usar da palavra os/as Srs./as Deputados/as: Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), Délia Melo (*PSD*), José Pacheco (*CH*), Paulo Estevão (*PPM*), Nuno Barata (*IL*), Joaquim Machado (*PSD*),

Carlos Furtado (*IND*), bem como a Senhora Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*).

Submetido a votação, o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 62/XII foi rejeitado na generalidade.

- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 41/XII – “Aprova o Estatuto do Pessoal de Ação Educativa do Sistema Educativo Regional”.

apresentado pelo Governo Regional dos Açores.

Após a apresentação da iniciativa, por parte da Senhora Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*), pediram para usar da palavra os/as Srs./as Deputados/as: Rodolfo Franca (*PS*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), Délia Melo (*PSD*), José Pacheco (*CH*), Paulo Estevão (*PPM*), Nuno Barata (*IL*), Joaquim Machado (*PSD*), Carlos Furtado (*IND*).

Em votação final global, a iniciativa foi aprovada.

No final pediram a palavra para Declarações de Voto os/as Srs./as Deputados/as: António Lima (*BE*), Délia Melo (*PSD*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Rodolfo Franca (*PS*) e Paulo Estevão (*PPM*).

Por fim, deu-se início à apresentação do **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 74/XII – “Cria o SIFROTA – Sistema de Incentivo à Renovação das Frotas dos Operadores de Tráfego Local da Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pela representação Parlamentar do IL.

Feita a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Nuno Barata (*IL*), participaram no debate as/os Sras. e Srs. Deputados: José Ávila (*PS*), António Vasco Viveiros (*PSD*) e Rui Martins (*CDS-PP*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 32 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada. Tem a palavra o Senhor Secretário.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Joana Pombo Sousa Tavares

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Manuel Gregório de Ávila

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Mário José Dinis Tomé

Marta Ávila Matos

Patrícia Maria Melo Miranda

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Tiago Alexandre dos Santos **Lopes**
Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**
Vasco Alves **Cordeiro**
Vilson Filipe da Costa Ponte **Gomes**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da **Ponte**
Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**
António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**
Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**
Délia Maria **Melo**
Elisa Lima **Sousa**
Flávio da Silva **Soares**
Jaime Luís Melo **Vieira**
João Luís **Bruto da Costa** Machado da Costa
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís Carlos Cota **Soares**
Marco José Freitas da **Costa**
Maria **Guilhermina** Ourique Moniz **Silva**
Maria **Salomé** Dias de **Matos**
Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**
Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**
Paulo Duarte **Gomes**
Sabrina Marília Coutinho **Furtado**
Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira Cabeceiras

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Rui Miguel Oliveira Martins

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Vera Lúcia Pinheiro Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha Pacheco

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Independente

Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário.

Estão presentes 54 Senhoras e Senhores Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão.

Pode entrar o público.

Senhoras e Senhores Deputados:

Esta manhã dos nossos trabalhos está reservada ao Período de Tratamento de Assuntos Políticos, conforme deliberado pela Conferência de Líderes.

Os tempos já estão expostos nos nossos placards. O Governo dispõe de 20 minutos, o PS 48 minutos, o PSD 40 minutos, o CDS-PP 16 minutos, o Bloco de Esquerda e o PPM 12 minutos, as Representações Parlamentares 10 minutos cada e o Senhor Deputado Independente de 5 minutos.

Vamos iniciar com os votos que deram entrada na Mesa. O primeiro voto de congratulação pelo centenário do Lusitânia Club Recreio Velense, apresentado pelo PSD, tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Silveira para a sua apresentação.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelo centenário do Lusitânia Club Recreio Velense

Desde finais do séc. XIX, a Vila de Velas conta com um forte movimento associativo e cultural, refletido no Clube Velense, na Filarmónica Velense, na União, na Liberdade e na Sociedade Nova Aliança. É neste ímpeto que, a 18 de fevereiro de 1923 era fundada a Sociedade Lusitânia Club Recreio Velense, com 21 elementos masculinos sob direção de Leandro Silva.

Foram sócios fundadores: José Inácio da Silveira, João Ferreira Rebelo, Manuel Vieira, José Sabino Pereira, João Sabino Pereira, João Inácio Soares, José Pereira Brandão, Virgínio Blayer da Silveira, Joaquim Soares Silveira, Carlos Pereira Cardoso, José Martins Avelas e Francisco Xavier Bettencourt.

A Sociedade Lusitânia Club Recreio Velense teve estatutos iniciais aprovados a 12 de março de 1926 pelo então Governador de Angra do Heroísmo, tendo sido

aprovados novos estatutos em Assembleia Geral, em janeiro de 1952. Nesse mesmo ano, a Sociedade apresenta uma proposta aos sócios de se organizar um grupo Dramático de Variedades, demonstrando a vontade de diversificar a sua intervenção e fontes de rendimento.

Nos primeiros dias da sua fundação, esta coletividade teve sede na loja da casa de João Sabino Pereira. Depois, alterou a sua sede para o prédio da entrada da Vila das Velas conhecido por “Casa do Engenho”, onde permaneceu até 1936, ano em que ocupa parte do prédio então adquirido por António Francisco da Silveira Pinéu na rua de São José, incluindo o Teatro Velense. Ficou aí sedeada até março de 1959, quando transita para o edifício sito à rua Dr. João Teixeira, que havia sido comprado pela coletividade em 1957 e onde até agora é a sua sede social.

O primeiro instrumental desta filarmónica foi emprestado pelo Dr. Trajano Baptista Pereira, que havia pertencido à filarmónica mantida pela família Teixeira Soares. Aos poucos e na medida do necessário, a Sociedade adquiriu instrumental para suprir as necessidades da filarmónica, tendo sido essencial a iniciativa do IV Governo Regional dos Açores de auxílio em instrumental com vista à valorização do património das coletividades filarmónicas dos Açores, que permitiu à Sociedade investir em instrumental de categoria, que valorizou a filarmónica e motivou os seus músicos, regentes e demais direção.

Ao longo deste centenário, a Sociedade Lusitânia Club Recreio Velense em geral e os seus músicos e dirigentes têm sido laureados com votos de louvor e de reconhecimento, por todo o esforço e vontade na prossecução da sua missão, da persistência em manter viva esta filarmónica musical e a cultura velense junto dos mais jovens.

A 1 de novembro de 2022, a Sociedade viu inaugurar as obras de ampliação e reabilitação da sua sede, num investimento superior a 300 mil euros, que dotou o espaço com melhores condições para a prática e ensino de música.

Atualmente, a Sociedade Lusitânia Club Recreio Velense tem em funcionamento as seguintes valências: a Filarmónica “Liberdade”, com 30 músicos; a Escola de Música, com 12 alunos; assim como Salão de Festas, Bar e Sala de jogos, que reúnem associados e comunidade em geral.

Na batuta desta filarmónica, já passaram mais de 10 maestros. Nos últimos 25 anos e atualmente, Carlos Alberto Silveira Azevedo é o maestro da Sociedade Lusitânia Club Recreio Velense, tendo substituído o seu pai Firmino Quaresma Azevedo, seu antecessor na regência desta filarmónica.

Nos Corpos de Direção da Sociedade Lusitânia Club Recreio Velense, têm passado várias personalidades dispostas a servir a comunidade e a filarmónica, com entusiasmo, empenho e firmeza, sendo Presidente da Sociedade no momento do Centenário o também maestro Carlos Alberto Silveira Azevedo.

Resistente às transformações sociais, culturais e económicas dos últimos 100 anos, fruto do empenho dos seus órgãos sociais, músicos e associados de antes, de agora e dos que há de vir, a Sociedade Lusitânia Club Recreio Velense é um espaço onde se estabelecem laços pessoais e sociais que perduram gerações, traçam futuros e marcam vidas.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Sessão Plenária no mês de março de 2023, a aprovação de um voto de congratulação pelo centenário da Sociedade Lusitânia Club Recreio Velense.

Deste voto, deverá ser dado conhecimento aos órgãos sociais da Sociedade Lusitânia Club Recreio Velense, à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal de Velas.

Horta, Sala das Sessões, 07 de março de 2023.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Senhora Deputada Isabel Teixeira, faça o favor.

(*) **Deputada Isabel Teixeira (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores
Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista congratula-se pelos 100 anos do
aniversário do Lusitânia Clube Recreio Velense e irá apresentar um voto de
congratulação, referente ao mesmo, nesta Sessão Plenária.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se
manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por
unanimidade.

Presidente: O próximo voto apresentado pelo CDS-PP, também pelo
centenário do Lusitânia Clube Recreio Velense, é apresentado pela Senhora
Deputada Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Senhor Presidente, Senhoras e
Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação
Pelo 100º Aniversário da “Lusitânia Club Recreio Velense”

No passado dia 18 de fevereiro, a Lusitânia Club Recreio Velense comemorou um século de existência, data esta digna de comemorações e distinguida pelo indiscutível contributo prestado aos níveis social e recreativo, assim como no progresso e enriquecimento da Música de Banda Filarmónica, através da Filarmónica Liberdade.

A 18 de fevereiro de 1923, foi fundada a Lusitânia Club Recreio Velense, com estatuto de sociedade, tendo sido fundadores: José Inácio da Silveira, João Ferreira Rebelo, Manuel Vieira, José Sabino Pereira, João Sabino Pereira, João Inácio Soares, José Pereira Brandão, Virgínio Blayer da Silveira, Joaquim Soares Teixeira, Manuel Vieira Rodrigues, Cristóvão Cristiano da Silveira, Carlos Pereira Cardoso, José Martins Avelar e Francisco Xavier Bettencourt.

Seis anos mais tarde, a 3 de março, sob a batuta do Regente Leandro Dias, é fundada a Filarmónica Liberdade, constituída no total por 20 elementos, que saíram à rua a tocar o ordinário “Giestas”, não tendo fardamento, mas usando fato preto e boné branco. Mais tarde existiu um fardamento azul que foi usado várias décadas. Em 1999 a farda passou a ser de cor vermelha. Graças ao saldo positivo do bar, às ajudas de associados e simpatizantes e outros apoios, este foi o fardamento que perdura em cor e modelo até aos dias de hoje.

As Bandas Filarmónicas têm assumido ao longo dos anos um papel de grande importância na criação e conservação da Nossa Entidade Local, caracterizando o espaço onde se inserem e manifestando as vivências do Nosso Povo através da música, sendo o nosso património mais genuíno aos níveis etnográfico e cultural.

A sede da Lusitânia Club Recreio Velense foi nos primeiros anos, numa loja da casa do Senhor João Sabino Pereira, sita na Rua de São José e mais tarde muda-se para a conhecida Casa do Engenho, onde permaneceu até 1936. De seguida passa a ocupar parte do prédio adquirido pelo Senhor António Francisco da Silveira Pinéu, na Rua de São José, que inclui o Teatro Velense, também propriedade deste, e aqui permanece até 30 de março de 1959, data em que se instala a atual sede, adquirida dois anos antes.

A 1 de novembro de 2022 são inauguradas as obras de reabilitação e ampliação da sua sede social, cerimónia presidida pelo Presidente do Governo Regional, sendo estas financiadas pelo Governo Regional dos Açores e pelo Município de Velas, sendo presidente da Direção o Senhor Carlos Azevedo, também Maestro da Filarmónica Liberdade.

Como acontece em todas as Filarmónicas da nossa Ilha, e da nossa Região, a Filarmónica Liberdade tem formado inúmeros músicos que se encontram inseridos nas Bandas Filarmónicas da Ilha, da Região e até do Continente, sendo estes essenciais à sobrevivência destas.

São assim 100 anos de excelência e de progresso, 100 anos ao serviço da cultura. 100 anos que marcaram muitas gerações e que deixamos votos que muitas mais venham a marcar. A Lusitânia Club Recreio Velense marcou a nossa vida, a vida do Concelho de Velas, da Ilha de São Jorge e dos Açores.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pela Comemoração dos 100 Anos da Lusitânia Club Recreio Velense.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Lusitânia Club Recreio Velense, à Câmara Municipal de Velas e aos Conselho de Ilha de São Jorge.

Horta, Sala das Sessões, 7 de março de 2023

Os Deputados Regionais.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação do voto de congratulação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, à Casa do Povo das Capelas. Tem a palavra a Senhora Deputada Patrícia Miranda para a sua apresentação.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação

À Casa de Povo das Capelas – pela comemoração dos seus 50 anos

Pelo Decreto-Lei nº 23051, de 23 de setembro de 1933, passou a ser possível a criação de Casas do Povo em todas as freguesias rurais, com personalidade jurídica e mediante a aprovação dos respetivos estatutos.

A sua missão é ampla!

Para além da previdência e assistência, incluí obras tendentes a assegurar aos seus sócios proteção e auxílio, nos casos de doença, desemprego, inabilidade e

velhice. Visa também a instrução e a cooperação em obras de utilidade, comunicações, serviços de águas e higiene pública.

No entanto, as suas competências foram sendo clarificadas, nomeadamente, no que diz respeito à sua cooperação social, às suas atividades de representação profissional, às suas funções de representação profissional das federações e às suas funções de previdência social e assistência.

Nesse sentido, após o 25 de Abril, foram vários os diplomas publicados com o objetivo de adaptar as Casas do Povo aos novos tempos.

Passaram a ser pessoas coletivas de utilidade pública, constituídas com o objetivo de promover o desenvolvimento e bem-estar das comunidades, sobretudo nos meios rurais.

Na nossa Região, o papel desempenhado pelas Casas do Povo é inequívoco, conferindo e garantindo uma forte dinâmica às comunidades em que se inserem. A Casa do Povo das Capelas, fundada por Alvará a 11 de janeiro de 1973, completa 50 anos da sua vida e da sua história, ao serviço das populações da vila das Capelas e de algumas freguesias vizinhas, celebrando, por isso, as suas bodas de ouro.

É uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos.

A Casa do Povo das Capelas manifesta a sua incumbência na prestação de serviço social, trabalho essencial na resposta às populações, nomeadamente, na ocupação de tempos livres, desde 1997, com a creche, desde 2012, com o centro de dia e com o banco de ajudas técnicas, essencial ao apoio domiciliário, que se estende a várias freguesias - Fenais da Luz, São Vicente Ferreira, Santo António, Santa Bárbara, Remédios, Ajuda da Bretanha e Pilar da Bretanha.

Daqui nota-se a latitude da sua importância, que se estende para lá das Capelas ou de Ponta Delgada, estende-se a toda a Ilha, ficando mais rica toda a população de São Miguel.

Mas como as instituições são feitas de pessoas e para pessoas, os colaboradores da Casa do Povo das Capelas, também estão de parabéns.

São autênticos parceiros, não só pela instituição em si, mas pelo seu trabalho, contribuindo para que as populações a que prestam serviço vivam melhor.

A solidariedade, muito mais do que palavras, é ação e é esse o papel que a Casa do Povo das Capelas tem vindo a desenvolver ao longo destes 50 anos.

Por tudo isto, e pela reconhecida importância do serviço social prestado pela Casa do Povo das Capelas, à população da Costa Norte de Ponta Delgada, da ilha de São Miguel e dos Açores, vem o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores, apresentar um Voto de Congratulação pelos 50 anos da Casa do Povo das Capelas.

Deste voto deve ser dado conhecimento à Casa do Povo das Capelas, direção e colaboradores, à Vice-Presidência do Governo, à Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia das Capelas; à Câmara e Assembleia Municipal de Ponta Delgada e ao Conselho de Ilha de São Miguel.

Horta, Sala das Sessões, 7 de março de 2023

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Joaquim Machado, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo Regional:

Para dizer apenas que o Grupo Parlamentar do PSD se associa a este voto que evoca o cinquentenário da Casa do Povo de Capelas e que, durante esta Sessão Plenária, apresentará um voto com o mesmo teor.

Desde já, cumprimentando o seu Presidente Carlos Sousa, bem como todos os colaboradores que dão o seu contributo àquela instituição.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Parecendo não haver, vamos passar à votação do voto de congratulação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo CHEGA, pelos 145 anos da Filarmónica Estrela do Oriente.

Faça favor, Senhor Deputado José Pacheco, tem a palavra.

Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Uma nota prévia, um voto de congratulação por uma filarmónica, enquanto elas existirem.

Voto de Congratulação

Pelos 145 anos da Filarmónica Estrela do Oriente

A Filarmónica Estrela do Oriente, da freguesia da Algarvia, concelho do Nordeste, ilha de São Miguel, assinalou em janeiro deste ano o seu centésimo

quadragésimo quinto aniversário, indicando a sua fundação em 1878 – quando era então denominada Lira de Nossa Senhora do Amparo, em homenagem à padroeira da freguesia. Na altura, eram 14 os músicos liderados pela batuta do maestro Manuel Silveira Machado, natural de Rabo de Peixe.

A criação de uma banda filarmónica começou a despertar o gosto pela música, quer na Algarvia quer noutras freguesias vizinhas, o que levou a Lira Nossa Senhora do Amparo a apostar também na formação musical. Tal aposta permitiu que no dobrar do século, em 1900, já contasse com 29 músicos. Nessa altura já um filho da terra, Ernesto Medeiros Borges, tinha tomado a batuta e assumiu-se como maestro da banda.

No primeiro Domingo de Setembro é quando se assinala o Dia da Padroeira da Algarvia e a Lira Nossa Senhora do Amparo sempre abrilhantava as festividades. Até que em 1905 – a 8 de setembro – sem se saber muito bem porquê, após as festas em honra da padroeira, a banda fechou portas.

A freguesia ficou mais pobre sem este dinamizador cultural e, por isso, em 1906, por altura do Cortejo dos Reis – uma tradição na freguesia da Algarvia – os antigos músicos juntaram-se por iniciativa própria para dar continuidade ao referido cortejo. Era pároco da freguesia o padre Dinis Machado que se encarregou de convencer aqueles músicos que se juntaram de forma espontânea, a formar de novo uma instituição. Deu-se seguimento à banda, que foi renomeada Filarmónica Estrela do Oriente, por ter coincidido com o Dia da Epifania do Senhor.

Continuando a apostar na formação musical de jovens e na recuperação e divulgação do património musical micalense, foi declarada Instituição de Utilidade Pública em 1996 e conta atualmente com músicos de praticamente todas as freguesias do Nordeste, contabilizando quase quatro dezenas de intérpretes.

Entretanto, a Filarmónica Estrela do Oriente tem vindo a marcar presença com atuações em todo o país e tem realizado vários intercâmbios com outras filarmónicas noutras ilhas dos Açores, na Madeira, nos Estados Unidos da América, no Algarve e no Alentejo.

A 7 de Novembro de 2004, a Filarmónica Estrela do Oriente lança o seu primeiro CD, sob a maestria musical de Manuel Arruda Simões.

Em 2009, dois dos seus mais antigos músicos – David Ernesto Amaral Couto e Luís Amaral Couto – receberam da Câmara Municipal do Nordeste um diploma de Mérito Municipal, de reconhecimento por mais de quatro décadas de trabalho musical em prol da promoção da cultura local.

Nesse mesmo ano, a Junta de Freguesia da Algarvia também homenageou a Filarmónica Estrela do Oriente com a medalha da freguesia, pelo papel cultural e de envolvimento dos jovens no projeto.

Em 2015, os feitos e História desta secular filarmónica ficaram perpetuados em livro, da autoria de Adélio Amaro – também natural da Algarvia.

Por todo o trabalho que a Sociedade Recreativa Filarmónica Estrela do Oriente tem desenvolvido em prol da freguesia da Algarvia, do concelho de Nordeste, da ilha de São Miguel e até dos Açores, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentáveis aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação pelos 145 anos da Filarmónica Estrela do Oriente, do qual deve ser dado conhecimento à própria Sociedade Recreativa Filarmónica Estrela do Oriente, à Junta de Freguesia da Algarvia, à Câmara Municipal do Nordeste e à Direção Regional dos Assuntos Culturais.

Horta, Sala das Sessões, 07 de março de 2023

O Deputado Regional.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Flávio Soares, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Flávio Soares (PSD): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD, obviamente, que se associa a este voto e parabeniza a Filarmónica Estrela do Oriente pelos seus 145 anos.

São 145 anos a formar jovens e menos jovens na freguesia de Algarvia e em todo o Concelho do Nordeste e são 145 anos a levar o nome do Concelho do Nordeste e dos Açores, além fronteiras.

A Filarmónica Estrela do Oriente tem tido um papel fundamental e preponderante na formação de jovens em todo o Concelho, em especial na freguesia de Algarvia, Santana, Achadinha e Santo António Nordestinho e, por isso, é de reconhecer todo esse trabalho e todo o esforço que a filarmónica tem dedicado aos nordestenses, mas, acima de tudo, a todos os seus dirigentes que, como bem sabemos, nos dias de hoje, não tem sido fácil encontrar dirigentes para as nossas sociedades e para as nossas filarmónicas.

E, portanto, parabenizar a filarmónica e desejar os maiores sucessos para os próximos anos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhora Deputada Patrícia Miranda faça favor, tem a palavra.

(*) Deputada Patrícia Miranda (PS): Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

O Partido Socialista associa-se este voto congratulação pelos 145 anos da Filarmónica Estrela do Oriente.

É notório e incalculável o valor que estas sociedades recreativas têm no desenvolvimento da nossa cultura e na afirmação da nossa identidade.

Em específico, a Filarmónica Estrela do Oriente destaca-se pela sua resiliência, pelo seu trabalho essencial no desenvolvimento do Concelho do Nordeste, na promoção dos jovens e por tudo aquilo que representa na nossa cultura micaelense.

Dessa forma, o Partido Socialista deseja os maiores sucessos na continuação deste trabalho, em prol de todos os nossos Açores.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação pelos 25 anos da Escola Profissional de Nordeste é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem a palavra a Senhora Deputada Valdemira Gouveia para a sua apresentação.

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação
Pelos 25 anos da Escola Profissional de Nordeste

A Escola Profissional de Nordeste completou, no passado dia 9 de fevereiro, os seus 25 anos de existência.

Para assinalar este importante marco, a Escola Profissional de Nordeste promoveu uma palestra com cerca de 30 alunos daquela escola e alguns dos formadores da instituição, bem como o contributo de alguns convidados em várias áreas.

A Escola Profissional de Nordeste, ao longo dos seus 25 anos de existência, ministrou 70 cursos e formou mais de 800 jovens, em diversos ofícios e atividades profissionais, contribuindo assim para a integração destes jovens no mercado de trabalho, para o desenvolvimento do concelho de Nordeste e para o sucesso de várias empresas da ilha de S. Miguel.

Atualmente, esta escola conta com cerca de 40 alunos, cabendo a sua direção pedagógica ao Padre Agostinho Lima, que exerce esta função desde a sua fundação, em 1998.

Para além do seu corpo docente, estão afetos à escola 7 funcionários, entre pessoal administrativo, auxiliar e dirigente.

A dificuldade nas acessibilidades aquando da sua fundação, entretanto resolvida, levou a desafios acrescidos no arranque deste projeto educativo.

Hoje, a Escola Profissional de Nordeste continua a cumprir com a sua missão, 25 anos depois, continuando a contribuir para o desenvolvimento daquele Município.

Ao longo destes 25 anos, a Escola Profissional de Nordeste mereceu o contributo de excelentes formadores, designadamente na componente técnica, em cursos tão distintos como Organização de Eventos, Gestão e Equipamentos

Informáticos, Multimédia, Higiene e Segurança no Trabalho, Topografia, apenas para citarmos alguns.

Atualmente, a sua oferta formativa assenta nos cursos de Animador/a Sociocultural, Técnico/a Auxiliar de Saúde, Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital, Técnico/a de Desporto e Técnico/a Rececionista de Hotel.

Os formandos da Escola Profissional de Nordeste têm recebido, no exercício da sua formação em contexto de trabalho, elogios das mais variadas empresas e no último Campeonato Regional das Profissões esta Escola arrecadou duas medalhas: uma de ouro, atribuída a Petra Medeiros e outra de bronze atribuída a Mara Ponte, a ambas na categoria de hotelaria.

O ensino profissional, pelo seu carácter eminentemente prático, deve ser aliciante para os jovens. Porque os jovens que escolhem um percurso numa escola profissional não são “os restos” do ensino regular, como alguns responsáveis políticos defendem ou querem fazer crer.

O ensino profissional deve ser valorizado, acarinhado e nele devem ser feitos os investimentos imprescindíveis, no que diz respeito a material didático, tais como, computadores, projetores e recursos pedagógicos dinamizadores e instalações, porque sabemos todos que estes instrumentos também aliciam professores, formadores e formandos.

Cada vez mais, as Escolas Profissionais devem apostar em respostas educativas de qualidade, assentes nas reais necessidades do mercado de emprego, com vista ao preenchimento dessas vagas e à integração de jovens no mercado de trabalho.

Pela sua influência positiva na vida de formandos, pelo seu papel na fixação de alguns jovens em Nordeste, pela importância económica e social que desempenha, não poderíamos deixar de celebrar e congratular a Escola Profissional de Nordeste, pelos seus 25 anos de existência.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Sessão Plenária no dia 7 de março de 2023, a aprovação de um voto de congratulação pelo 25º aniversário da Escola Profissional de Nordeste.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao Conselho de Administração da Escola Profissional do Nordeste e à sua comunidade escolar, à Câmara Municipal do Nordeste, à Assembleia Municipal do Nordeste e à Junta de Freguesia de São Pedro de Nordestinho

Horta, Sala das Sessões, 7 de março de 2023.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Também pelo 25.º aniversário desta escola, o PSD apresenta um voto de congratulação. Tem a palavra o Senhor Deputado Flávio Soares para a sua apresentação.

Deputado Flávio Soares (PSD): Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação
Pelo 25º Aniversário da Escola Profissional de Nordeste

Quando falamos sobre a Escola Profissional de Nordeste, temos forçosamente de nos lembrar e ter a real noção sobre o meio no qual se encontra inserida, ou seja, o concelho de Nordeste.

O concelho do Nordeste, a par do concelho da Povoação, distingue-se dos demais concelhos de São Miguel pelo distanciamento dos grandes centros urbanos e pela sua pacatez que lhe são característicos, mas, mesmo assim, estes não comprometeram o seu progresso. Muito pelo contrário, apenas permitiram com que se evidenciassem características muito peculiares e atrativas e com oportunidades diferenciadas.

A Escola Profissional de Nordeste nasceu de uma vontade intrínseca do desafio da inconformidade e da renúncia à acomodação. Por isso, tem uma história, uma marca e uma identidade próprias. É, por isso, justo evocar e enaltecer o esforço daqueles que a conceberam e a projetaram, que viram, com capacidade inovadora, que o futuro do concelho de Nordeste dependia largamente da capacidade empreendedora da sua gente, e da importância que o ensino profissional poderia assumir num concelho com aquelas especificidades.

Assim, e com o intuito de dar um contributo para o desenvolvimento da região, e, em particular, promover a cultura e o ensino profissional no concelho, um grupo de gente ousada e empenhada, decide, criar, através da Santa Casa da Misericórdia de Nordeste (tendo como Provedor na altura, o senhor António Medeiros Fernandes) uma escola que possibilitasse a formação de técnicos qualificados, apostando na inserção dos jovens no mercado de trabalho, como, de igual modo, no desenvolvimento e na modernização do tecido empresarial,

como também proporcionando uma resposta às necessidades e às expectativas dos jovens nordestenses e das empresas locais.

Assim, a 9 de fevereiro de 1998, nasceu, nos antigos celeiros de S. Pedro de Nordestinho, a Escola profissional de Nordeste, dirigida por Eduardo de Medeiros, Pe. Agostinho Lima e Ana Cruz, contando, na altura, com o apoio de uma equipa técnica, constituída pelos Dr. Marco António (sociólogo), Dr. Eduardo Nicolau (jurista) e o Licenciado em história Paulo Franco.

A Escola Profissional de Nordeste iniciou a sua atividade com dois cursos profissionais de nível 3: o Curso de Técnico de Gestão Agrícola e o Curso de Técnico de Construção Civil/Condução de Obras. Para além destes cursos, ao longo do seu historial, a Escola Profissional de Nordeste ministrou cursos do programa Reativar e Formação de Ativos.

Desde 1 de Setembro de 2010, a Escola Profissional de Nordeste passou a ser uma valência da Fundação Padre José Lucindo da Graça, instituída pela Santa Casa da Misericórdia de Nordeste, que tinha por finalidade a prossecução de ações de carácter cultural, educativo, artístico, científico, social e filantrópico a desenvolver no concelho de Nordeste, tendo sido integrada, posteriormente, como valência da Santa Casa da Misericórdia de Nordeste, a 1 de fevereiro de 2021.

Sempre atenta às necessidades de formação do concelho, a Escola Profissional de Nordeste tem procurado responder às pretensões e às solicitações do tecido empresarial local, das instituições e das autarquias, e simultaneamente proporcionar a todos os formandos uma formação de qualidade, que reúna as condições essenciais para um desempenho profissional bem-sucedido. Deste modo, tem sido fundamental a cooperação existente entre a comunidade e as várias entidades, quer a nível local, quer a nível regional. O melhor exemplo que podemos referir são as inúmeras parcerias que se foram estabelecendo com as mais variadas entidades acolhedoras de estágio e de outras parcerias, com o

intuito de promover a componente prática e, conseqüentemente, uma melhor qualificação.

Atualmente, encontram-se a decorrer na Escola Profissional de Nordeste cinco cursos de Nível IV: Comunicação e Serviço Digital, Auxiliar de Saúde, Design de Comunicação Gráfica, Desporto e Animador Sociocultural. A sua criação foi, por isso, um passo importante na resposta às novas gerações e um contributo para a sua fixação no concelho.

Foram 25 anos de luta por um projeto, um conjunto de ideais que visam um fim tão simples e tão nobre: formar jovens e adultos na busca de um futuro melhor.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pelo 25º aniversário da Escola Profissional de Nordeste.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento aos órgãos sociais e direção da Escola, à Mesa Administrativa e Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Nordeste, à Câmara e Assembleia Municipal de Nordeste e ao Governo Regional dos Açores.

Disse!

Horta, Sala das Sessões, 07 de março de 2023.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista a um título alcançado pelo Santa Cruz Sport Clube é apresentado pelo Senhor Deputado Manuel Ramos, faça favor, tem a palavra.

Deputado Manuel Ramos (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Santa Cruz Sport Club - Campeão da zona Açores, do Campeonato Nacional da segunda divisão de Voleibol Seniores Femininos

A 20 de agosto de 1924 foi fundado o Santa Cruz Sport Club, um marco importante no arranque da prática formal do futebol na Ilha Graciosa, havendo mesmo a necessidade de promover a formação de duas equipas para que fosse possível haver competição futebolística na Ilha Graciosa.

Após a interrupção da atividade desportiva durante alguns anos, em 1985, este clube faz renascer o Voleibol na Ilha Graciosa dando início a um percurso de destaque nesta modalidade, no panorama Açoriano.

Da história mais recente deste clube Graciosense destaca-se:

- Em 1988, a vitória na 1ª edição da Taça Açores no escalão de seniores femininos de Voleibol;

- Em 1991, participou ativamente na preparação do primeiro grande evento de voleibol organizado na Região: a Final da Taça de Portugal de seniores femininos;
- Em 1991, foi campeão regional de Voleibol e representante dos Açores no nacional de iniciados masculinos;
- Em 1992, foi campeão regional de voleibol, em iniciados femininos;
- Em 2000 e em 2001, o Santa Cruz Sport Club sagrou-se campeão regional em iniciados masculinos e representou os Açores no Campeonato Nacional de Voleibol, tendo alcançado um honroso 3.º lugar;
- Em 2002, foi campeão regional em juvenis masculinos, tendo representado a região no Campeonato Nacional de Voleibol, naquele escalão;
- Em 2005, foi o 2.º classificado no regional seniores masculinos de Voleibol, tendo representado os Açores no apuramento do campeão da 3.ª Divisão Nacional;
- Na época 2007/2008, o Santa Cruz Sport Club garantiu a subida à II Divisão Nacional de Voleibol (Divisão A2), Série Açores, no Escalão Sénior Feminino, prova na qual se estreou na temporada 2007/2008, alcançando um honroso 3.º lugar;
- Na época 2008/2009 sagrou-se campeão regional na 2ª divisão da série Açores, título que voltou a alcançar na época seguinte;
- Na época 2018/2019, o Santa Cruz Sport Club disputou a final do Campeonato Regional de Voleibol Feminino, no escalão de juvenis;
- Na época 2021/2022, enriqueceu o seu palmarés com o título de vencedor do Campeonato Nacional da 2ª divisão, Zona Açores;
- Em 2022/2023, volta a alcançar o título de vencedor do Campeonato Nacional da 2ª divisão, Zona Açores, apurando-se, assim, para disputar a fase final do Nacional de Voleibol no escalão seniores feminino que permite o acesso ao escalão maior do vólei nacional.

Ultrapassando as dificuldades que a nossa localização geográfica nos impõe, só com a resiliência dos seus dirigentes, onde se destaca, José Avila, Manuel Guilhermino Rocha, e do seu técnico principal, Paulo Cunha, que conta com uma longa carreira dedicada ao Voleibol, só assim, ao Santa Cruz Sport Club tem sido possível alcançar sucesso nesta modalidade, projetando o nome da Ilha Graciosa e dos Açores em Portugal Continental.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário no dia 7 de março de 2023, emita o seguinte voto de congratulação:

*Esta Assembleia regozija-se pelo historial deste clube, pelos êxitos desportivos alcançados, pelo contributo prestado na formação desportiva dos jovens Graciosenses, dignificando o desporto Açoriano e **pelo primeiro lugar alcançado pelo “Santa Cruz Sport Club” no Campeonato Nacional da segunda divisão zona Açores de Seniores Femininos**, desejando a todas as atletas, treinadores, dirigentes e associados do clube os maiores êxitos desportivos.*

Do presente voto deverá ser dado conhecimento, ao Santa Cruz Sport Club, Câmara e Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa e Federação Portuguesa de Voleibol.

Horta, Sala das Sessões, 7 de março de 2023

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentado o voto.

Está inscrito o Senhor Deputado João Bruto da Costa, a quem dou a palavra.

Faça favor.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Naturalmente, o Partido Social Democrata associa-se a este voto de congratulação ao Santa Cruz Sport Clube e, permitam-me, diria não tanto pela vitória alcançada na zona Açores, para não causar também nenhum embaraço a nenhuma senhora ou senhor deputado, eventualmente adepto de outra equipa, mas pelo histórico, aliás, não é a primeira vez que o Santa Cruz alcança este feito. Não é a primeira vez também que é feito um voto de congratulação pela subida, neste caso pela vitória, na respetiva série, mas eu queria salientar, em nome do PSD, o trabalho que o Santa Cruz tem feito, em termos da formação de homens e mulheres. O trabalho que o Santa Cruz tem feito pela sua resiliência e contínua permanência no desporto e na competição e permitam-me que destaque, desde logo, alguém que é, eu diria, o principal impulsionador, o resistente dirigente desportivo, aquele que está sempre disponível, que está sempre pronto, que nunca deixa ninguém ficar mal e que está sempre à procura de melhorar e de trazer mais atletas para o Santa Cruz e que tem feito um trabalho notável ao longo das últimas décadas, que é o Manuel Guilhermino da Rocha, que de facto merece um destaque, permitam-me os outros, mas um destaque particular nesta ocasião.

E, com ele, também uma geração de jogadoras que ao longo dos últimos 20 anos, têm dedicado a sua atividade desportiva ao Santa Cruz. É para elas, sobretudo, este título, naturalmente, a nossa congratulação, mas são para elas, sobretudo, as minhas palavras e também para Manuel Guilhermino da Rocha, que tem feito um trabalho a todos os títulos, notável no desporto, graciosense e, sobretudo, no voleibol.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores e Senhoras
Membros do Governo:

O CDS-PP associa-se a este voto. É um voto merecido pelo desempenho atlético que esta equipa tem demonstrado e demonstrou recentemente, mas, tal como já foi evidenciado, por todo o palmarés que o Santa Cruz Sport Clube tem acumulado ao longo de toda a sua vida.

É um clube exemplar no campo da formação. Necessitamos deste tipo de coletividades em todas as nossas ilhas.

Portanto, estão de parabéns as atletas, toda a sua equipa técnica e todos os dirigentes, os atuais e os passados.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentado o voto.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Terminámos assim os votos de congratulação, vamos passar aos votos de pesar.

O primeiro é apresentado pelo PSD pelo falecimento de João Alberto Pereira, tem a palavra o Senhor Deputado Joaquim Machado para a sua apresentação.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo Regional:

Voto de Pesar
Pelo Falecimento de João Alberto Pereira – Presidente da
Junta de Freguesia de Candelária

João Alberto Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Candelária, completaria, no passado dia 1 de fevereiro, cinquenta e três anos. Mas quis o destino que não vivesse para o celebrar, deixando-nos a todos, autarcas, deputados, políticos, e cidadãos em geral, desprovidos de palavras para outorgar a sua dedicação e entrega à causa pública e à sua querida freguesia de Candelária, no concelho de Ponta Delgada.

O desaparecimento de João Alberto Pereira deixa um vazio difícil de colmatar, seja pela sua vertente de autarca, seja pelo seu papel de fundador e histórico presidente da Associação de Juventude de Candelária, uma associação que muito contribuiu para a dinamização social, desportiva e cultural daquela freguesia.

A cumprir o seu terceiro mandato, João Alberto Pereira, foi eleito nas eleições autárquicas de 2021 integrado no grupo de cidadãos “Sempre Candelária”. Como autarca, assim como colaborador dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Ponta Delgada, era apreciado por todos, pela sua cordialidade e competências humanas.

Exerceu funções dirigentes na Cresaçor, integrou a Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Associações e Clubes UNESCO, o Conselho Municipal da Juventude de Ponta Delgada, Conselho Interregional da Federação Nacional de Associações Juvenis, e foi organizador de semanas culturais e semanas da juventude, assim como o “Rota Jovem”, feira de atividades de cariz social e económica. Um currículo vasto, que conta também com a organização do JuveArte – Festival de Teatro – que aconteceu ininterruptamente de 1999 a 2016, e que chegou a realizar-se em diversas ilhas em simultâneo, e possibilitou o intercâmbio entre grupos de teatro açorianos, nacionais e internacionais. O seu desaparecimento constitui, pois, uma grande e irreversível perda.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento de João Alberto Pereira, Presidente de Junta de Freguesia de Candelária.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua Família, à Assembleia e Junta de Freguesia de Candelária e Assembleia Municipal de Ponta Delgada.

Horta, Sala das Sessões, 7 de março de 2023.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar, pelo falecimento de Rosa da Conceição do Couto Arruda Quental é apresentado pelo grupo parlamentar do PSD e tem a palavra o Senhor Deputado António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Voto de Pesar

Pelo falecimento de Rosa da Conceição do Couto Arruda Quental

Rosa da Conceição do Couto Arruda Quental foi uma distinta cidadã micaelense que faleceu no passado dia 8 de dezembro de 2022.

Rosa Quental era natural da freguesia da Maia, e mudou-se para a freguesia das Furnas com apenas 13 anos.

Nascida a 19 de novembro de 1933, cedo fixou residência em casa de um tio paterno, um sacerdote católico, pároco da freguesia de Furnas entre 1940 e 1980, a quem foi confiada a responsabilidade da sua educação.

Foi, aliás, nessa casa, onde fervilhava um ambiente de dinamismo social, cultural e gastronómico, que Rosa Quental cedo aprendeu a prática de fazer bolos lêvedos, tendo sido-lhe transmitida a receita original dos bolos lêvedos das Furnas, pela mão da única senhora que então os produzia na época, e que os começara a confeccionar para o Hotel Terra Nostra, após a sua inauguração, em 1933, e com quem Rosa Quental aprendeu, além da receita original, as técnicas de produção artesanal daquele que se tornaria ao longo dos anos um ex-libris gastronómico das Furnas e, na atualidade, um autêntico e genuíno embaixador dos Açores no Mundo.

De pequena produção caseira e ocasional, distribuída apenas entre familiares e conhecidos, que foram divulgando e dando a provar a outras pessoas, a

qualidade dos Bolos Lêvedos de Rosa Quental, o seu sabor e a sua textura inconfundíveis, rapidamente chamaram a atenção da comunidade local e dos muitos veraneantes e visitantes que frequentavam o Vale das Furnas, de tal modo que, em pouco tempo, já se encontravam à venda em dois conhecidos estabelecimentos de Ponta Delgada, para satisfazer a crescente procura.

E foi por acreditar que o bolo lêvedo das Furnas merecia um lugar de destaque na montra de produtos regionais, que Rosa Quental sentiu a necessidade de ter um espaço próprio, onde pudesse não só produzir o produto, como receber condignamente os seus clientes, abrindo, em 1970, o primeiro estabelecimento exclusivamente destinado à produção e comercialização de bolos lêvedos das Furnas que ainda hoje se mantém em atividade.

Rosa Quental foi assim uma pioneira, aquilo a que hoje chamaríamos uma verdadeira empreendedora, criadora de uma marca autêntica e genuína e que ganhou notabilidade e notoriedade. Os bolos lêvedos das Furnas são um emblema de uma localidade e uma fonte de riqueza e emprego da Região.

Por último, cabe-nos também enaltecer a vocação de empresária de Rosa Quental, algo invulgar nas mulheres da sociedade do seu tempo.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de Rosa da Conceição do Couto Arruda Quental.

Do presente voto seja dado conhecimento à sua família, à Câmara e Assembleia Municipal da Povoação e à Junta de Freguesia de Furnas.

Horta, Sala das Sessões, 07 de março de 2023.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentado o voto.

Tem a palavra a Senhora Deputada Valdemira Gouveia, faça favor.

(*) **Deputada Valdemira Gouveia (PS)**: Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados e Senhores Membros do Governo: O Partido Socialista associa-se ao voto de pesar pelo falecimento da Senhora Rosa Quental, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. A Senhora Rosa, conhecida na freguesia das Furnas, lugar onde residia desde os seus 13 anos, pelos seus belos bolos leves que nos aliciam a todos.

Esta cidadã açoriana com o seu empreendedorismo soube valorizar e elevar um dos elementos centrais da nossa cultura gastronómica, ao conhecimento nacional e internacional.

Passar pelo seu estabelecimento tornou-se numa atividade incontornável no turismo da nossa Região. A Senhora Rosa Quental contribui assim para o crescimento económico e valorização cultural da nossa Região.

A toda a sua família o grupo parlamentar do Partido Socialista apresenta os seus sentidos pêsames.

Disse!

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Tem agora a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL)**: Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal associa-se a este voto de pesar pelo falecimento da D. Rosa Quental. Não sem antes tecer algumas considerações pelo próprio processo que nos conduziu a este momento que vivemos hoje, com o crescimento dos fluxos turísticos para os Açores e para esta que é a grande capital do turismo açoriano, que é a freguesia das Furnas, o vale das Furnas. E também, não sem antes, fazer uma reflexão do que seria hoje o bolo lêvedo se, todos os pormenores de regulação, todas as obrigações de HACCP e outras coisas que tais, existissem quando a D. Rosa Quental perseverou em trazer até aos dias de hoje o bolo lêvedo, ainda feito numa sertã de barro e levedado num alguidar de barro com

leveduras caseiras, não teria existido, certamente, da mesma maneira que hoje não é feito da mesma forma que era naquele tempo.

Mas Rosa Quental perseverou e perseverou também na educação e na formação dos seus filhos, e isto também é de realçar. Incutiu neles o gosto pelo bolo lêvedo, pelas tradições e pela sua freguesia de Furnas, que adotou, como aqui já foi dito, aos 13 anos, mas que adotou de coração.

Ela era uma maiense, mais furnense que muitos furnenses. A D. Rosa Quental tinha uma expressão que eu ouvi pela primeira vez, muito criança, quando lá fui, numa manhã chuvosa de agosto, comprar bolos lêvedos e todo encharcado ela usou essa expressão: “As Furnas é uma freguesia tão bonita, que até o inverno vem passar o verão para as Furnas.”

E eu queria deixar essa expressão aqui, porque me parece que é também uma das marcas que nós podemos usar para promover os Açores.

Os Açores são uma terra tão boa, que até o inverno gosta de passar o verão aqui.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Vamos passar à votação deste voto de pesar:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados terminamos assim os votos que deram entrada na Mesa para esta reunião.

Vamos avançar para as Declarações Políticas. Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Estevão.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Senhor Presidente, Srs. Deputados, Senhores Membros do Governo:

Tendo em conta os condicionalismos prevaletentes na atualidade, no âmbito do abastecimento marítimo da ilha das Flores, considerou o Grupo Parlamentar do PPM que a Declaração Política que nos cabe fazer deveria centrar-se na discussão desse assunto. É um assunto que não pode deixar de ser discutido neste Parlamento. As populações necessitam de respostas. Necessitam de saber que nós, os deputados dos Açores e o Governo dos Açores, não os abandonamos nestas horas difíceis.

Já o sabem, mas importa reiterar. Mais que não fosse para demonizar as vozes dos que defendem, em artigos publicados, que está na hora de abandonar o punhado de habitantes que vive no Grupo Ocidental, que custam, na versão deles, uma fortuna ao Governo dos Açores.

Pois bem, digo-o aqui, do alto desta tribuna, que não vos abandonamos. Que estamos convosco. Que aqui ninguém deserta. Vamos fazer tudo o que temos de fazer, o que é nossa obrigação fazer, para melhorar as respostas, contrariar os elementos, afastar as brumas negras do derrotismo e proporcionar-vos todo o auxílio que seja necessário.

A ausência, no início desta Sessão Plenária, de quatro dos cinco deputados do Grupo Ocidental, devido às condições adversas que impedem, desde o passado domingo, as ligações aéreas com as ilhas do Corvo e das Flores, ilustra bem as dificuldades que estas duas ilhas enfrentam a nível das acessibilidades. Adiar esta comunicação devido à ausência desses quatro deputados, rendendo-me assim aos condicionalismos que estamos a enfrentar, não é a solução.

Existe um combate para fazer. Uma luta que é necessária ganhar. Estou certo de que eles compreenderão que o timing correto para combater as adversidades, que as ilhas das Flores e do Corvo enfrentam, é sempre a primeira oportunidade. A primeira janela de oportunidade. A primeira aberta na muralha

das adversidades que temos de enfrentar. É por isso que não desisto da comunicação. Porque a palavra desistir não existe no espírito dos povos das Flores e do Corvo. No caráter do Povo dos Açores.

Meus Senhores!

A reconstrução do porto das Lajes das Flores vai demorar anos. Vamos enfrentar, neste período, fortes condicionalismos, que os estragos causados pela tempestade “Efrain” só agudizaram. Mas o problema é permanente. As ilhas do Grupo Ocidental, mesmo sem os estragos causados nos portos, enfrentam graves problemas de abastecimento marítimo no outono/inverno, devido às condições adversas do estado do mar que prevalecem em muitos períodos desta época do ano.

Para já, o Governo Regional fretou o navio “Margarethe” para assegurar, de forma específica, o abastecimento marítimo da ilha das Flores. Este navio aproveitará todas as janelas de oportunidade e assegurará, certamente, uma maior regularidade no abastecimento. Entretanto, foram já lançados os procedimentos de urgência da reconstrução do molhe de proteção da ponte-cais. Mas estas tomadas de decisões não chegam. É necessário, como tem vindo a defender o Presidente do Governo Regional, sou disso testemunha, construir um sistema de armazenamento de bens não perecíveis e aumentar a capacidade de produção local no âmbito dos frescos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: No caso das Flores, a capacidade instalada em relação ao gasóleo e à gasolina tem-se revelado suficiente. Permite uma autonomia que ronda o mês e meio. Mas, no que se refere ao gás, como se viu recentemente, não chega. É necessário criar uma reserva de gás na ilha das Flores à imagem da que já existe na ilha do Corvo. A existência desta reserva tem protegido a ilha do Corvo nas circunstâncias mais difíceis. Mesmo quando a ilha esteve 50 dias consecutivos sem abastecimento marítimo, as reservas revelaram-se suficientes. Vamos fazer

a mesma coisa nas Flores, daquilo que já foi feito na ilha do Corvo e que está a resultar.

No que se refere aos restantes produtos, que não os combustíveis, é necessário construir um sistema de armazenamento que garanta a existência de amplos stocks de produtos alimentares de primeira necessidade, tais como a farinha, o arroz, o açúcar, sal, azeite, congelados diversos, leite e muitos outros a definir por um grupo de trabalho que estude e implemente esta solução. Não ignoro que a especificidade do clima no Grupo Ocidental constitui um desafio significativo para este tipo de armazenamento e que, devido a este facto, terão de ser utilizadas as tecnologias que estas condições específicas exigem.

O mesmo se diga em relação ao armazenamento em grande escala de materiais para a construção civil. Tudo articulado e em colaboração com os empresários locais. Tudo isto tem de ser planeado, lançado e executado com urgência nas ilhas das Flores e do Corvo.

Finalmente, no que se refere aos frescos, proponho aqui que se construa, nas ilhas das Flores e do Corvo, um sistema de estufas para a produção dos mesmos, construídas com recurso a estruturas resistentes, na linha das já existentes em ilhas como a Islândia e mesmo em algumas ilhas das Caraíbas que enfrentam, com regularidade, condições muito adversas. Mais uma vez, o sistema terá de contar com a participação de empreendedores, empresários, municípios e o Governo Regional, que apoiará a construção das infraestruturas referidas.

O que aqui se propõe, em nome do Grupo Parlamentar do PPM, na linha do já defendido pelo Presidente do Governo Regional, são ideias e soluções simples, lógicas até. Falta fazer. Falta concretizar. Essa será a verdadeira mudança. Melhorar as capacidades já instaladas e fazer o que ainda falta fazer.

Disse!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está realizada a Declaração Política.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Senhor Deputado Rui Martins, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Esta Declaração Política que o PPM aqui nos traz hoje, no grupo parlamentar do CDS, consideramos que é efetivamente oportuna. Até porque o facto de os representantes eleitos das Flores e também do Corvo, não lhes ter sido possível chegar a este Plenário, mostra bem aquilo que são as vicissitudes e as dificuldades de viver na Região, que são agravadas, obviamente, por questões meteorológicas e condicionadas, por isso.

Obviamente aquilo que tem estado em cima da mesa tem sido os problemas de abastecimento de víveres à ilha das Flores, e não só, também do ponto de vista energético, seja o gás, sejam combustíveis e isso é algo que nos deve preocupar a todos que tem sido, por força das condicionantes atmosféricas, acabou por entrar na agenda nos últimos anos, até por aquilo que aconteceu no porto comercial das Flores, que veio agravar estas dificuldades.

São pertinentes os contributos que Senhor Deputado Paulo Estêvão nos trouxe aqui e que nos devem, efetivamente, fazer refletir sobre aquilo que é a capacidade de armazenamento que cada uma das ilhas tem, nomeadamente, as mais periféricas e que, fruto também da situação atual, acabam por ver a sua

situação agravada, nomeadamente, a situação atual das infraestruturas e o facto de essa intervenção ser uma intervenção morosa que se vai prolongar no tempo, durante vários anos, deve-nos fazer priorizar aquilo que são os investimentos para colmatar e mitigar as dificuldades que sentem neste momento e que, obviamente, esperamos que não sejam agravadas, mas que é possível que em diversos momentos se façam sentir com maior gravidade.

E, por isso, as propostas são, efetivamente, algo que nos deve fazer refletir a todos. Devem ser alvo de um planeamento e de uma análise quanto à sua viabilidade económica, quer dizer, sobretudo da capacidade que o próprio governo tem para fazer alguns desses investimentos, a capacidade que o governo possa ter de estimular também empresários a fazerem esses mesmos investimentos e deve-nos fazer refletir a todos sobre aquilo que é a capacidade que nós temos em cada uma das nossas ilhas de criar condições para ficarmos menos vulneráveis a estes fatores externos e menos vulneráveis e menos dependentes daquilo que são fornecimentos externos.

E é por isso pertinente esta discussão, este assunto, neste momento e, por isso, acompanhamos aquilo que são as preocupações aqui levantadas e certamente podem contar com o CDS para colaborar nesse esforço de pensar e refletir sobre aquilo que pode ser feito em cada momento e que deve ser uma prioridade também deste Parlamento.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

(Pausa)

Senhor Deputado João Bruto da Costa, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu queria começar por cumprimentar o Grupo Parlamentar do PPM pela oportunidade e circunstância de nos trazer uma Declaração Política sobre os graves problemas de abastecimento ao grupo ocidental, que não sendo novos, são recorrentes.

A oportunidade e a circunstância têm que ver com aquilo que o Senhor Deputado Paulo Estêvão disse daquela tribuna sobre o facto de, nesta ocasião, estando na vez de o Partido Popular Monárquico fazer a sua Declaração Política, não ter havido oportunidade de nenhum outro deputado, desde logo nenhum deputado eleito pelo círculo eleitoral da ilha das Flores, poder estar presente neste debate.

E isso só vem dar verdadeira importância a esta Declaração Política porque trata-se aqui de, pela circunstância fática, de não haver voos para as Flores, desde domingo, este Plenário não deixar de dar voz aos problemas daquela ilha e do grupo ocidental.

E o facto de não haver deputados eleitos pelo círculo eleitoral das Flores neste Parlamento e nesta circunstância desta discussão, é a motivação que nós devemos ter para nos levantarmos e falarmos dos problemas que afetam aquela ilha.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Porque não podendo eles ter voz, estamos aqui nós para dar voz aos florentinos e voz aos problemas do grupo ocidental.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

E essa oportunidade, circunstância, cumprimento o Grupo Parlamentar do PPM por ela.

É um facto que nós, nos últimos anos, e em especial desde o furacão Lorenzo, temos vindo a assistir à crescente importância da gestão daquilo que são as capacidades das diferentes ilhas e do seu isolamento, em termos de estocagem de produtos essenciais, sejam os bens necessários, como o gás, os combustíveis, mas sejam também os bens alimentares que, em especial os perecíveis, geram inúmeros problemas, quer para o comércio, para o mundo empresarial, para a necessidade de manter stocks durante períodos de tempo que não são compatíveis, muitas vezes, com as margens de validade de produtos, com a dificuldade de garantir a armazenagem e o custo que isso tem, diferenciador de outros sítios com maiores facilidades de comunicação. E são estes últimos tempos que nos levam a nós, Deputados nesta Assembleia, independentemente, da ilha pela qual somos eleitos, a ter o dever de olhar para os Açores e perceber, pelo exemplo das Flores e do Corvo, mas que também já foi exemplo na Graciosa ou em São Jorge, ou noutras ilhas que têm mais dificuldade pelo seu capital económico ou pela sua dinâmica económica, de garantir que, na ausência de comunicações, não faltam os bens essenciais. É por isso, importante não deixarmos de ter a oportunidade para salientar estas diferenças que nos fazem ainda mais unidos e que nos devem fazer ainda mais unidos, nesta ideia de Região Autónoma, composta por 3 grupos por 9 ilhas e por tantas diferenças, que ao mesmo tempo, são essas diferenças que nos unem. E é por isso que o grupo Parlamentar do PSD não pode deixar de, nesta ocasião e nesta circunstância da Declaração Política do PPM sobre o isolamento e sobre a necessidade de abastecimento das ilhas do Grupo Ocidental em períodos de

tanta dificuldade como aquela que temos vivido, de lembrar que já por diversas vezes e nos últimos anos e no decorrer dos anos, estes problemas foram sendo sentidos, não obstante, ou antes ainda da destruição do porto das Lajes das Flores.

Lembrando isso, não sendo naturalmente alheio o facto da destruição do porto das Lajes ter agravado, substancialmente, este problema, mas lembrando isso, temos que lembrar o trabalho que tem sido feito, já por este Governo, em procurar as soluções que obstem a que esta situação, sendo repetível anualmente, ou nas circunstâncias em que as agravações do estado do tempo assim o obrigam, não deixem os florentinos, os corvinos ou qualquer população e qualquer povo de qualquer ilha dos Açores sem os bens essenciais ou à míngua de bens essenciais ...

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... para poder levar uma vida normal ou para poder ...

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Deputado.

O Orador: ... ter uma atividade económica, também essencial ao seu desenvolvimento.

E é por isso, mais uma vez, que sinalizo o facto, não havendo deputados da ilha das Flores presentes, para poderem dar de viva-voz a sua nota de preocupação daqueles que são os momentos que estão a ser vividos nas Flores, nós temos obrigação de dar voz às Flores, quando não há outra voz que se levante por elas. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O grupo parlamentar do PPM e o Senhor Deputado Paulo Estêvão faz uma Declaração Política sobre o abastecimento e os problemas de abastecimento da ilha das Flores, do grupo ocidental em geral, mas, principalmente, da ilha das Flores, um assunto que, na segunda Sessão Plenária consecutiva, é tema de debate neste Parlamento.

Só por si, esse facto já é muito relevante porque, efetivamente, se o Governo tivesse respondido bem aos problemas que existem e que, naturalmente, decorrem de circunstâncias que têm a ver com a natureza.

Mas, se o Governo tivesse agido bem, tivesse sido competente, ágil e determinado a resolver os problemas, tenho a certeza de que nós não estaríamos, hoje aqui, a debater pela voz do PPM este assunto. Estaríamos certamente a debater muitos outros, mas este, se as coisas estivessem bem, se a população da ilha das Flores não estivesse a passar por aquilo que está, nós não estaríamos aqui a debater este assunto.

E o PPM e o Senhor Deputado Paulo Estêvão tenta encontrar na sua Declaração Política uma espécie de inimigo do grupo ocidental, na sociedade açoriana, que eu não vejo neste Parlamento, não vejo em nenhum partido e ainda bem.

Deputado Nuno Barata (IL): Bem pelo contrário!

O Orador: E não vejo na sociedade açoriana em geral, ninguém que queira efetivamente deixar o grupo ocidental à sua sorte. E, neste Parlamento, de modo algum, encontro algum grupo ou representação parlamentar que o queira.

E a única explicação que eu encontro para essa tentativa de encontrar um inimigo externo é, efetivamente, desculpabilizar o governo pela sua incompetência pelas falhas que tem tido ao longo desse processo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: E eu fico quase incrédulo quando este Governo, mais de dois anos de ter tomado posse vem o Deputado Paulo Estêvão recomendar ao Governo que armazene produtos essenciais, gás, na ilha das Flores.

Não sabia o Governo, desde que tomou posse, que a ilha das Flores tinha constrangimentos sérios no abastecimento? Não sabia o Governo que a obra de construção do molhe nem sequer tinha começado e que era preciso garantir, perante circunstâncias complicadas, a nível atmosférico, no Inverno não se teria de garantir que havia stocks suficientes para que durante semanas não haver abastecimento regular à ilha das Flores?

Como é óbvio que havia e essa proposta do Deputado Paulo Estêvão, do PPM, é apenas um ato de boa gestão. Um ato de boa gestão que o Governo devia ter tido e não teve.

E os resultados estão à vista: falha de gás na ilha das Flores, produtos perecíveis a chegarem estragados, preços a subir, e de que maneira. E eu pergunto, quem é que compensa as pessoas por esses preços que estão a pagar? Sobre os quais não tem nenhuma responsabilidade, em que se acrescenta a inflação sobre a inflação, quem é que compensa a população por isso?

E, Senhor Deputado Paulo Estêvão, poder-nos-ia responder o que é que propõe acerca disso?

Eu lamento dizer que esta Declaração Política do PPM é, sobretudo, um ato de quem sabe que o Governo que integra está a falhar para com a ilha das Flores...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: ... e é um ato de quem, efetivamente, está desconfortável, descontente com a sua própria atuação e o Governo de quem apoia, porque está efetivamente, o PPM e o Governo que apoia, falhar com a ilha das Flores e isso tem-se visto todos os dias, com a situação que as pessoas vivem, com as dificuldades com as quais as pessoas vivem, com ausência de bens essenciais e não essenciais, para uma economia que está parada, infelizmente, e muito

devido àquela que tem sido a atuação, ou não atuação, do Governo Regional, que tem sido incompetente e pouco diligente.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Vasco Cordeiro, faça favor.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo: O grupo parlamentar do PPM traz a Plenário um assunto que, conforme já aqui foi referido, foi já abordado em Plenários anteriores. Trá-lo neste Plenário numa outra perspetiva e, aquilo que eu gostaria de salientar da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é, em primeiro lugar, a comunhão total, inequívoca e absoluta, com esta ideia da necessidade de não descurar a atenção que aquela parte da nossa região e do nosso arquipélago precisa, agora de forma especial, quando confrontada com as situações, também especiais, que está a viver.

Julgo que não é diabolizando, quem quer que seja, que isso se consegue. E, eu sei do que falo, porque em anteriores funções até cheguei a ser acusado de não gostar da ilha das Flores. Mas, isso são pormenores que a História se encarrega de colocar no seu devido lugar.

Eu gostava de salientar 2 medidas tomadas pelo Governo Regional e que vão no sentido que nós consideramos correto. A primeira delas tem a ver com o lançamento do processo, por ajuste direto, de proteção de emergência do molhe-cais, conforme o Partido Socialista alertou várias vezes.

Neste momento, o que está em causa não é apenas a questão da operacionalidade da ponte-cais. É a própria integridade da ponte-cais e este

processo, por aquilo que se conhece das notas públicas, vai no sentido correto, utilizando os mecanismos que estão à nossa disposição, ao abrigo da contratação pública para, de forma célere, se acudir a esta situação, numa perspetiva mais integral e mais estruturada.

A segunda medida que nos parece que vai no sentido correto, muito embora não resolva o problema, tem a ver com o fretamento do navio Malena, ou, dito de outra forma, com a renovação do fretamento do navio Malena.

Eu tive a oportunidade, na última Sessão Plenária, de dar conta que entendia que tinha sido precipitada a decisão do Governo Regional de mandar embora o navio, antes do termo do contrato. Mas o que releva neste momento é que a existência de um navio dedicado àquela linha permitirá que, em situações de temporal ou de agitação marítima, o navio possa aguardar para abastecer as Flores, ao invés de ter de cumprir o restante serviço que lhe está destinado se operasse, apenas, nos termos normais da operação de transporte marítimo na nossa Região.

Eu gostava, em relação à questão do armazenamento do gás, de referir o seguinte: uma sugestão que deixo ao Governo Regional porque, na minha leitura e na análise que o Partido Socialista faz, a situação do Corvo é diferente da situação das Flores e não é apenas do ponto de vista quantitativo.

O Corvo tem, neste momento, uma percentagem considerável de equipamentos que dispensam o recurso ao gás e recorrem a energia renovável. E eu acho que este tempo que vivemos e essa circunstância que nos traz a realidade da destruição e do agravamento das condições de operacionalidade do Porto das Lajes das Flores, é um tempo em que um projeto específico e reforçado de aposta na transição energética na ilha das Flores, pode contribuir para ajudar a resolver este problema. Ou seja, diminuir as necessidades de gás, de forma a que, eventuais situações de constrangimentos, possam ser mais facilmente geridas.

Esse é um processo também que me parece ser facilmente conseguido com a diligência, obviamente, que o mesmo exige.

Eu não posso deixar de fazer referência, ainda dentro da questão do fretamento do navio, a uma questão que é a seguinte: há uma necessidade que se tem revelado como óbvia. Tem de haver uma melhor articulação e uma melhor coordenação naquilo que tem a ver com o abastecimento das Flores. Tem de haver uma atenção ao detalhe, - diz-se que o diabo está nos detalhes - e acho que este é um dos casos em que se revela claramente isso. Ou seja, tem de haver uma gestão micro daquele que é o abastecimento às Flores, do ponto de vista do contato com os empresários, do ponto de vista daquilo que tem a ver com a mercadoria que chega às Flores para garantir que aquilo que chega é, efetivamente, aquilo que é mais necessário em cada momento.

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Deputado.

O Orador: Já termino, Senhor Presidente.

E, por último, deixo um apelo à Senhora Secretária Regional da Mobilidade e ao Governo Regional.

Senhora Secretária, vá às Flores! Não interessa que já tenham ido diretores regionais e outros responsáveis técnicos.

Senhora Secretária, vá às Flores!

Eu acho que é muito importante, dentro do espírito da Declaração Política do PPM, de não desistir das Flores, que a Senhora Secretária - já não falo no Senhor Presidente do Governo - que vá às Flores.

Sinalize também desta forma que o Governo Regional não deixa as Flores para trás.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (IND):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Não posso deixar de me identificar com a Declaração Política do PPM, no entanto, há um ponto no qual eu não concordo. Neste momento, o Senhor Deputado do PPM, identificou a necessidade de produção de vegetais, produtos frescos nas Flores, situação que eu concordo perfeitamente, através de um processo de estufas - que também se calhar concordo – mas, também é preciso perceber aqui uma situação, que é: há cerca de um ano atrás, estava-se a falar do encerramento da Cooperativa Ocidental, ou seja, aquilo que foi o paradigma anterior, que foi a produção nas Flores, nesse caso, da indústria transformadora de lacticínios, abandona-se esse processo e agora tem-se um novo paradigma dos vegetais.

É preciso percebermos, realmente, para onde é que queremos ir, porque se há um ano não queríamos produção nas Flores de um produto que até poderia aguardar algum tempo em armazenamento, agora estamos a falar de vegetais. É que, sinceramente, eu acho que precisamos perceber, efetivamente, para onde é que queremos ir e neste ziguezaguear sobre a economia, acho que não é saudável.

O problema dos combustíveis, nomeadamente do gás, resolve-se facilmente com mais armazenamento de gás, é só a questão de termos mais botijas de gás disponíveis e afetas à ilha das Flores. O problema da exportação e da produção para consumo próprio tem de ser analisado e com objetividade. Esse ziguezaguear de situações, nomeadamente, entre os lacticínios e agora dos vegetais, eu acho que não contribui em nada para a autonomização da ilha das Flores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Eu não quero voltar ao debate do mês passado, nem à intervenção do Senhor Deputado Vasco Cordeiro, mas eu acho que é sempre bom revisitarmos essa parte da intervenção do Senhor Deputado Vasco Cordeiro e o debate do mês passado e é bom lembrar e relembrar e voltar a lembrar, as vezes todos, todas que forem necessárias, que o Governo Regional dos Açores tinha por opção não rescindir o contrato com o Malena Margaretha, na data em que rescindiu. Isto é sempre bom que seja dito, redito, reiterado, porque, não obstante, beber de todas as preocupações do Senhor Deputado Paulo Estevão, não ouvi, da boca do Senhor Deputado Paulo Estêvão, qualquer palavra sobre este processo.

E, portanto, Senhor Deputado Paulo Estêvão, com o devido respeito que tenho por Vossa Excelência e sabe que é bastante, é sempre bom, do alto da modéstia também assumir aquilo que correu mal, porque há coisas que já correram mal, há coisas que já correram muito mal e há coisas que ainda podem correr muito pior.

A Iniciativa Liberal trouxe a esta Casa (penso que será debatido ainda durante este Plenário) um diploma que vem permitir a criação de um sistema de incentivos para a modernização da frota das nossas empresas de tráfego local, que vem, obviamente, também obviar algumas dessas situações.

O nosso passado ainda recente - e aí o Senhor Deputado Paulo Estêvão é um lutador permanente deste processo - relembra-nos sempre também, que é importante lembrar que as Flores e o Corvo chegaram a estar cinquenta dias sem abastecimento, precisamente, porque esta frota não era capaz para acudir nessas horas difíceis de tempestades, de ventos fortes, de chuvas fortes, etc.

Por isso, não podemos deixar de lembrar esta situação que é só, relembro, mais uma trapalhada deste governo.

Mas, lembremo-nos todos, sempre, Senhor Deputado Paulo Estêvão, e aí a quero reiterar aquilo que disse o Senhor Deputado António Lima, os açorianos nunca abandonaram os florentinos e os corvinos. Todos os açorianos têm noção do que é a insularidade. E todos os açorianos que já foram às Flores e ao Corvo têm noção do que é a dupla ou a tripla insularidade. E, é por isso também, que todos os açorianos são solidários com os corvinos e com os florentinos, até no esforço que fazem nas prateleiras dos supermercados para garantir o abastecimento às Flores e ao Corvo.

E, por isso, não é justo nesta Casa não fazer, ou deixar de fazer um elogio ao esforço que os açorianos têm feito para construir nesses Açores, apesar de bairrismos macucos, de construirmos nesses Açores uma unidade política, uma comunidade política que se chame Açores, e não, nove comunidades políticas com nomes diferentes ...

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Deputado.

O Orador: ... são nove comunidades políticas com nomes diferentes, porque a autonomia também se faz dessa solidariedade inter-ilhas, a autonomia também se faz de construirmos, de facto, uma comunidade política nos Açores.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra a Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faça favor.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigada, Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Paulo Estêvão, queria começar por o congratular com o facto de ter trazido esta Casa esta comunicação política, sobre a questão do abastecimento às Flores e toda a problemática que todos temos vivido ao longo dos últimos tempos.

É bom que se diga isso, ninguém abandonou as Flores. Todos os dias, não há um dia que eu não esteja em contato com comerciantes da ilha das Flores a tentar resolver todas as questões que se colocam nos últimos dias.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: E a verdade é que, não estando aqui os deputados, está tudo dito, é difícil sair e chegar às Flores.

Neste momento, há um conjunto de pessoas no hotel onde nós estamos e provavelmente em outros hotéis, com os voos cancelados para as Flores. Não vieram, nem foram. Pessoas, voos, passagens aéreas, imaginem o transporte marítimo. Desde o dia 4 ou 5 de fevereiro, que não consegue ir um porta-contentores às Flores.

O Thor foi aproveitando abertas, ficando ao largo, encostando, levando aquilo que era possível levar. Já fez várias viagens, levou contentores de perecíveis, levou contentores frigoríficos, levou refrigerados, levou rações. Já foram dois aviões militares levar também produtos perecíveis e rações, para que não falte nada às pessoas e aos animais.

Obviamente, são alimentos e produtos de primeira necessidade. Foi o gás do Corvo para as Flores. Tudo se tem feito e tem sido um trabalho minucioso que eu chamei ao meu gabinete diretamente. Desde a última discussão que tivemos aqui no Plenário que eu tive reunião com os empresários,

estivemos permanentemente atentos e fomos sempre ao encontro daquilo que eles, empresários, nos disseram que eram as suas primeiras e inadiáveis necessidades. Fizemos isso sempre que possível.

O Margareth já chegou a Ponta Delgada, está a carregar vai para a Praia da Vitória amanhã e vai para as Flores. Estará o tempo que for preciso ao largo das Flores, como navio dedicado para fazer o abastecimento à ilha.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: O mesmo já aconteceu com o Thor e acontecerá sempre que for necessário.

Este é o ponto de situação daquilo que foi feito, desde o Plenário passado até agora, altura em que, como disse, chamei a mim própria, ao meu gabinete - não posso ser eu sozinha - toda a gestão dessa situação.

E, portanto, esta é também uma oportunidade de fazer aqui este ponto de situação trazido pelo Senhor Deputado Paulo Estêvão, e por isso agradeço, de tudo o que se tem feito para ter as Flores e a população das Flores no centro das nossas atenções, no centro das nossas preocupações.

Agora, há circunstâncias - e aqui, já passo para a intervenção do Senhor Deputado Vasco Cordeiro, porque não quero deixar de relevar aquilo que aqui foi dito - há circunstâncias que nós não conseguimos ultrapassar, nem este governo, nem o governo anterior, nem governo nenhum. Porque há circunstâncias que são efetivamente de ordem meteorológica e de forças da natureza, com as quais nós não colocamos e, portanto, nesse aspeto, queria agora referir a questão que o Senhor Deputado Vasco Cordeiro nos trouxe aqui e eu queria, realmente, relevar o facto de o abastecimento às Flores deixar de ser arma de arremesso, que foi o que foi há 1 mês atrás.

Congratulo-me com isso, sinceramente e verdadeiramente.

Os Açores são nove ilhas, como disse o Senhor Deputado Nuno Barata. Nós somos todos solidários, são todos por um e um por todos e não há razão nenhuma para nenhuma das nossas ilhas servir de arma de arremesso.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: E, por isso, eu quero deixar esta palavra aqui de consenso.

Em relação à obra de emergência, foi aprovada no Conselho de Governo que tivemos aqui no dia 16 de fevereiro, exatamente aqui no Faial. Já está em andamento. O projeto vai ser entregue já este mês, dentro de dias. O lançamento do concurso por ajuste direto, nos termos que aqui foi aprovado pela própria Assembleia Regional, será feito e esperamos poder ter a obra de emergência a iniciar em maio e a terminar em setembro. É esse o compromisso que nós temos com o projetista. É esse o compromisso que nós temos com a Portos e, sobre isso, devo dizer que, nesse mesmo dia, foi constituída uma task force, em que a Direção Regional de Obras Públicas passou a dar colaboração direta e permanente à Portos dos Açores.

Porque é óbvio que se não fizeram mais, talvez foi por falta de meios. Então a Direção Regional de Obras Públicas, que, do ponto de vista da Secretaria, é uma direção muito mais robusta, tem todos os seus meios à disposição da Portos dos Açores para avançar com esta obra, com este projeto que está a terminar ...

Presidente: Agradeço que termine, Senhora Secretária.

A Oradora: ... com a obra e com cumprimento, sobretudo do programa previsto.

Também só deixar aqui uma nota, Senhor Presidente, se me permite, porque eu acho que esta também é a oportunidade de fazer o tal ponto de situação, que o projeto do molhe-cais também já está a toda a força controlada por esta task force e que no final de março, o Neco dará necessariamente impreterivelmente os resultados dos ensaios para fazer todas as alterações que isso ditar e, de

seguida, lançar o concurso público, fazer todo o procedimento para no próximo ano 2024 podermos avançar com o porto e aqui ganhar algum tempo.

Em relação aos stocks, e aqui muito brevemente, Senhor Deputado Paulo Estêvão, não posso estar mais de acordo, aliás, isso é uma situação recorrente. A ilha das Flores vai ter uma reserva de segurança em 2016 de gás e farinha. Penso que todos os governos pensam nisso, não sei se chegaram a fazer. A verdade é que não está em vigor e nós vamos avançar para isso.

Já constituímos também um grupo de trabalho com a Direção Regional do Empreendedorismo e da Competitividade e a Direção Regional da Mobilidade para, em conjunto com os empresários - porque eles têm de ser obviamente envolvidos neste processo - determinar qual é o stock de segurança e a forma de o constituir, que vá melhor ao encontro, quer dos florentinos, quer também do seu tecido empresarial.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Estêvão para encerrar esta Declaração Política. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Vou responder às várias intervenções aqui realizadas.

Em relação ao Senhor Deputado Nuno Barata, veja bem o que eu disse ali naquela tribuna, que aqui ninguém deserta, aqui neste Parlamento, ninguém deserta.

Esses artigos de opinião, para quem os quiser ler, estão na comunicação social, são desta última semana e há quem defenda uma menor solidariedade, porque acham que os florentinos e os corvinos não estão a fazer o suficiente localmente. E, portanto, esses artigos existem, essas correntes de opinião existem. Os senhores sabem bem que elas existem e têm de ser combatidas.

Aqui, no Parlamento dos Açores, com esta autonomia, essa solidariedade existe. Ponto número 2, em relação ao Senhor Deputado Vasco Cordeiro e à sua intervenção. A criação de um projeto semelhante ao que existe no Corvo, em relação à instalação de bombas de calor e de painéis solares, diminuiu bastante o consumo. Há outras formas também de aproveitar a energia. Penso que é mais uma das vertentes, tornar mais auto-suficiente a ilha e é uma sugestão que eu considero válida.

Em terceiro lugar, gostava de dizer ao Senhor Deputado António Lima o seguinte: Senhor Deputado António Lima, sabe quantas ideias trouxe para este debate para ajudar as populações? Zero! Não trouxe. Só trouxe ataques ao Governo Regional.

Diz Vossa Excelência: “bom, mas isso já deveria estar feito”. Então, mas as dificuldades de abastecimento no abastecimento das ilhas das Flores e do Corvo surgiram só em 2021? Só em 2021 é que surgiram?

Veja bem, o anterior governo tem aqui um anúncio: “o Secretário Vítor Fraga encarregou o Fundo Regional de Coesão de encetar diligências para desencadear, junto das entidades locais, os procedimentos necessários à criação de um stock mínimo de segurança de gás e de farinha na ilha das Flores.” Isto em 27 de janeiro de 2016.

Bem...não foi feito. 2016! Não foi feito, aliás, não foi feito até este período, não foi feito por hoje.

Ora, bem, nós o que nos propomos é criar este sistema de armazenamento, que foi anunciado e que não foi concretizado.

Se fosse tão fácil, já teria sido feito. Para o Senhor Deputado: “bom, isso é uma coisa extremamente fácil, extremamente lógica”. Então diga uma coisa, porque é que não foi feito, ao longo de, quase, 50 anos? Se este Governo fizer, é evidente que é um avanço significativo e o que eu quero dizer é que este Governo o vai fazer.

Quero também dizer o seguinte, em relação ao papel do Senhor Presidente do Governo e da Dra. Berta Cabral neste processo, eu posso testemunhar, têm sido inexcusáveis no apoio às populações das Flores e do Corvo. Temos contado sempre com toda a solidariedade. Temos contado sempre com todo o apoio, por parte do Governo Regional, no apoio àquelas populações. Prova disso é que o Margareth já está fretado. Estamos a poucos dias de iniciar a operação, tendo em conta as circunstâncias que decorreram da tempestade e da destruição com causada pelo pela tempestade Efrain.

Também temos já a resposta, do ponto de vista, das obras urgentes que é necessário fazer. Foram lançadas em tempo recorde, por parte do Governo Regional.

E agora também, a ideia até é do senhor Presidente do Governo Regional, criar este sistema de armazenamento em que toda a gente fala, toda a gente diz que é importante, toda a gente diz que é muito importante, mas que ninguém fez e que nós vamos fazer.

Isto é que marca a diferença porque é preciso ter em conta que este Governo Regional tem dois anos e que estamos a fazer muito e a fazer aquilo que não foi feito em períodos anteriores, nomeadamente, no longo consulado do Partido Socialista, ao longo dos últimos 24 anos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está assim encerrada a Declaração Política.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 12 horas e 10 minutos.

Eram 11 horas e 52 minutos.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Peço que reocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 16 minutos.

Vamos dar continuidade às Declarações Políticas.

Senhoras e Senhores Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Está inscrito para uma Declaração Política o Senhor Deputado José Pacheco, a quem dou a palavra.

Deputado José Pacheco (CH): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo Regional:

E saudava também de forma muito especial os agentes da PSP que acompanham os nossos trabalhos garantindo a nossa segurança, neste Parlamento dos Açores.

Desde os primórdios da humanidade que a segurança é um fator de estabilidade, coesão e coexistência pacífica. Não nos podemos iludir que, desde que o Homem vive em sociedade, sem policiamento tudo seria anárquico. Até mesmo

no mundo animal o policiamento existe em muitas comunidades, em grupos, tendo o papel da pacificação, da defesa, do bom funcionamento e harmonia social. As nossas forças de segurança não podem ser olhadas como “monstros opressores”. As forças de segurança existem para nos darem tranquilidade e paz social, para nos protegerem. Não existem, nem devem existir para oprimir seja quem for. A segurança da população e o bem-estar das forças de segurança na Região têm sido uma bandeira do CHEGA, que entende que os Açores devem ter um “tratamento diferenciado na colocação de novos efetivos policiais, por sermos nove ilhas”. Infelizmente, para alguns, o policiamento é sinónimo de opressão, castração da liberdade, ou aprisionamento de valores, mas não é assim que a entendemos. Antes pelo contrário, sentimos que o papel da polícia é o garante da liberdade individual de cada um, quer seja dos seus valores, quer seja do seu património. Senhor Presidente do parlamento Senhoras e Senhores Deputados Regionais Senhores presidente e Vice-presidente do Governo Regional Senhoras e Senhores Membros do Governo Regional Não é de hoje, nem de ontem, que gritamos, umas vezes mais, outras menos, com a falta de policiamento, de efetivos, de rondas, de verdadeira segurança. Não tem sido apenas uma preocupação política, mas uma preocupação de toda uma sociedade, transversal a quase todos os partidos políticos. Muito nos espanta ouvirmos dos mais altos responsáveis pela PSP nos Açores e do Ministro responsável por esta área, afirmações que vão no sentido contrário ao sentimento das populações, dos autarcas, dos comerciantes, de todos nós. Muito nos surpreende que seja dito que o nosso grito de alerta é um grito falso que apenas cria alarmismo e insegurança e que dá aos bandidos um sentimento de impunidade. Não sei em que mundo vivem eles ou que mentira nos tentam passar, mas a verdade é que, nos Açores, se gritamos, é porque nos dói e dói muito. Não se compreende como se pode ter um discurso destes quando em algumas localidades dos Açores, nomeadamente em Ponta Delgada, há

esquadras que fecham à noite por falta de efetivos. Não é um caso isolado, mas sim uma realidade em muitos concelhos dos Açores. Mesmo não podendo se manifestar publicamente, em surdina, os agentes da autoridade, aqueles que estão no terreno e sentem esta castração política, contam-nos as adversidades que vivem todos os dias. Mesmo com escassos meios humanos e materiais assumimos que as nossas polícias fazem um trabalho extraordinário nos Açores. Que não haja dúvida que a segurança que temos muito se deve ao esforço dos extraordinários agentes que por cá temos. Lamentavelmente esta é uma responsabilidade do Governo da República que falha constantemente com os Açores nesta área da segurança das pessoas e do património, como também na justiça e na defesa do nosso património marítimo. O passar de culpa para os homens e mulheres que tudo dão muito para além das suas obrigações, é um ato vil e irresponsável. Daqui lanço um voto de lamento que espero não ter de ser de pesar pelo esquecimento e empobrecimento dos nossos agentes de segurança pública. Estamos ao seu lado e não podemos estar, neste momento, ao lado de chefias que tentam ofuscar a dura realidade dos nossos polícias. Também não podemos estar ao lado ou concordar com um Ministro centralista que trata os Açores e os açorianos com desdém e chacota, como foi bom (ou muito mau) exemplo na forma como tratou um autarca local. Vir à nossa terra gozar com os nossos nunca teve bons resultados, mas isto já sabiam. Se a Administração Interna não sabe, não faz ideia, nunca soube ou sonhou, quantos efetivos fazem falta a cada ilha do nosso arquipélago, então que faça rapidamente o trabalho que lhe compete que mais não é o de fazer um estudo sério que nos diga quantos são os necessários. Da parte deste deputado e do partido CHEGA todas as polícias, todos os seus agentes estejam em que função estiverem, sabem que podem contar com a nossa defesa, com a nossa voz, porque, para nós, a segurança é o garante de uma sociedade livre e organizada.

Termino com a viral frase que bem espelha o sentimento de alguns e de muitos outros: “QUEM NÃO GOSTA DA POLÍCIA SÃO OS BANDIDOS”.

Disse!

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentada a Declaração Política.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Luís Soares, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Desde o início desta Legislatura que já por cinco vezes se fala nesta Casa de forças de segurança.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Foi, em primeiro lugar, o PAN trouxe uma iniciativa legislativa para a majoração do subsídio de risco nas forças de segurança. O Bloco de Esquerda apresentou uma iniciativa para a atribuição do subsídio de insularidade às forças de segurança. A Coligação, subscrito por outros grupos e representações parlamentares, apresentou uma proposta de reforço das forças de segurança. Recentemente, o PSD trouxe um voto de protesto que passou com os votos contra do Partido Socialista e agora o CHEGA traz-nos, outra vez, o tema das forças de segurança em forma de Declaração Política.

Portanto, o Senhor Deputado José Pacheco, lamento informar, não é uma bandeira do CHEGA, é uma bandeira da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A falta de efetivos nas forças de segurança preocupa-nos a todos.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Em dois anos tantas iniciativas, é caso para citar um antigo Presidente do Governo Regional dos Açores, que à saída de uma Senhora Secretária da Administração Interna dizia que já era *chato, maçador estarmos sempre a falar da minha da mesma coisa*. Pois é verdade, Senhor Deputado Vasco Cruzeiro, foi o senhor o autor da expressão e, sim, é chato estarmos sempre a falar da mesma coisa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Mas, passados dois anos continua tudo igual. Não está tudo igual, está tudo pior. O efetivo continua a diminuir, as esquadras continuam a degradar-se, os meios auto continuam a faltar, os meios informáticos nem se fala, portanto, está tudo pior.

A segurança de pessoas e bens é fundamental para a certeza jurídica, para a ordem social. Pode estar em risco até a vivência em democracia. Tudo acontece quando à segurança.

A esquadra da Ribeira Grande, nós esperamos há mais de 20 anos pela esquadra da Ribeira Grande. A esquadra do Corvo que teima em não aparecer.

Disse eu, no voto de protesto que apresentei daquela bancada, que faltavam 200 agentes na Região Autónoma dos Açores. Diz-me um responsável pela Polícia de Segurança Pública nos Açores, que todos os senhores deputados tiveram acesso, que diz que não há nenhum estudo científico que comprove que são 200 ou outro número qualquer.

Mas, estão a brincar connosco, com a segurança dos açorianos?! Então o meu número não está correto?! O meu número está correto!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Então eu afirmo e reafirmo e sou capaz de o provar e de o sustentar.

Agora, lamento é que a Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública, o Comando Regional dos Açores, não saiba o número.

Não me venham falar de rácios, *que os Açores tem o melhor rácio policial*. Melhor que as Canárias, dizia ele. Não sei quantos milhões de habitantes foi comparar com os nossos 256, sem sequer comparar as Canárias, sem comparar a sociedade, se é uma sociedade mais propensa para a violência, ou não. Nada! Lembrou-se das Canárias, se calhar pensa que eu me lembrei de 200. Não me lembrei de 200. 200 é um número muito certo. São 35 esquadras na Região Autónoma dos Açores, uma esquadra precisa, no mínimo, de quatro elementos para funcionar, nos mínimos dos mínimos, multiplicando dá cerca de 560, mas depois precisa fazer as redundâncias, porque às folgas e os direitos sociais que as pessoas têm de gozar.

Portanto, eu fui educado na polícia, por um polícia e obrigado, quase, a ser responsável, não só pelos meus atos, mas também pelas minhas afirmações. Portanto, quando eu afirmo, afirmo com alguma certeza.

Portanto, meus senhores, aquilo que se passa nos Açores, relativamente às forças de segurança, tem de ser repensado, tem de ser pensado e tem de se dizer, de uma vez por todas, ao Governo da República, sim, não é só este Governo, foram os governos que atravessaram a República durante esses anos. Como diria, como dizia o Senhor Deputado Vasco Costa, o voto de protesto padecia de uma *partidite* e, por isso, votaram contra. Portanto, há que ter atenção ao conteúdo. O conteúdo daquele voto era quase aqui um grito de alerta ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... para aquilo que poderá acontecer aos açorianos, os nossos filhos, na escola segura porque vem deixar de haver a escola segura, o idoso em segurança.

Portanto, todos aqueles que são mais vulneráveis na sociedade, são aqueles que primeiro vão padecer com a falta de segurança. Portanto, é preciso que estejamos atentos. Ainda há pouco tempo, a Assembleia Municipal de Ponta Delgada apresentou um voto de protesto pela falta de meios que MAI dispensa aos Açores, com a abstenção do Partido Socialista.

Eu não quero crer que o Partido Socialista votando contra, nesta Casa, a um voto de protesto e se abstendo na Assembleia de Ponta Delgada, não esteja do nosso lado e não queira que haja um reforço das forças de segurança Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Deputado.

O Orador: Portanto, termino dizendo e deixando uma palavra para os que ainda são, serão sempre os meus colegas, que nos Açores é caso para dizer e citando aqui Winston Churchill, *nunca tantos deveram tanto a tão poucos*.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores membros do Governo:

Estamos a iniciar um período legislativo de redundâncias.

Redundâncias, como há pouco falávamos na Declaração Política do Senhor Deputado Paulo Estêvão, são coisas que é preciso que são necessárias serem lembradas, repetidamente, para que entrem na cabeça dos políticos para que entrem na cabeça dos decisores, para que também os cidadãos se apercebam, sempre que nós aqui nesta Casa, não nos esquecemos deles, não nos esquecemos dos problemas que eles enfrentam todos os dias, não nos esqueçamos das inseguranças que eles vivem todos os dias.

É verdade, Senhor Deputado Luís Soares, é a quinta vez nesta Legislatura, que leva dois anos e qualquer coisa, que falamos de segurança, da PSP e será talvez a sétima ou oitava vez que falamos da irresponsabilidade da República no cumprimento das suas funções específicas exclusivas na Região Autónoma dos Açores.

E é para isso que existe uma autonomia regional, é para exercer convictamente as suas funções exclusivas, mas para exigir também da República que cumpra na Região Autónoma dos Açores com aquilo que é exclusiva responsabilidade da Assembleia da República e do Governo da República e das Instituições da República.

E ainda há dias assistimos, o Senhor Presidente do Governo Regional assinou um protocolo com a GNR para implementar o posto de intervenção e socorro da GNR nos Açores. Nada mais contra. A Região Autónoma dos Açores não tem de gastar um euro dos seus recursos para cumprir funções da República. A Região Autónoma dos Açores tem de gastar todos os seus recursos para cumprir as suas especificidades, aquilo que é exclusivo do Governo e dos seus órgãos de governo próprio, não para cumprir aquilo que a República não consegue cumprir nos Açores.

A esquadra da Ribeira Grande, que o Senhor Deputado Luís Soares lembrou e bem, está há anos instalada precariamente num quartel de bombeiros, num pequeno compartimento. Ainda há dias pude verificar, algumas pequenas

máquinas e equipamentos agrícolas guardados num corredor à espera que os seus donos vão lá reclamar, haviam sido arrestados a um larápio. Num corredor por onde nós passamos para ir usar uma instalação sanitária, por onde os polícias e os cidadãos que têm de usar a esquadra têm de passar, sem qualquer tipo de controlo, a gasolina misturada com outras coisas. Não pode continuar assim.

A República, de uma vez por todas, tem de cumprir com os Açores. Tem de cumprir com os portugueses, de Braga, até Faro, mas têm de cumprir com os açorianos e com os madeirenses porque é uma exclusividade da República e nós não temos que gastar um euro dos nossos recursos para fazer aquilo que a República é que tem que fazer.

E esta mensagem tem de ser passada daqui todas as vezes que sejam necessárias.

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Deputado.

O Orador: Mesmo redundando, todas as vezes que sejam necessárias, temos de afirmar que os Açores são autónomos e têm competências exclusivas, mas as competências da República têm de ser cumpridas pela República e sem o esforço financeiro dos açorianos.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

(Pausa)

Senhor Deputado Pedro Neves, faça o favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Muito rapidamente, só para dizer que não é a quinta vez, mas é sexta vez, porque falta o voto de congratulação do PAN para o aniversário da PSP, que o

Comando até nem gostou muito desse voto, porque dizia verdades e a verdade tem de ser repetida e nunca pode passar uma mentira e não podemos esperar que, tanto a direção da PSP, bem como à tutela ministerial do Governo da República, não cumpra e que esteja à espera de que a gente não diga nada, sejamos autarcas, sejamos deputados ou do Governo Regional.

E, para agarrar em algo que o Senhor Deputado Nuno Barata disse e bem, que sem dúvida que temos de apoiar também a nossa GNR, sem dúvida que é uma mais-valia, mas isso se fôssemos ricos, coisa que não somos e até vimos os nossos bombeiros que não têm capacidade financeira e estão sempre a pedir (que não deviam sequer pedir) mais financiamento por parte do Governo Regional e vê se o Governo Regional a ajudar da mesma forma, e neste caso, em termos de viaturas, em que devíamos ajudar os nossos bombeiros, porque é o Governo da República que tem essa exigência relativamente às nossas forças de segurança.

Muito obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Berto Messias, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Falar de segurança pública e das nossas forças de segurança é, obviamente, um assunto sério e estou certo de que um assunto caro e importante para todos os partidos políticos que estão aqui sentados neste Parlamento.

Falar de forças de segurança ou defender as forças de segurança e o reforço de meios das forças de segurança na nossa região, não é certamente um exclusivo ou uma bandeira deste ou daquele partido. Não tenho dúvidas que, da esquerda à direita, todos aqueles que estão aqui sentados neste Parlamento, todos têm muita consideração, muito respeito e desenvolvem um esforço permanente para dotar as nossas forças de segurança das melhores condições para desenvolverem o seu trabalho naquilo que se refere à segurança pública, no caso em concreto, da nossa Região.

E, dizer também, que também estou certo de que todos os partidos políticos neste Parlamento, todos sem exceção, independentemente, daqueles que são os partidos, ou o partido que governa o nosso país, tem sempre como preocupação primordial defender a nossa Região e defender, no caso em concreto e em apreço, tendo em conta aquilo que estamos aqui a discutir, defender a capacidade das nossas forças de segurança desenvolverem da melhor forma o seu trabalho.

Dito isto, esta é também uma matéria de grande relevância e que carece de uma discussão aprofundada, de uma discussão séria e de uma discussão que tenha na base e que esteja munida de factos concretos, incontornáveis e indiscutíveis, que julgo que, não só enriquecem o nosso debate sobre esta matéria, mas também enriquecem aquela que é a perceção que o público em geral tem destes setores, no caso em concreto, na nossa Região.

A este propósito, eu gostava de recordar a visita do Senhor Ministro da Administração Interna à nossa Região, que me permita, Senhor Deputado José Pacheco, não me parece, nem de perto nem de longe, bastará ver as suas declarações e a sua intervenção na sessão pública em que esteve presente, não se pode classificar de qualquer tipo de chacota ou de desrespeito institucional, seja por quem for. Pelo contrário, eu acho que a intervenção e a presença do Senhor Ministro da Administração Interna foram absolutamente irrepreensíveis.

Aquilo que ficou claro nessa visita é que o Senhor Presidente da Câmara de Ponta Delgada diz uma coisa em privado e diz outra coisa em público, aos órgãos de comunicação social. Isso é que ficou bem evidente desta visita do Senhor Ministro da Administração Interna.

É importante dizer também, e eu realço aquela que foi a resposta do Ministério da Administração Interna a uma pergunta colocada pelos deputados do Partido Socialista nos Açores na Assembleia da República, relativamente àquelas que são as prioridades do Ministério da Administração Interna para a nossa Região nos próximos anos e estou a citar a resposta que foi dada pelo Ministério: “Dando sequência à aprovação do decreto lei de programação de infraestruturas e equipamentos das forças de segurança, para o período 2022-2026, o MAI irá prosseguir o investimento em viaturas, equipamentos de proteção individual, equipamentos para as funções especializadas e para a atividade operacional, armamento e modernização tecnológica para a Região Autónoma dos Açores, estando previstos mais de 11 milhões de euros em infraestruturas, nomeadamente, com as intervenções na Ribeira Grande, em São Roque do Pico, Angra do Heroísmo, Esquadra de São Joaquim e Vila do Porto e ilha do Corvo.”

Acrescenta também nesta resposta, um dado que me parece importante e relevante e que deve ser considerado, se não quisermos abordar este assunto de forma sectária, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nada sectária!

O Orador: ..., mas se quisermos abordar este assunto de forma séria, concreta, tendo em conta aquilo que está em causa, estou a citar...

(Apartes inaudíveis do Deputado Joaquim Machado)

Deputado João Vasco Costa (PS): O que ainda não foi feito foi dar conhecimento da moção ...

O Orador: Senhor Presidente, eu gostava de continuar. O Senhor Deputado Joaquim Machado está muito excitado, mas eu gostava de continuar.

Continuo a citar a resposta: “mais se informa...”

Deputado Joaquim Machado (PSD): Está a incomodar a minha excitação?

O Orador: Continua excitado o Senhor Deputado Joaquim Machado, eu estou a tentar usar da palavra. Dá-me licença?

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Estou a incomodar?

O Orador: O senhor não me incomoda nada, como muito bem sabe!

“Mais se informa que, o Comando Regional dos Açores da Polícia de Segurança Pública contava a 31 de dezembro de 2021 com 932 agentes, o valor mais elevado da última década, tendo ainda sido reforçado com 49 agentes no passado mês de setembro.”

São estes dados e estes indicadores suficientes...

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Deputado.

O Orador: Termina já, Senhor Presidente.

São estes dados e estes indicadores suficientes?

Naturalmente que não. Todos nós, estando a falar de segurança pública, queremos sempre mais e melhor, mas numa matéria tão séria e tão importante como esta, parece-me fundamental que os responsáveis políticos tenham uma abordagem séria, que consigam consubstanciar os números que aqui apresentam, que consigam comprovar de forma clara e inequívoca que quando se afirma que faltam 200 agentes de segurança pública na nossa Região, é importante fundamentar essas afirmações, sob pena, sem prejuízo de todos nós temos de estar na linha da frente na fiscalização daquela que é a ação do Ministério da Administração Interna e do reforço de meios das forças de

segurança na nossa Região e o cumprimento das funções de Estado nos Açores, não só no que se refere a forças de segurança, mas também a todos os serviços do Estado na nossa Região, sem prejuízo de uma abordagem leviana destas matérias, criar uma perceção pública errada, ...

Deputado Paulo Estevão (PPM): É a realidade!

O Orador: ... daquela que é a realidade, não só não só sobre aquilo que são os meios disponíveis, mas também para aqueles que possam querer ser potenciais meliantes e potenciais prevaricadores. E, portanto, quando se fala de segurança, é muito importante que tenhamos uma abordagem séria, devidamente consubstanciada e independentemente ...

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Deputado.

O Orador: ... da opinião de cada um ou da agenda partidária de cada um, que todos nós, e não tenho dúvidas disso, tenhamos sempre como prioridade das prioridades, garantir o reforço de meios das forças de segurança na nossa Região.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores e Senhores Membros do Governo:

Eu tinha estruturado aqui uma intervenção, mas vou reformular a abordagem à intervenção que eu tinha, aceitando o desafio do Senhor Deputado Berto Messias, para uma abordagem clara e séria para esta questão da segurança nos Açores e da segurança interna.

Os Açores têm registado, em média, nos últimos cinco anos, de 2017 a 2021, um aumento médio anual de 2,2%, naquilo que é a criminalidade geral registada e um aumento médio anual de 7,5% na criminalidade grave e violenta.

São números que estão espelhados nos relatórios anuais de segurança interna, é só consultar as tabelas e fazer as contas.

E, portanto, esta é a realidade nua e crua. Esta é a abordagem séria que devemos ter a este problema. Os Açores registam, em média, nos últimos cinco anos, um aumento da criminalidade registada.

E 2020 foi o ano dos recordes. Em termos de criminalidade geral os Açores foram o único distrito ou região autónoma, a aumentar a criminalidade geral registada e em termos de criminalidade violenta, os Açores foram o primeiro distrito ou região autónoma de Portugal a aumentar a criminalidade grave, registada em 33,3%. Isto são números que nos devem preocupar e, pelo que já foi expresso neste Plenário, preocupa a esmagadora maioria das forças políticas aqui representadas.

E, portanto, Senhor Deputado Berto Messias, a abordagem clara e séria deve ser esta.

Eu compreendo a dificuldade que Vossa Excelência tem, porque tem aqui uma dualidade entre defender aquilo que são os interesses dos Açores, versus a necessidade também de salvaguardar o seu partido, por conta de ser o seu partido que governa o nosso país.

Mas, estes são os números e, portanto, para abordagens sérias e claras, devemos socorrer daquilo que é oficial e que está registado e, infelizmente, os Açores

têm registado uma redução do número de efetivos e têm registado um aumento do número da criminalidade.

Depois, continuar dizendo que, mal vai ou mal irá a segurança nos Açores quando isto for uma bandeira de alguém.

Não. Já ficou também comprovado que, felizmente, não é uma bandeira, em particular, de nenhuma força política. Todos têm preocupações, todos ao longo dos tempos, se têm manifestado no sentido de alertar as entidades responsáveis, no caso do Governo da República e o Ministério da Administração Interna, para que sejam reforçados os meios, para que as esquadras sejam remodeladas, para que as esquadras sejam mantidas, para que as viaturas tenham manutenção, para que sejam alocados novos meios aos Açores e, portanto, felizmente, não tem sido por falta de aviso aqui nos Açores e neste Parlamento, que temos problemas ao nível da segurança nos Açores.

E, portanto, para concluir, juntar a voz do CDS a esta luta. É uma luta de todos os açorianos, porque muito bravos são aqueles que, trabalhando diariamente nas forças de segurança interna de Portugal, seja na PSP ou na GNR, garantem a nossa segurança 24 horas por dia e permitem que tenhamos a liberdade e a nossa democracia para estarmos aqui reunidos e manifestarmos as nossas opiniões.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vou dar a palavra ao Senhor Deputado José Pacheco (tem pouco tempo), para encerrar a encerrar a Declaração Política. Faça favor.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo: Apenas para finalizar esta Declaração Política, até para responder ao Senhor Deputado Luís Soares é uma bandeira do CHEGA, não o disse é que não era dos outros partidos, até inclusive, na declaração está lá dito que é transversal a todas as forças políticas. Agora, cada um que faça a defesa das suas bandeiras. Esta tem sido a nossa bandeira, claramente, e não nos vamos demitir dela, ao contrário de outros.

Já agora, também acrescentando ao Senhor Deputado Nuno Barata, que realmente é uma redundância, porque o problema não está resolvido.

E, finalmente, respondendo aqui aos senhores deputados, na voz aqui do Senhor Deputado Berto Messias, que fez aqui o papel do advogado do diabo, que o que mais fez foi repetir o que o Ministro veio cá dizer.

E a verdade é esta, quando nós andamos demasiado empenhados em defender os nossos, da nossa força política, esquecemos aqueles para quem temos responsabilidade. E a nossa responsabilidade, neste Parlamento, é para com os açorianos e se não são 200, são 250, são 500, são 300 é uma responsabilidade do Ministério fazer o estudo, apurar quantos são necessários. Porque a verdade é que nós não precisamos aprofundar mais nada, a população na rua já percebeu que há falta de polícia, os polícias dizem que há falta de polícia. Só o PS é que acha que não, que temos de aprofundar.

Deputado Berto Messias (PS): O PS disse exatamente o contrário!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não foi isso que foi dito!

O Orador: Aqui não temos de aprofundar mais nada. O aprofundar é ir para a cova e para a cova nós não vamos.

Foi precisamente isso que o PS disse nesta Casa.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Nuno Barata pede a palavra para?

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Para uma interpelação.

Presidente: Faça favor, Senhor Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo é para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental, atendendo ao horário vamos encerrar os nossos trabalhos para o almoço.

Bom almoço a todos.

Eram 12 horas e 50 minutos.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados:

Eram 15 horas e 03 minutos

Vamos entrar dar início aos nossos trabalhos, da parte da tarde, com a Agenda, entrando no ponto 1 e 2, uma vez que a Conferência de Líderes deliberou que esses dois pontos seriam discutidos em conjunto.

Estamos a falar do ponto 1 - [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 62/XII – “Estatuto do Pessoal Assistente e Técnico de Apoio à Educação e Ensino”](#), que é uma iniciativa apresentada pelo grupo parlamentar do Partido Socialista.

O ponto 2 - [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 41/XII – “Aprova o Estatuto do Pessoal de Ação Educativa do Sistema Educativo Regional”](#),

que é uma iniciativa apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Vamos passar à apresentação das iniciativas, sem antes anunciar os tempos, que aos tempos normais acrescem 8 minutos. Portanto, o Governo e o PS têm 30 minutos, o PSD 28 minutos, o CDS-PP 22 minutos, o Bloco de Esquerda e o PPM 20 minutos, as Representações Parlamentares 18 minutos e o Senhor Deputado Independente 9 minutos.

Para a apresentação do ponto n.º 1, Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 62/XII, tem a palavra o Senhor Deputado Rodolfo Franca. Faz favor.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Eximo Sr. Presidente, Eximas Sras. e Srs. Deputados, Eximas Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Educação faz-se com investimento, com visão, com esperança. São estes três dos mais importantes pilares na construção eternamente inacabada do edifício «Escola». Pudéssemos nós fazer disto uma matemática fórmula de sucesso e, certamente, seria óbvia a sua multiplicação, dividindo-o pelo fator em denominador comum a «igualdade de oportunidades». É este o caminho a trilhar. E é este propósito que nos impele, ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a propor medidas, a avaliar ações governativas, a exigir resultados nada menos do que ambiciosos.

Trazemos hoje o «Estatuto do Pessoal Assistente e Técnico de Apoio à Educação e Ensino», iniciativa entrada nesta assembleia a 01 de julho de 2022, depois de um longo caminho de auscultação aos sindicatos mais representativos da área. E com ele o empenho num conjunto de propostas que, inovando ou não inovando, são na verdade fruto da auscultação prévia aos demais sindicatos, bem como a quem diariamente desenvolve o seu ofício no contato direto com os alunos – as escolas. Pretendemos, com ideias válidas, responder aos problemas mais prementes do atual sistema educativo regional açoriano. É este um

diploma que procura valorizar o papel de todos e cada um dos trabalhadores das nossas unidades orgânicas, na plena compreensão de que apenas com a ajuda de exatamente todos se conseguem almejar os tão desejados patamares de conhecimento que coloquem os Açores, ambiciosamente, como uma Região capaz de convergir e acompanhar os resultados europeus no domínio da Educação e Formação.

Em nome da transparência pela centralidade parlamentar, propomos em sede desta assembleia plenária a clara determinação das regras mais estruturantes através da aprovação da presente iniciativa, renunciando ao uso do seu evasivo reencaminhamento para uma qualquer regulamentação posterior.

Em nome da menor carga e da menor burocracia para os órgãos de gestão das unidades orgânicas, como da maior equidade e transparência no modelo de concurso, propomos a sua centralização pela tutela, exatamente à imagem do que sucede com o concurso de pessoal docente.

Em nome de uma maior eficácia na afetação de assistentes operacionais para cada uma das nossas escolas, propomos a criação de uma bolsa de recrutamento em quadros de ilha, renovada anualmente, igualmente à imagem dos procedimentos concursais para o pessoal docente.

Em nome de uma escola mais humana, de maior aproximação e intervenção pessoal e familiar, em linha com as recomendações do conselho nacional de educação bem como de outros organismos internacionais, propomos rácios mínimos para os assistentes técnicos como também para algumas categorias de técnicos superiores, de modo algum invalidando a necessidade de recrutamento de muitas outras especialidades, ou até da contratação de um número superior aquele que o diploma prevê. Não abdicamos de olhar para cada unidade orgânica como uma entidade diferente de todas as demais.

Em nome de uma escola mais segura, mais vigilante, mais cuidada, propomos um rácio mínimo para os assistentes operacionais, olhando precisamente às

especificidades de cada escola, como sendo, e a título de exemplo, a sua própria estrutura física ou, eventualmente, os serviços que presta sem recurso à contratação de empresas externas.

Há que garantir que cada um dos grupos/turma da educação pré-escolar, educação especial e do 1º ciclo de ensino tenham, efetivamente, o apoio mínimo direto de pelo menos um assistente operacional. Há, igualmente, que garantir que os 2º e 3º ciclos de ensino, bem como o ensino secundário, tenham um rácio mínimo de assistentes operacionais por aluno que corresponda às necessidades reais das escolas, olhando ao número padrão de constituição de turmas, respetivamente de 23 e de 25 alunos, e nunca na dimensão de 1 assistente operacional por cada 65 alunos, o rácio determinado por este governo. Importa não esquecer de considerar as idades de um corpo de assistentes operacionais, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Importa não esquecer, disse bem!

O Orador: ... pelo que propomos o direito da unidade orgânica em recrutar mais 1 por cada 20 assistentes operacionais com idade superior a 60 anos. Como importa não esquecer de considerar a existência de baixas médicas de longa duração, pelo que também propomos o direito da unidade orgânica em recrutar mais 1 por cada 3 assistentes operacionais em baixa médica de mais de 180 dias.

Em nome de uma escola atualizada, modernizada, ambiciosa, propomos que o trabalhador assistente e técnico de apoio à educação e ensino tenha o direito de desenvolver autoformação em horário laboral do período não letivo. Defendemos que a administração pública regional se comprometa em providenciar, anualmente e a título gratuito, o mínimo de uma ação de formação com relevância para o exercício das funções em cada domínio de intervenção, não remetendo para a exclusiva esfera do trabalhador a responsabilidade de o cumprir, nem trocando assim tão importante capítulo estatutário por um outro

exclusivamente focado no regime disciplinar a aplicar ao pessoal de ação educativa.

Exmas. Sras. e Srs. deputados:

Têm em Vossas mãos a possibilidade de inverter o rumo dos acontecimentos,

- como o de escolas encerradas a cadeado pelos encarregados de educação,

- como o da grande maioria dos órgãos de gestão das unidades orgânicas a reclamar em surdina, dado o receio de o fazerem de outro modo, e a prometer não mais se recandidatarem,

Deputado Paulo Estevão (PPM): Isso é em Lisboa!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Esse tempo já passou!

O Orador: - como o dos resultados escolares dos nossos alunos a divergir da média nacional e a afastar-se do melhor ano açoriano de sempre neste domínio, o ano letivo 2019/2020, por sinal o último ano letivo da governação PS.

Através da presente iniciativa, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista luta assim por uma escola mais valorizada, por uma escola mais segura, por escola mais capacitada rumo aos objetivos mais ambiciosos para os nossos alunos.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentada a primeira iniciativa e para apresentação da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 41/XII tem a palavra a Senhora Secretária Regional da Educação, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O XIII Governo dos Açores assumiu como uma das suas prioridades a alteração ao estatuto do pessoal não docente.

Enviámos uma primeira anteproposta de revisão deste estatuto às três associações sindicais representativas do pessoal da ação educativa na Região, a 16 de maio de 2022. Negociações estas que terminaram a 13 de julho desse mesmo ano.

Entretanto, o Partido Socialista, certamente já conhecedor da nossa primeira proposta, mas não do desfecho negocial, entregou a 01 de julho um documento da sua autoria. A proposta socialista foi tão precipitada que apresenta omissões e desadequações.

Ora, vejamos porquê: os rácios que o Partido Socialista define, não contempla os critérios que apresenta ao longo do diploma.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: O Partido Socialista não contempla no cálculo do rácio o número de alunos com necessidades educativas especiais.

O Partido Socialista não contempla o contexto social, não contempla o regime de funcionamento, nem a tipologia das unidades orgânicas.

Ao invés, apresenta propostas ao rácio altamente discriminatórias para as ilhas e escolas com menor dimensão.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: O Partido Socialista apresenta uma visão mais limitadora das competências dos psicólogos e apresenta domínios da educação especial ao arrepio dos princípios da educação inclusiva.

O PS apresentou uma proposta muito mais redutora, no que concerne ao direito à segurança dos trabalhadores, bem como, normas de distribuição do pessoal que desvalorizam os trabalhadores mais experientes.

Ao pretender regular todas as competências dos trabalhadores, o que é desnecessário face à legislação nacional, o PS peca por omissão de competências e até mesmo de grupos profissionais.

O PS viola competências das unidades orgânicas no que concerne a ações de formação, retira competências aos conselhos executivos para as centralizar na Secretaria Regional.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Já a proposta do Governo, ao contrário da proposta do Partido Socialista, foi amplamente negociada com as três associações sindicais, contemplando as suas sugestões.

A proposta do Governo dos Açores introduz critérios para definir a dotação mínima de assistentes operacionais. Aliás, neste sentido, o Partido Socialista confunde na sua proposta rácios máximos com rácios mínimos, de tal forma que, no limite, a proposta do PS permite que o número máximo de assistentes operacionais por escola seja zero. Mostra bem o cuidado do PS na elaboração deste documento.

Deputado Joaquim Machado (PSD) e Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: O Governo entendeu como fundamental a definição de princípios a que devem obedecer estes rácios, devendo ficar prevista a sua regulamentação com critério de revisão trienal. Este entendimento cumpriu escrupulosamente com o proposto pelo Bloco de Esquerda, em fevereiro do ano passado, e aprovado por maioria nesta Assembleia, em que apenas o PS votou contra. Entende o Governo dos Açores que integrar a fórmula de cálculo em decreto legislativo regional constitui um erro crasso, na medida em que prejudica a adequação ao decorrer dos tempos. Bastará recordar que a mesma fórmula não era revista desde 2007. Foram 15 anos sem atualizar um diploma que, ...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: ... posto em prática, faria com que tivéssemos menos de 600 assistentes operacionais nas nossas escolas. Hoje temos o triplo desses assistentes operacionais.

Com a nossa alteração aos critérios, no ensino pré-escolar, passámos de um rácio de um assistente operacional por 50, para um assistente operacional para 20.

No primeiro ciclo do ensino básico, passámos de um assistente operacional por 50, para um por 30.

Nos restantes ciclos, passámos de 1 por 50, ou até mais de 90 alunos, para 1 por 65.

Mas ainda bonificamos os alunos do ensino especial e os alunos do ensino artístico, algo que não acontecia nem acontece na proposta do PS.

Majoramos um assistente operacional por cada estabelecimento de ensino e dois por cada sala de ensino estruturado, o que não acontecia nem acontece na proposta do PS. E majoramos ainda dois assistentes operacionais por cada instalação desportiva, com balneários e um por cada instalação desportiva externa à unidade orgânica. Situações que também não aconteciam, mas estas são acompanhadas pelo PS.

Estes números são ainda bonificados quando a unidade orgânica funciona em regime noturno, quando a tipologia da sede da unidade orgânica, seja em regime de blocos mistos, e quando as unidades orgânicas têm uma grande lotação. Cálculos omissos na proposta do PS.

E ainda beneficiamos as escolas integradas em meios sociais mais desfavorecidos, o que não acontecia nem acontece na proposta do PS.

É esta a nossa proposta que faz com que tenhamos, hoje, um reforço dos assistentes operacionais nas nossas escolas.

Se fizermos a comparação com o ano letivo 2018-2019, o último ano antes da pandemia, hoje temos menos, cerca de 4000 alunos e mais 334 assistentes operacionais integrados em quadro nas nossas escolas.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: No nosso entendimento, este é o número que, efetivamente, interessa, porque o recurso a contratos a termo e a programas ocupacionais só deve existir na exata medida em que é necessário substituir lugares de quadro.

Se olharmos, exclusivamente, para os números da responsabilidade deste governo, foram abertos 649 lugares de quadro para o pessoal da ação educativa, dos quais 539 para assistentes operacionais. Correspondem a 40% dos lugares de quadro quando tomámos posse.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Fizemos alterações muito significativas na dotação de ação educativa em quadro, mas estamos cientes da necessidade de acompanhamento permanente do seu número em exercício efetivo de funções.

As situações que causam maior constrangimento nas nossas escolas são as faltas pontuais que, por serem extraordinárias, não são naturalmente previsíveis. Perante situações de faltas imprevisíveis temos intervindo junto das escolas com o reforço requerido.

Não nos iludamos, situações extraordinárias de faltas imprevisíveis irão sempre acontecer e exigem medidas extraordinárias de substituição, na sequência de um acompanhamento permanente pela tutela.

A terminar gostaria de salientar que, para além de revermos a questão importantíssima e esquecida dos rácios de assistentes operacionais por unidade orgânica, introduzimos normas para dignificar todos os trabalhadores das nossas escolas, introduzimos direitos e deveres relativos à sua formação, à sua segurança e à salvaguarda de bens pessoais. Definimos áreas de formação, especialmente, relevantes na educação, bem como a sua relevância no processo de recrutamento.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Introduzimos normas, desde há muito, reivindicadas pelos sindicatos. Submetemos à vossa apreciação uma proposta que foi discutida, concertada e aprimorada com as associações representativas do setor, facto que mereceu o seu enaltecimento.

É com este respeito pelo diálogo e pela efetiva negociação coletiva que submetemos esta proposta na expectativa da sua aprovação.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária.

Estão apresentadas ambas as iniciativas, estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Senhora Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigado, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores, Senhores Membros do Governo: As iniciativas que estamos aqui a discutir, incidem sobre a mesma matéria.

Quero começar a minha intervenção também por uma palavra de agradecimento e reconhecimento a todo o pessoal da ação educativa, assistentes operacionais das nossas escolas, que sem dúvida que tem um papel fundamental naquilo que se pretende que sejam as escolas, que seja o sucesso educativo dos alunos da Região e, como tal, são elementos muito importantes em todo o processo. As iniciativas que temos aqui remetem para o estatuto do pessoal não docente, que é uma legislação que começou a vigorar em 2006, ou seja, há cerca de 17 anos e, a verdade é que, atualmente, este diploma dispõe de diversas normas, que foram, entretanto, revogadas pela legislação que, entretanto, foi saindo, quer a nível regional, quer a nível nacional e, como tal, já há muito que havia a necessidade de rever este diploma.

O Governo Regional, desde o início desta Legislatura, assumiu, entre outros, este compromisso de rever este diploma, exatamente, pelo facto de estamos a falar de um DLR de 2006 e que necessitava urgentemente de ser revisto e até porque também, já por diversas vezes, tinha sido reivindicado pelos próprios representantes dos trabalhadores e no dia 16 de maio iniciou, como disse a Senhora Secretária na sua intervenção, o processo negocial com os sindicatos, do qual foi dado nota pública e que todos nós tivemos conhecimento do início deste processo negocial, tendo a primeira ronda iniciado no final desse mesmo mês e respeitando assim aquilo que deve ser a negociação coletiva nestas matérias.

A verdade é que, no âmbito do trabalho em comissão, essa mesma postura e abertura, por parte do Governo Regional, foi reconhecido pelos próprios sindicatos, em que, dos três que ouvimos, que são os que têm representatividade na Região, disseram que realmente houve esse processo negocial, que tinha sido importante para a integração de propostas de alteração àquele que foi o documento final, chegando mesmo um dos sindicatos a afirmar - e está no relatório - ficou descrito que a verdade é que os próprios sindicatos reconhecem

que havia esta necessidade, que no passado o anterior Secretário da Educação, essa preocupação tinha sido transmitida, mas que nunca demonstraram disponibilidade para dialogar e acolher as questões que foram feitas, afirmando que era uma situação que, neste momento, estava invertida com a atual Secretária da Educação, que tinha e que apresentava essa abertura e que havia uma mudança de paradigma nesta matéria.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Entretanto, o Partido Socialista, com a legitimidade que tem, no dia 1 de julho, apresenta uma proposta, exatamente, a esse diploma, e ao analisar aquilo que foi apresentado, e a verdade é que tenho de o dizer, apesar de achar que se não tivesse sido dada nota pública de que tinha se iniciado este processo de revisão deste diploma, acho que fazia sentido ter sido apresentado uma proposta ao diploma. Depois de ter sido dada nota pública parece-me um pouco insensato, mas como disse, tem o Partido Socialista legitimidade, como é óbvio, para o fazer.

E quero também dizer que a verdade é que existem aspetos no diploma que são meritórios e que são aspetos a relevar.

Ao analisar as duas propostas, no nosso entendimento, parece-nos que, em primeiro lugar, a proposta do Governo apresenta um conjunto mais alargado de direitos aos trabalhadores, como as formações sendo anuais, a salvaguarda dos bens essenciais, o apoio jurídico que a proposta do Governo mantém e que a do Partido Socialista retira. E também, na questão da formação, o Partido Socialista o que refere é que tem de haver uma formação regular, não tendo esta a definição de anual e parece-nos que é importante para a formação destes trabalhadores, exatamente, existir esta periodicidade.

Depois, a verdade é que existe a questão das bolsas de recrutamento, como disse a Senhora Secretária, foi o compromisso que assumiu também com o Bloco de Esquerda e que foi aprovado nesta Casa e como tal, está refletido no

diploma os critérios que foram aprovados. No entanto, e também a coligação deu entrada das propostas de alteração, no sentido de que nos parece que é importante a criação dessa bolsa de recrutamento, até muitas vezes quando vamos auscultando as escolas e quando reunimos com as escolas, um dos grandes problemas é, sem dúvida, não os atestados de longa duração porque a verdade é que esses são substituídos na sua exata medida, mas os de curta duração, que muitas vezes são situações que os conselhos executivos não estão à espera e que urge uma resposta mais imediata para ultrapassar esse problema.

Depois também a questão do número de alunos de educação especial, e está previsto, é algo que também nos parece importante. Na nossa proposta de alteração apresentámos também o facto de estar previsto o grau de dependência de deficiência destes alunos, porque isso também influencia o número de assistentes operacionais que são necessários. E também nos parece, na nossa análise que fizemos ao diploma, importante realmente ter em atenção a questão dos assistentes operacionais com mais de 60 anos, não nos termos em que o Partido Socialista apresenta, porque quando nos diz que é um rácio de 1 para 20 trabalhadores, com idade superior a 60, claro que vai beneficiar as escolas das ilhas maiores, com maior número de alunos e, no nosso entender, parece-nos que para poder dar a resposta necessária às escolas, que deve ser a percentagem e, portanto é isso que apresentamos também na nossa proposta de alteração.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Também na definição, há uma valorização na anteproposta do Governo, da questão da formação, mesmo em situações de concurso, em situação de desempate. Isso também nos parece que é importante essa valorização da formação, até para os próprios trabalhadores sentirem motivados a realizar a própria, a própria formação.

E também na questão da designação das carreiras, parece-nos que aquilo que o governo tem é aquilo que vai ao encontro daquilo que foi a legislação que

entrou em vigor em 2008, das carreiras gerais e não há essa necessidade de que o diploma de 2006 previa - porque na altura essa legislação não tinha entrado em vigor- de fazer os conteúdos funcionais das diversas carreiras.

Também a questão de ser, e até o próprio Deputado Rodolfo Franca falou na situação, de depois os critérios e a fórmula de cálculo, remeter para decreto regulamentar regional. Parece-nos que faz todo o sentido, até porque deve haver uma análise a esta forma de cálculo mais minuciosa e, por isso, também propomos que seja uma análise anual, até porque não podemos aceitar e é incrível como vem o Senhor Deputado dizer que agora que luta por objetivos mais ambiciosos, quando estamos a falar duma fórmula de cálculo, não era revista desde 2007.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Quer dizer, então onde é que estava essa ambição? Onde é que estava essa ambição?

E por isso, parece-nos que é importante também essa alteração que fizemos para que anualmente seja revisto e, claro, que em DRR porque não se vai estar todos os anos a alterar um DLR.

Meus senhores, estamos a falar de um DLR de 2006 que agora é que é alterado. Imaginemos todas as vezes que é necessário alterar, até pela própria dinâmica das escolas, pela própria dinâmica dos alunos, que é necessário repensar e visitar estas formas de cálculo, para dar a melhor resposta, termos de fazer uma alteração ao DLR.

Portanto, parece-nos que faz todo o sentido que seja assim.

Só para terminar, para não estar a utilizar todo o tempo, para uma segunda intervenção, quero dizer que – e depois de ouvir o Senhor Deputado Rodolfo

Franca - tenho pena, é que o Partido Socialista não tenha tido essa ambição, que tem agora, não ter tido essa ambição quando estava no Governo ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... e estarmos agora a visitar tantos diplomas que já não eram atualizados há tantos anos e há tantos anos que, quer os profissionais, quer os sindicatos, quer toda a comunidade escolar solicitava que fossem revisitados e que fossem revistos e isso não foi feito.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Continuam abertas as inscrições.

(Pausa)

Senhor Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Nós debatemos agora duas iniciativas que versam sobre o mesmo assunto. Uma do grupo parlamentar do Partido Socialista, que aprova o estatuto pessoal de assistente e técnico de apoio à educação e ensino e outra, do Governo Regional, que aprova o estatuto pessoal da ação educativa do sistema educativo regional. E fiz questão de dizer a epígrafe dos diplomas porque, efetivamente, são dois nomes distintos para um conjunto vasto de carreiras, também elas muito distintas e variadas, que vão desde os assistentes operacionais, assistentes, técnicos, técnicos superiores de variadíssimos domínios, desde a psicologia à

ação social, às diversas terapias. Ou seja, nós estamos a falar, efetivamente, de categorias profissionais e carreiras, muitíssimo distintas.

E esta vastidão de diferentes carreiras é, por um lado, demonstrativa das necessidades da escola atual, que é e deve ser cada vez mais exigente e deve responder cada vez melhor às próprias exigências da sociedade, tendo em conta o caráter multidisciplinar que a escola cada vez mais tem. Não basta, hoje em dia, como é óbvio, ensinar. Aliás, ensinar nem é a questão mais correta. O processo de ensino e aprendizagem vai muito para além daquilo que se faz na sala de aula ou daquilo que é feito pelo professor. Exige, hoje em dia, a intervenção de muitos outros técnicos e pessoal auxiliar e, não será demais, valorizar a intervenção de todos nesse mesmo processo.

Para além disso, também é de salientar que estas propostas, embora não alterem, como é óbvio e não tem esse objetivo de alterar carreiras ou criar carreiras, implicitamente acabam por ser - diria eu - quase uma crítica a um processo de extinção de carreiras que existiu no país e que levou a uma diferenciação de um conjunto vastíssimo de funções que há nas escolas, e não só, na administração pública em geral, que foram englobadas num conjunto reduzido de carreiras, mas que são tão diferentes que depois se vê necessidade de, efetivamente, definir concretamente o que é que esses trabalhadores fazem. Um assistente operacional numa escola, não faz o mesmo do que um assistente operacional na Secretaria das Obras Públicas, não têm as mesmas competências e foi um erro, como é óbvio, essa extinção desse conjunto vasto de carreiras. Mesmo nas escolas, hoje em dia, as escolas deparam-se com problemas. Por exemplo, aquelas poucas que ainda resistem a contratar serviços de refeitório, ou seja, de confeção de refeições, tem naturalmente uma dificuldade que é ter técnicos de cozinha, cozinheiros ou cozinheiras com qualificações e com uma diferenciação necessária para as necessidades atuais.

Estas propostas, obviamente, que de certa forma acabam por tentar remediar a ausência dessas carreiras, mas não conseguem colmatar a falha de base, que é a junção numa única carreira e diferenciada, como, por exemplo, no caso dos assistentes operacionais, é tão evidente, com as funções tão distintas e específicas, que têm muitos dos trabalhadores das escolas.

No que diz respeito e nas propostas em concreto, no geral, elas têm a nossa concordância, pese embora, alguns aspetos que possam ser melhorados e especificados um pouco melhor e algumas salvaguardas que gostaríamos de introduzir.

É óbvio que ambas têm méritos e ambas têm questões que poderiam ser diferentes, no entanto, também não posso deixar de dizer que, embora estas matérias devam ser ou possam ser, ou por princípio, devam ser sujeitas à negociação coletiva e é o governo que a pode fazer, mais ninguém pode. Também não se pode, e isto não está em lado nenhum em qualquer legislação, inibir o Parlamento de legislar sobre aquilo que tem competência e não podemos, como é óbvio, cercearmos o direito de apresentar propostas legislativas em determinadas áreas.

Neste sentido, não vemos como algo que seja um obstáculo intransponível, o facto de existir uma proposta que seja de um grupo parlamentar e não do governo. Até porque nós não estamos aqui a tratar também de carreiras, propriamente ditas, nem de questões ligadas a remunerações. Já ouvi o aparte relativamente aos médicos, não é a mesma coisa.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Grande incoerência!

O Orador: Já agora, não é a mesma coisa e com a diferença que os médicos - já agora, que estão a puxar por isso em aparte - é que os médicos nem foram ouvidos em comissão. Se bem se lembram, porque a Coligação não permitiu! Talvez não tenham isso presente na memória, mas é algo que faz um bocadinho diferença, um bocadinho grande de diferença, diria eu.

E, tanto quanto pude ver, ambas as propostas tiveram pareceres dos sindicatos no Parlamento. Daí esta questão, não sendo negociação coletiva, os sindicatos foram ouvidos. Nesse aspeto, está efetivamente cumprido esse preceito legal.

Não posso também deixar de dizer que, estas propostas têm, principalmente a do governo, acaba por desenvolver mais, no que diz respeito aos assistentes operacionais.

E, efetivamente, essa preocupação reflete-se na proposta, em ambas, mas a do governo é omissa no que diz respeito a critérios para muitas outras categorias, mas naquilo que diz respeito aos assistentes operacionais é mais específica, do que no que diz respeito às outras categorias.

E isso é evidente que, por um lado, tem uma questão histórica, que tem a ver com uma proposta que o Bloco de Esquerda apresentou aqui nesta Casa, mas também tem a ver com um problema de fundo, que é efetivamente esta questão das dotações mínimas de trabalhadores e de assistentes operacionais nas escolas. Nós poderemos ter um rácio que seja o mais aproximado da realidade possível, mas se não houver, efetivamente, uma tutela, quem seja sensível às diversas características das escolas e aos problemas que cada escola tem, nós podemos ter o melhor rácio do mundo que muitos problemas vão surgir, que não são possíveis de refletir no rácio. Isso parece-me, mais do que evidente e é preciso que o Governo esteja atento e responda àqueles que são os problemas das escolas.

E, efetivamente, nós, aquilo que assistimos nos últimos meses foram problemas que chegaram ao ponto, quase - diria eu - inédito nos últimos anos na Região, de terem existido inúmeras manifestações em várias escolas, em várias ilhas que versam, efetivamente, sobre a falta de trabalhadores não docentes nas escolas, nomeadamente assistentes operacionais. Seja na escola de Antero de Quental, na escola de Vila Franca, aqui na Horta com trabalhadores e pais de ambas as escolas, na ilha Terceira. Ou seja, há inúmeros casos que demonstram

claramente que aquilo que o Governo fez, por um lado, ao não garantir... por um lado, em primeiro lugar, por não ter integrado os trabalhadores que já estavam naqueles lugares e que poderiam e que tinham naturalmente competências para desempenhar as funções que vinham a desempenhar, alguns deles há muitos anos. Primeiro erro.

Deputado Joaquim Machado (PSD) Os sindicatos manifestaram-se contra isso!

O Orador: Segundo erro, não terem aberto os concursos atempadamente para colmatar as falhas que o próprio governo criou, ao alterar os programas ocupacionais.

E depois, o terceiro erro que permanece, que é usar agora os programas ocupacionais como uma forma de colmatar as necessárias substituições temporárias. Ora, não é para isso, tal como não era para necessidades permanentes que os programas ocupacionais tinham sido criados, também não é para substituições temporárias ou para necessidades temporárias, e é isso que se assiste. É o Governo a dizer e a coligação a dizer que os programas operacionais só serão utilizados para substituir trabalhadores temporariamente. Ora, isso não pode ser. Uma qualquer substituição de um trabalhador deve levar à contratação de outro temporariamente, se for necessário, como é óbvio.

Nós todos sabemos as dificuldades e o tempo que demora a fazer um concurso público para contratação, mas como toda a gente já percebeu, e até pelas propostas, que ainda não tive oportunidade de ver no caso da Coligação, mas que se reflete na proposta do Partido Socialista, as bolsas de recrutamento existem na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, há muito tempo.

É esse instrumento pode, e deve ser utilizado em vez de que se continuar a recorrer a trabalhadores em programas ocupacionais para as nenhuma necessidades que as escolas têm. E é isso que nós vamos que está a acontecer e que o próprio Governo assume.

E isso, Senhora Secretária não pode continuar a acontecer e não é no futuro e não é uma mudança gradual, é uma mudança necessária, imediata para se constituir efetivamente bolsas de recrutamento, se for essa a vontade do Parlamento e, naturalmente, da maioria e não continuar neste *faz-de-conta* em que se diz que vai se deixar de recorrer programas ocupacionais para necessidades permanentes, mas passa-se a recorrer a programas ocupacionais para necessidades temporárias.

Isso nós não aceitamos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem agora a palavra para participar no debate a Senhora Deputada Délia Melo.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Tendo iniciado esta tarde com o debate acerca de questões relacionadas com o pessoal não docente, que ainda é assim, que é chamado até conseguirmos aqui aprovar um dos diplomas, gostaria também de interessar aqui o meu apreço e reconhecimento a estes trabalhadores que são imprescindíveis na plena formação, no bem-estar e na segurança de todos nossos alunos na escola, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... porque a escola faz-se com todos e esses recursos humanos são fundamentais neste todo.

Depois, dizer que estamos aqui realmente perante dois diplomas que, sendo de autores diferentes, na sua essência, pretendem o mesmo, que é a valorização daqueles, até agora designados pessoal não docente, e que terão uma designação funcional alterada e bem. E este foi já um tema debatido nesta Casa no passado, sendo que, com uma alteração muito cirúrgica a um dos artigos, que tinha a ver com a dotação das escolas na Região de recursos humanos. Mas sabíamos que havia muito mais a ser alterado, porque o estatuto em vigor estava

completamente obsoleto e, aliás, este foi um compromisso assumido desde o início, desde a tomada de posse que este Governo sempre falou que iria visitar este documento para propor aqui alterações de fundo, como necessitava. E o que é facto é que, tendo iniciado o processo negocial com os sindicatos a 16 de maio, apresenta o Partido Socialista a 1 de julho o seu projeto. Portanto, veio um pouco mais tarde, sabendo mesmo que o assunto estava a ser tratado. Obviamente, tem toda a legitimidade para o fazer, mas fizeram tábua rasa, tudo aquilo que poderiam ser os apports dos sindicatos ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... que nem sequer os auscultaram, não ouviram aquilo que tinham para dizer e numa matéria tão complexa como esta, que não dispensa a negociação coletiva, não nos parece que tenha sido a melhor estratégia.

Aliás, essa negociação - já foi aqui dito hoje - foi amplamente enaltecida pelos quatro sindicatos que nós ouvimos em comissão. Dizendo que é um *modus operandi* bem diferente daquele a que estavam habituados, porque no passado não havia sequer qualquer tipo de negociação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

A Oradora: Era uma auscultação posterior, só depois dos assuntos terem sido fechados e de se ter tomado qualquer posição.

Agora também me espanta aqui a postura do Bloco de Esquerda, que é um feroz defensor da audição dos sindicatos e ouvimos há pouco aqui um exemplo em aparte, que é completamente incoerente quando na Comissão levantou um problema muito sério por não se ouvir uma segunda vez, os sindicatos e agora aqui diz que isto não é um entrave, podemos muito bem pensar aqui na proposta do Partido Socialista, porque nada nos impede de votarmos essa proposta, sem sequer ouvirmos os sindicatos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD) e Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Ora, o que é certo é que, se estes documentos convergem na sua intenção, divergem naquilo que é a forma de operacionalização proposta.

Vamos então, muito rapidamente, sem eu querer ser repetitiva, ver aqui as diferenças entre os dois documentos e por que razão o documento ou o diploma do Governo Regional é de facto, mais completo e mais benéfico para os assistentes operacionais, técnicos e técnicos superiores das escolas.

Já foi dito, apresenta a proposta do Governo Regional aqui um conjunto mais alargado de direitos aos trabalhadores, por comparação ao do Partido Socialista.

A proposta do Governo Regional defende também, no âmbito do procedimento, concurso e para efeitos de desempate, que seja dada prevalência ao candidato que possua formação em áreas relevantes para o desempenho das suas funções.

O Partido Socialista não fala nessa questão.

Depois, há aqui uma maior diversidade e uma definição clara das áreas de especial relevância para o sistema educativo regional. Há aqui mais indicação de demais assistentes técnicos e técnicos superiores e também especificação da carreira dos trabalhadores, acabando com aquilo que é a indefinição que existe hoje em dia e que, aliás, é um problema que já existe há muito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Para vos dar um exemplo muito claro: os terapeutas da fala, neste momento, vêm os seus direitos e deveres partilhados entre duas carreiras. Neste momento estão a trabalhar na escola, mas são regulados pela carreira técnica superior, ao nível das funções públicas e também na carreira de técnico superior de diagnóstico e terapêutica, o que os coloca, obviamente, numa situação muito inconstante e dúbia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E isto também não é, não é resolvido pela proposta do Partido Socialista.

A proposta do Governo Regional também é mais generalista no que respeita aos domínios de intervenção dos trabalhadores da ação educativa. E isto aqui parece-nos a melhor estratégia, porque a escola é muito dinâmica e depois não entramos aqui em congruências, como o diploma do Partido Socialista. Só para dar um exemplo de quão caricato isso pode parecer ou, isto é, aliás, é que no diploma do Partido Socialista os assistentes operacionais têm como competência receber e transmitir mensagens. Mas então e os outros, os técnicos? Não têm essa função? Não está escrito, eles podem se negar a fazê-lo. Portanto, não nos parece que seja viável colocar isto desta forma.

Estes são apenas alguns dos exemplos, há muito mais, mas estes são alguns dos exemplos e é certo que também já foi aqui dito, a própria coligação também reconhece que o diploma do Governo Regional pode ser melhorado. Daí termos também apresentado algumas propostas de alteração e algumas até vão ao encontro daquilo que foi proposto pelo Partido Socialista, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... porque reconhecemos, mas nós temos a humildade de o dizer, temos a humildade de reconhecer, portanto também nós pensamos nisso, vimos que realmente era uma boa proposta e nós então apresentamos essa proposta.

Mas nem tudo, nem tudo, porque, se calhar, fomos ver o princípio, ou a intenção, mas obviamente que melhoramos as propostas para poder também enriquecer aquilo que é o diploma do Governo.

Ora, o que é certo é que nós partilhamos da visão do PS na criação de uma bolsa centralizada por ilha e até no propósito de ter em conta a idade avançada dos trabalhadores. Mas, nesta última, a vossa proposta é muito castradora. É porque o Partido Socialista fala em 20 trabalhadores com idade superior a 60 anos e aí entra mais um assistente operacional. Pois nós consideramos que, para haver equidade e justiça, ...

Deputado Rodolfo Franca (PS): A vossa era zero!

A Oradora: ... é com percentagem.

Ó Senhor Deputado, é porque ainda não viu as propostas de alteração! Mas eu não quero estar a falar de cor e, por isso mesmo, eu coloco, aqui nesta Câmara, a questão muito concreta à Senhora Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais, eu gostaria de saber, porque eu quero ver isso de equidade e justiça e com percentagem e números, se a Senhora Secretária teve tempo de analisar as duas propostas e se nos consegue quantificar, como é que ficam as duas propostas aplicadas às escolas? A do Partido Socialista e a da Coligação, que defende uma percentagem para estes assistentes operacionais.

Deputada Ana Luís (PS): Mas a vossa são propostas de alteração

A Oradora: A terminar, ...

(Diálogo na Sala)

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Não se exaltem, não se exaltem! Já vamos ouvir as contas, se elas estiverem feitas.

Eu queria só, para terminar, dizer que, com tanta pressa que o Partido Socialista teve em apresentar depois a proposta, acabou por entrar aqui numa série de incoerências.

Então reparem, a integração do assistente operacional, tendo em conta a média das baixas prolongadas.

Ó Senhores Deputados, então nós substituímos na exata medida em que elas são feitas. Há cinco baixas prolongadas, há cinco substituições. E os senhores falam em média, é muito mais penalizador.

E uma última questão: é que os senhores – se calhar convém ouvir esta última - dizem uma coisa, quando querem dizer o seu contrário. O português às vezes é tramado, reconheço que às vezes as palavras não saem como nós queremos.

E, depois, colocam as coisas, completamente, contrárias no diploma. Portanto, se calhar deveriam ver quando dizem que querem um rácio mínimo, na categoria de assistente operacional, que não deve exceder, por exemplo, um por cada estabelecimento de ensino com mais que um edifício.

Senhores, nós queremos o contrário e era exatamente o contrário que pretendiam dizer.

Portanto, há um conjunto de incoerências...

Deputado Rodolfo Franca (PS): Eu já faço aqui o histórico!

A Oradora: ... e o grupo parlamentar do PSD, tal como foi também o parecer dado pelas várias escolas, reconhece que o diploma do Governo é mais complexo, que é mais benéfico e está a contemplar as exigências dos sindicatos. Ao passo que o do Partido Socialista retira competências aos conselhos executivos e apresenta critérios bem mais penalizadores, tanto no recrutamento e distribuição desses recursos humanos, quer na definição dos domínios de intervenção.

Disse!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Tem a palavra o Senhor Deputado José Pacheco, faz favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Agora temos um cómico no Parlamento, é sempre agradável.

A tragédia, o drama como diz o Senhor Deputado.

Foram muitas famílias com os programas ocupacionais, isto não é nenhum segredo. A mim sempre, como pai até, sempre me causou alguma impressão ver pessoas ocupar aquilo que era uma necessidade permanente das escolas. Enquanto membro de uma associação de pais numa escola, eu vi a escola, constantemente, a dizer que a Secretaria pedia mais pessoas, relembrando uma escola nova que abriu com 1/3 dos funcionários que devia ter.

É preciso nunca esquecer, a memória é uma coisa muito boa. Depois tenta-se remendar a coisa, porque não tem outro termo, com os programas ocupacionais. As pessoas nem perceberam onde é que se metiam. Eu percebi que algumas pessoas deixavam-se levar. Eu recebo algumas reclamações: “Então, Senhor Deputado, eu quero acabar com isso? Onde é que nós vamos trabalhar?”. Não é assim que o mundo funciona. O mundo tem de funcionar com regras e com dignidade. Aquilo que estava a acontecer era um atentado à dignidade das pessoas e nem vou repetir as inúmeras vezes que já falei sobre isso. Já não vou falar do crédito à bicicleta, porque já nem vale a pena. Nós temos de ter...

(Aparte inaudível)

Quer que eu explique o crédito à bicicleta? É que uma pessoa que está nestas coisas nem um crédito para uma bicicleta consegue fazer. Percebeu, Senhora Deputada?

Foi isso que os senhores criaram. Mas, eu não quero ir por aí. Eu fico muito satisfeito que apareçam duas propostas, que de forma global, bastante ao encontro daquilo que o CHEGA defende, que é preencher aquelas que são as necessidades permanentes. Arranjar mecanismos que vão ao encontro daquilo que são as necessidades das escolas, aquilo que ainda outro dia em Rabo de Peixe, me dizia a direção da escola: “nós não precisamos de concursos, precisamos de uma bolsa, precisamos de mais facilmente ir buscar e podermos escolher as pessoas que nós sentimos que são pessoas mais adequadas, as

peessoas mais esforçadas”. Nós estamos a falar das escolas, estamos a falar de educação.

Mas, também queria dizer uma coisa, todas aquelas pessoas que acham que ao acabar com os programas ocupacionais estão-se a esquecer de um pequeno pormenor: e aquelas pessoas que entraram pelos concursos e que hoje estão legitimamente a ocupar aqueles lugares, então estes são o quê? Estes não valem nada? Estes estão lá fazer o quê? Nada?

Então estas pessoas que concorreram e que, hoje, ocupam aquele lugar, que é um lugar que a escola precisa, nós temos é que acarinhar e não é continuamos com a precariedade que andamos durante anos a tratar os açorianos, a enganar, a fingir, a empurrar com a barriga para a frente. Não é isto. Eu penso que nós estamos cada vez mais dar passos seguros de acabar com esse estado de coisas, do “toma lá um peso rápido e depois amanhã a gente está de resolver isso”, seja na educação, seja no que for.

A educação é fundamental, a educação é o futuro das pessoas que se vão sentar aqui. Se nós tivermos pessoas bem preparadas, que viram bons exemplos no passado, eu acredito que todos aqueles que virão, no futuro, a sentar-se nesta Assembleia, poderão dar bons exemplos e falar de coisas positivas. Se nós fizermos a política do *toca a andar e isso é para despachar e amanhã logo se vê e se ganharmos as eleições, pensaremos nisso novamente*, foi mais ou menos o que aconteceu até agora. E isto deixou-me bastante triste, porque sempre que nós tratamos mal a educação ou tratamos mal as pessoas que estão afetas à educação, nós estamos a tratar mal o futuro da nossa terra e o futuro da nossa terra é coisa que eu não quero ver maltratado e vejo os maus exemplos.

Em boa hora chegou o PS com essa proposta e em boa hora chegou o Governo também com a sua proposta. Agora, é preciso é sermos pró ativos e isto eu às vezes alguma dificuldade e no passado, quando eu vi a direção de uma escola a reclamar que a secretaria tinha 10 e-mails ou 10 telefonemas ou 10 faxes - ainda

havia faxes – a pedir mais assistentes e que lhes era recusado, frequentemente ou consecutivamente, era o exemplo do que tínhamos, nós temos de melhorar, temos de mudar e temos de ter capacidades em que nos enganamos. Nós todos, aqui estaremos para apoiar aquilo que seja uma melhoria da vida dos açorianos e penso qualquer uma das propostas, com as suas diferenças e teremos de optar por elas, qualquer uma das destas propostas é para melhorar a vida de alguns açorianos, não todos, mas alguns e isso, ao CHEGA, deixa bastante satisfeito.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Nós estamos na Região Autónoma dos Açores a implementar um conjunto de reformas que, como um amigo meu socialista, deputado municipal em Serpa e sindicalista, me dizia há poucos dias, que se olha para o exemplo dos Açores e é o exemplo que se dá na área educativa aos governos socialistas da República. Aqui estamos a implementar...

(Aparte inaudível)

Não é um amigo imaginário, coisa nenhuma, Senhor Deputado Berto Messias! Vossa Excelência é que tem amigos imaginários.

O que eu lhe quero dizer ... Não me diga que está naquela fase em que já não vê a televisão e vê os protestos massivos dos professores contra o Governo do Partido Socialista que Vossa Excelência apoia.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Não é imaginário, Senhor Deputado, é muito real. São milhares de professores que protestam contra o partido que Vossa Excelência integra, contra as políticas do partido que Vossa Excelência integra.

E o que nós temos a certeza é que aqui estamos a implementar, na área educativa, um conjunto de reformas muito significativas.

Deputado Berto Messias (PS): Os senhores estão aliados da realidade!

O Orador: Contratamos muito mais professores, contratamos muito mais não docentes, estamos a criar, cada vez mais, condições nas nossas escolas e, a verdade é que, depois de ouvir o Senhor Deputado Rodolfo Franca falar sobre este assunto, eu lembro-me sempre daquela série de há uns anos que se perguntava: “onde é que estava quando se deu o 25 de Abril?”. Onde é que Vossa Excelência esteve, Senhor Deputado, quando, desde 2006 até 2020, o Partido Socialista não alterou esta legislação durante todos estes anos em que teve o poder na Região Autónoma dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Onde é que Vossa Excelência estava, Senhor Deputado? E a sua voz? Eu não ouvi! Eu não sei onde é que Vossa Excelência estava e onde é que estavam os restantes deputados do Partido Socialista que acompanham Vossa Excelência com este sentido de urgência e de fazer justiça?

Sabe uma coisa? Faz-me lembrar aquele senhor rico que, depois de perder a fortuna toda, vai doar tudo o que tem, porque evidentemente decide doar no momento em que já nada tem para dar.

E, portanto, Vossas Excelências estão com a mesma lógica: enquanto tiveram responsabilidade do Governo, enquanto tiveram os instrumentos para poder aplicar estas medidas, Vossas Excelências não o fizeram.

Agora, depois do Governo de coligação ter iniciado a negociação com os sindicatos, depois de ter iniciado este processo e este conjunto de reformas que foram implementadas, depois de ter recebido da parte dos sindicatos o apoio, em relação a alterações que estavam sendo implementadas, em que os sindicatos disseram basicamente foi: “finalmente chegou um governo que quer implementar reformas com os anteriores governos do Partido Socialista. Nem conseguíamos falar nem conseguíamos reunir.”

E agora, Senhor Deputado, conseguem dialogar, conseguem um conjunto de reformas que são importantes e que eles valorizaram e que eles apoiam. E, depois chega o Senhor Deputado Rodolfo Franca com diplomas, em que também tem aqui uma proposta. Depois de já estar negociado já se ter iniciado o procedimento, depois de já se ter iniciado todo o processo de reformas, o Senhor Deputado Rodolfo Franca diz: “Eu também quero entrar neste clube!”

Senhor Deputado Rodolfo Franca, o senhor chegou mais tarde. Esteve rouco. Não rouco, a sua voz não se ouviu durante todos estes anos e Vossa Excelência foi Presidente do Conselho Executivo – veja-se bem - e que, portanto, tinha de trabalhar com o diploma anterior, que Vossa Excelência diz que: “tem graves limitações, agora este que introduz estas alterações têm graves imitações.” E o que o senhor trabalhava enquanto Presidente do Conselho Executivo, estes anos, todos do Partido Socialista? Esse não tinha limitações, Senhor Deputado? Não tinha?

Bom, o que lhe quero dizer é que depois de ter chegado tarde e a más horas, Vossa Excelência, ainda por cima, apresenta um diploma pior. Porque aqui esta Assembleia o que tem de fazer é uma opção. Eu tenho de fazer uma opção entre o original e a cópia.

Deputado João Vasco Costa (PS): Basta ver as datas!

O Orador: O original é sempre melhor que a cópia, Senhor Deputado!

É dizer-lhe o seguinte: O que é que nós queremos? Nós queremos que na escola em relação, por exemplo, aos domínios de intervenção dos trabalhadores da ação educativa, que essa definição permita que o funcionamento regular da escola e que o serviço seja efetuado. Queremos ou não queremos?

Bom, Vossas Excelências apresentam uma proposta muitíssimo limitativa e eu não percebo como é que Vossa Excelência, que tem experiência de gestão, tal como eu tive, Vossa Excelência, não teve esse facto em consideração.

Deputada Ana Luís (PS): Tão importante que os senhores adotaram parte das nossas medidas!

O Orador: E, portanto, é difícil porque alguém pode dizer com uma definição desse tipo “bom, eu não tenho nada que fazer isto ou não tenho nada que fazer aquilo.” Portanto, Vossa Excelência, cria uma dificuldade grave à governança das escolas.

Mas mais do que isso, para quem quer apresentar a dignificação dos trabalhadores, o que nós fazemos é alargar os direitos dos trabalhadores, por exemplo, num campo tão fundamental como a formação.

E essa é também uma vantagem do nosso diploma, do diploma do Governo, em relação a Vossa Excelência.

Há gralhas também perigosíssimas, da parte do Partido Socialista, como por exemplo, já foi referenciado aqui pela Senhora Deputada, no artigo sexto, quando Vossa Excelência escreve, exatamente, o contrário, mas é que escreve exatamente o contrário do que aquilo quer dizer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Francamente!

O Orador: Obviamente, os efeitos que criaria seriam exatamente os contrários dos que pretende atingir.

Isto só mostra a falta de qualidade da proposta que Vossas Excelências aqui querem apresentar.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Mostra que somos humanos, que nos enganámos!

O Orador: Também vos quero referenciar, é inaceitável, que em relação às substituições, eu não posso aceitar, que Vossa Excelência crie um critério que beneficia, exclusivamente, as escolas de maior dimensão e que deixe as escolas de menor dimensão, sem qualquer tipo de proteção, sem qualquer tipo de projeção de recursos. E isso também, da sua parte, é grave que Vossa Excelência tenha adotado este tipo de critérios.

Muito bem, terei a oportunidade de fazer referência a outro conjunto de problemas que têm a sua proposta, mas o que eu quero aqui comunicar à Câmara é que há um governo que detetou a necessidade de reformular este diploma, que o Partido Socialista, ao longo de todos estes anos, não o fez, embora fosse pressionado pelos sindicatos, pelos profissionais do setor, não o fez. Não teve a coragem de o fazer, mas nós fizemos.

Vossa Excelência produziu um diploma que tem várias insuficiências e que é uma solução muito pior, do que aquela que apresenta aqui o Governo Regional. Vamos ter de optar e a opção do PPM é, com certeza, a proposta do Governo Regional.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Rodolfo Franca, faça o favor.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu não consigo deixar de iniciar a minha intervenção sem dizer que são tantas as falácias que eu nem sei por qual delas começar para desmistificar e para que quem nos ouve compreenda de que lado realmente se encontra a verdade.

Senhor Deputado Paulo Estêvão, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Responda à pergunta que fiz!

O Orador: ... a primeira resposta que eu lhe tenho a dar: sabe, perfeitamente, bem, onde é que eu estava. Estava num órgão de gestão de uma unidade orgânica e, portanto, por isso mesmo, sem mais ou menos bem daquilo que se trata o diploma que, hoje, debatemos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E o que é que dizia?

O Orador: Segunda questão que lhe quero responder, Senhor Deputado Paulo Estêvão: sabe bem que o diploma de 2006 estava desatualizado. Sabe muito bem isso, mas também sabe muito bem que os números reais dos funcionários das escolas não eram, nem pouco mais ou menos, aqueles rácios que o decreto regulamentar regional da altura, de 2007, previa. Portanto, eram muitos mais funcionários nas escolas e, por isso, as escolas não eram encerradas a cadeado, como hoje vemos, apesar de muito, naturalmente, as escolas se queixarem com falta de funcionários, mas muito provavelmente sempre se irão queixar.

Vamos ao histórico, o que se passou relativamente a este estatuto foi o seguinte: a Senhora Secretária decidiu começar uma ronda de conversação com os sindicatos, é verdade. Fê-lo em maio, é verdade, mas fê-lo com o pensamento no decreto regulamentar regional. E quando soube que o Partido Socialista, não ia por aí, mas sim, com um estatuto do pessoal de assistente e técnico de apoio à educação e ensino, completo, onde regulamentava absolutamente tudo, o Governo o que fez foi, rapidamente mudar de ideias ...

Deputada Délia Melo (PSD): Isto é um absurdo!

O Orador: ...e iniciar o processo de negociação do estatuto do pessoal assistente e técnico de ação educativa.

Deputada Délia Melo (PSD): Isto é ridículo!

O Orador: E, não só, não é ridículo, como eu até lhes digo as datas.

Portanto, se quiserem fazer o favor de apontar, de uma vez por todas, o grupo parlamentar do PS reuniu com o SINTAP UGT a 16 de maio, reuniu com a FAPA a 17 de maio, reuniu com a CGTP a 17 de maio, reuniu com o STAE a 18 de maio e reuniu com os sindicatos dos professores a 23 de maio e seguinte.

E, portanto, de uma vez por todas, não venham dizer que nós não negociamos porque, na verdade, o que fazemos não é negociar - não somos Governo - aquilo que na verdade fazemos é ouvir e ouvimos atempadamente. Ouvimos para a construção do documento, ouvimos para colocar as ideias que vossas excelências agora dizem que não são boas, mas que plagiam, colocam na vossa.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

E, depois desta auscultação, o que fizemos foi apresentar o diploma a 1 de julho de 2022, um mês antes de vossas excelências, o membro do Governo Regional dos Açores.

E, portanto, de uma vez por todas, o histórico é este e não é outro. Não vale a pena falarmos mais disto, parece-me, porque ficou absolutamente claro.

Relativamente às questões das desadequações e das omissões que a Senhora Secretária diz que o nosso diploma tem. Pois, Senhora Secretária, assim é muito fácil. *Candeia, que vai à frente alumia duas vezes.* O nosso diploma foi aquele que trouxe as ideias, o vosso diploma estava vazio e remetia para o decreto regulamentar regional, ou seja, para depois tudo aquilo que queria regulamentar.

E acontece que, para ser aprovado o estatuto do pessoal da ação educativa, hoje, aqui, e não a proposta do Grupo Parlamentar do PS, o que aconteceu foi um

acerto do Estatuto do Governo para que, efetivamente, esta Casa conseguisse aprovar o Estatuto do Governo e não o nosso.

Esta não é uma falácia. Esta é, uma vez mais, a verdade do que aqui se passa.

Esta é a verdade do que aqui, hoje, se passa.

Deputada Délia Melo (PSD): Estão a enganar as pessoas! É falso!

O Orador: Estão a enganar as pessoas!?! Então vamos aos detalhes.

Há um evidente desequilíbrio nas nossas escolas. Eu não sei se há alguém aqui dentro capaz de negar isto que, ao nível dos funcionários, ao nível do pessoal, assistente e técnico de apoio à educação e ensino, as nossas escolas registam um desequilíbrio tão grande que são os próprios pais e encarregados de educação que eles vão trancando a cadeado.

E, portanto, não sei como é que é possível dizer aqui, hoje, que tudo vai bem nas nossas escolas, quando é isto que assistimos diariamente a acontecer.

O grupo parlamentar do PS o Grupo Parlamentar do PS ainda adianta mais uma informação: o grande desequilíbrio, que se passa hoje nas escolas a este nível, não se deve ao facto de o PS não ter colocado assistentes operacionais nas escolas. Deve-se ao facto, de o PS ter diminuído, paulatinamente, de uma forma sustentada o número de ocupacionais do programa ocupacional nas nossas escolas. Nos últimos quatro anos, o PS o que fez foi diminuir de cerca de 6000, para cerca de 4000. Isto são os números, de cerca de 6000 para 4000. Fê-lo nos últimos quatro anos e o problema que se passa hoje aqui é que, o Governo Regional entende que isto se faz de um dia, imediatamente, para o outro. E fazendo isto, este trabalho que o PS defendia, fazendo isto de um dia para o outro, é fazer isto de uma forma cega, é deixar as escolas completamente desequilibradas.

Foi isto que se passou e é isto que deixa os órgãos de gestão das escolas, sem pessoal auxiliar para que as escolas possam funcionar convenientemente.

O grupo parlamentar do PS, com este diploma, defende mais transparência, como defende mais transparência, colocando neste diploma um conjunto de regulamentação que há uma intenção clara do Governo em remeter para o decreto regulamentar regional.

O grupo parlamentar do PS coloca neste diploma a vontade de retirar burocracia dos órgãos de gestão da escola e colocar equilíbrio nos órgãos de gestão da escola e nas escolas. Como? Centralizando os concursos.

O grupo parlamentar do PS foi quem propôs a centralização dos concursos, coisa que a Senhora Secretária há pouco tempo atrás, disse que provavelmente não seria legal. O mesmo que em relação às bolsas. As bolsas foi o grupo parlamentar do PS, que neste estatuto, trouxe a ideia, coisa que a Senhora Secretária, ...

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):

E o resto?!

O Orador: ... na altura em que isto foi ouvido, em sede de comissão, anunciou de imediato que seria eventualmente ilegal e é engraçado, porque hoje o ilegal transformou-se num plágio, para o diploma do Governo - como se fosse o governo que se tivesse lembrado de tal coisa.

Muito mais haveria a dizer. Gostaria de sublinhar apenas o seguinte, é lamentável que o Governo governe de olhos no grupo parlamentar do PS.

Deputada Délia Melo (PSD): Lamentável é a sua intervenção! Isso é que é lamentável!

O Orador: É lamentável e mais lamentável ainda é depois dizer que estas são as suas ideias, tudo isto saiu da sua lavra e dizê-lo em alto e bom som e sem se rir.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem agora a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Nós estamos a discutir este tema, neste momento, com uma decorrência dos primeiros dois anos de governação deste governo na área da educação, na forma como o Governo geriu a questão dos programas ocupacionais e as consequências que daí advieram.

É um facto. O Governo assumiu como cruzada - vou utilizar mesmo o termo cruzada - acabar com os programas ocupacionais para devolver às empresas, para devolver à sociedade civil mão de obra disponível.

Eu temo dizer ao Governo que não conseguiu isso. Pelo contrário, o Governo agora está a contratar para os quadros das escolas, está a contratar a termo incerto e a termo certo pessoas que estavam empregadas nas empresas, que estavam empregadas na sociedade civil e que estão a concorrer para esses lugares que estão sendo abertos agora nas escolas.

O objetivo se era bom, o resultado não foi o melhor.

Senhor Deputado Paulo Estêvão, obviamente, que os seus olhos só veem um lado e, obviamente, os seus olhos só veem o lado daquilo que querem ver.

Vossa excelência tem uma visão seletiva.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não tenho, não!

O Orador: Encontrou nas manifestações do inorgânico STOP e dos professores, um grave problema do Governo da República do Partido Socialista, mas não encontrou nas escolas encerradas a cadeado, nas crianças da escola

secundária Antero de Quental, na rua, a manifestarem-se por melhor escola, problema nenhum.

Senhor Deputado Paulo Estêvão, eu temo que o senhor não tenha visto isso por serem problemas que se passam na ilha grande, se fossem na ilha pequena, certamente, Vossa Excelência tinha visto de outra maneira.

Senhor Deputado Rodolfo Franca, não, não é lamentável que o Governo copie ou adote propostas do Partido Socialista. É a centralidade do Parlamento, nós virmos aqui a esta Casa acolher propostas do Partido Socialista e escrevê-las como propostas de alteração, porque estamos a tratar de dois diplomas. Não estamos a tratar de um diploma só.

Por isso, Senhor Deputado, nós, aqueles que aqui estamos, não preocupados com a chicana política, mas preocupados em resolver os problemas dos açorianos, é isso que fazemos, escolhemos o melhor diploma e introduzimos, nesse diploma, as melhores alterações que vêm do outro diploma, que vêm das outras bancadas, que vêm das melhores ideias dos outros. Não é pecado fazer isso. Até podíamos ter deixado para o Partido Socialista ou podíamos ter deixado para o PSD fazer. Não entendemos fazer.

Estou deveras preocupado, é com outra coisa, é que, neste momento, eu não tenho amigos sindicalistas em Serpa. Tranquilizo-vos!

Mas, já percebi que a Coligação de direita, que pretende governar esta Região, o faz com os olhos postos nas opiniões dos sindicalistas de Serpa e isto preocupa-me bastante.

Não há dúvidas, temos um caminho pela frente de pedagogia sobre as contas certas. Temos um caminho pela frente de pedagogia sobre o socialismo e o sindicalismo em Portugal.

Senhor Deputado Paulo Estevão era a última coisa que eu esperava de si, embora eu já desconfiasse que o senhor era assim, um PPM, mas um PPM, um

bocadinho para a esquerda e eu não digo o resto, porque não quero retirar as palavras ao Senhor Deputado José Pacheco.

Mas só é de esquerda quando calha, quando é na ilha pequena. Quando se trata da ilha grande as escolas podem fechar, as crianças podem andar pela rua, a escola secundária Antero de Quental pode cair, pode tudo ruir, que não é problema, mas se for na ilha pequena, por mais pequeno que o problema seja, aí Senhor Deputado já é um grande drama.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra para participar no debate o Senhor Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo Regional:

A intervenção da bancada do Partido Socialista usou uma expressão que eu penso que faz sentido, a expressão *falácia*.

De facto, na constatação dos factos, dos mais recentes, para os mais longínquos, nós encontramos muitas falácias.

Desde logo a primeira falácia, e a mais longa de todas, da circunstância de, durante 14 anos, o Partido Socialista nunca ter encontrado uma motivação, uma necessidade para alteração desta matéria. É a primeira falácia.

A segunda falácia é a de que o Partido Socialista, hoje na oposição, está rendido ao diálogo social e à negociação coletiva. Coisa que na governação recusava sistematicamente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Diz o Partido Socialista que reuniu com alguns sindicatos. É verdade, mas precisamente, esses mesmos sindicatos em, sede de comissão, disseram que estão de acordo com a proposta do Governo, até porque a mesma tinha sido negociada e várias sugestões apresentadas foram efetivamente acolhidas e que isso contrastava com o passado da governação do Partido Socialista.

Não é o PSD que está a fazer essa afirmação, ela, aliás, vem de um sindicato, por quem tenho respeito e devo até considerar insuspeito. Foi a CGTP, portanto, um sindicato de uma área ideológica que se afasta daquela que eu profiro e milito e, portanto, é a insuspeita CGTP que faz esta afirmação em sede de audição da Comissão de Assuntos Sociais.

Portanto, esta adesão, agora muito recente e rápida do Partido Socialista à audição e à consideração dos sindicatos, é uma segunda falácia.

Mas há mais uma, que é a circunstância de, por exemplo, em junho de 2020, a escassos três meses e meio das eleições, o Senhor Secretário Regional da Educação de então, Professor Doutor Avelino Meneses, dizer que nos quadros das escolas dos Açores existiam mais 1401 trabalhadores não docentes do que os rácios regionais exigiam.

Isto é, que a Região, de facto, tinha muito mais funcionários do que aqueles que estavam previstos no diploma legal.

(Aparte inaudível)

Diz a bancada do Partido Socialista, em aparte: “era verdade”. Com certeza que sim. Mas, o diploma estava desatualizado, mas nunca foi atualizado.

Mas esse número de trabalhadores não docentes, ao serviço das nossas escolas, hoje, está ultrapassado em 350 unidades, ou seja, nós, hoje, temos mais 350, do que nessa altura, em que o Secretário Regional da Governação do Partido Socialista fazia afirmação e temos menos 4000 trabalhadores.

Portanto, a outra falácia é de que, efetivamente, nós, hoje, com menos alunos, temos mais trabalhadores do que tínhamos, exatamente, quando o Partido Socialista deixou de governar.

Mas ainda há mais uma *falaciazinha*, e esta vai-me permitir, Senhor Deputado Rodolfo Franca, de que seja mais personalizada. É que, o senhor quando deixou de exercer funções num conselho executivo, a sua escola tinha menos 20

trabalhadores não docentes no quadro, do que tem hoje e o senhor diz que hoje isto está tudo no pântano, que hoje é uma desgraça, que as escolas se fecham. Ó, Senhores Deputados, é verdade que não está tudo bem e nunca estará tudo bem, nem nunca teremos tudo bem.

Agora, umas coisas os senhores têm de condescender e ficava-vos muito bem reconhecer que hoje está melhor, do que no tempo da governação socialista.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Posto isto, obviamente, que nós temos de confrontar duas iniciativas legislativas e atender ao mérito, à eficácia e ao que daí pode resultar em melhorias para o nosso sistema educativo regional.

Objetivamente, a proposta que vem do Governo, com as propostas de alteração que a coligação também faz, e já fez distribuir, é uma proposta significativamente melhor para o sistema educativo regional do que aquela que o Partido Socialista apresenta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem

O Orador: Não só pela circunstância de ter sido negociado e acolhida pelos sindicatos, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Olhe que não!

O Orador: ... mas, sobretudo, porque confere mais segurança, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Não apoiado!

Orador: ... previsibilidade, melhorias para o funcionamento das nossas escolas. Não só ao nível do recrutamento, como ao nível da majoração que fatores como: as características arquitetónicas, a natureza do estabelecimento de ensino, nomeadamente quanto ao regime de funcionamento, às ofertas

educativas de escola, como até à caracterização da sua população de assistentes operacionais, é melhor do que a de Partido Socialista.

O Partido Socialista, quando o Governo Regional e a bancada do PSD ou dos outros partidos da coligação, dizem que acrescentar um trabalhador por cada 20 que tenha mais de 60 anos de idade, ...

Deputado Rodolfo Franca (PS): Os senhores não tinham nada, zero!

Orador: ... que isso só é benéfico para as escolas das cidades de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo é pela circunstância de que no universo de assistentes operacionais das restantes escolas, muito dificilmente alguma vez haverá vinte ou mais funcionários com 60 anos.

E o que é que nós fazemos? Nós propomos que, por cada 20% do quadro, possa crescer mais um trabalhador.

Só aí, está uma melhoria significativa que desempataria, na pior das circunstâncias, a decisão para avançar para especialidade entre a proposta do PS e a proposta da governação.

Mas não é apenas esse, é também relativamente ao tempo revisão dos quadros das escolas, que, contrariamente, à proposta do Partido Socialista, a nossa proposta vai no sentido de ser feita anualmente.

Mas ainda mais uma circunstância e essa também, e essa também se deve sublinhar que distingue muito bem o nosso entendimento sobre aquilo que são as condições precárias com as quais os foram coniventes ao longo de 24 anos de governação.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: Que é, quando um trabalhador entra em baixa médica prolongada e isso é previsível, ele deve imediatamente ser substituído. Não por um programa ocupacional, nem por uma média de cada três, porque se uma escola tiver um trabalhador, um assistente operacional, previsivelmente a faltar por tempo longo, ele deve imediatamente ser substituído. Não ficar à espera de que essa

escola precise de ter três nessas condições, para depois poder ser substituído por um.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Então porque é que não fazem?!

O Orador: Um trabalhador faz falta numa escola, três fariam muito mais falta. Também nisso, o Partido Socialista dá, digamos, boa nota daquilo que fez ao longo de muitos anos de governação. Deixou-nos mais de 500 trabalhadores de programas ocupacionais a trabalhar nas nossas escolas, a suprir necessidades permanentes ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem

O Orador: ... e isso, decididamente, nós não queremos que continue.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Dou a palavra agora à Senhora Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo: Nesta minha intervenção queria começar por dizer que, aqui da bancada dos partidos da coligação, nunca dissemos, neste debate, que estava tudo bem, que tudo aquilo que o Governo implementou e que queria apresentar, por via deste diploma que foi entregue nesta Casa, que resolvia todos os problemas com que muitas vezes nos deparamos, daquilo que é dito pelas escolas, pelos executivos, pelos encarregados de educação. Porque da mesma maneira que os transmitem aos senhores deputados do Partido Socialista, também nos transmitem a nós e, sensíveis a isso é que a coligação apresentou uma proposta de alteração. Algo

que, se calhar no passado, era impensável, o Partido Socialista apresentar propostas de alteração aos diplomas Governo Regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: E, portanto, dando-se essa sensibilidade ...

(Aparte inaudível)

A Oradora: Verdade, Senhora Deputada, é verdade, Senhora Deputada!

E, portanto, não reconhecendo essas necessidades das escolas, o contato que temos tido com as escolas é que apresentámos esta proposta de alteração. Resultante daquilo que é a proposta também apresentada ao Partido Socialista, porque todos sabemos que apenas uma será discutida na especialidade, resultante daquilo que foi o trabalho na própria Comissão e das audições que fizemos aos sindicatos que estão representados na região e resultante de todo esse trabalho, desde a entrada dos diplomas nesta Casa, é que resultou a nossa proposta de alteração.

Deputado Rui Martins (BE): Muito bem!

A Oradora: E é assim que tem de ser, também reconhecendo a centralidade deste Parlamento.

E, ao contrário daquilo que dizem, que muitas vezes somos acusados que estamos aqui sempre a dizer *ámen* ao Governo, esta é mais uma prova de que estamos aqui, sim, para fazer o nosso trabalho, para fazer o nosso trabalho de melhoria daquilo que são as propostas apresentadas e na melhoria de vida, neste caso, de melhoria nas comunidades escolares.

Depois, veio o Senhor Deputado Rodolfo Franca dizer que agora temos escolas fechadas, temos manifestações. É verdade, temos. Mas, numa pesquisa muito rápida, também a verdade é que antes também havia escolas encerradas por falta de auxiliares. A verdade é essa.

O senhor quer fazer parecer que antes estava tudo muito bem. Agora, o Governo está a implementar, está tudo mal, está tudo mal feito, tem de vir o PS

em socorro daquilo que são as propostas do Governo, porque agora o PS é que vai salvar. Como se antes também não tivessem coisas que estavam muito mal, começando por esta proposta, que é de 2006.

Depois vem o Senhor Deputado Rodolfo Franca - e, isso sim, é lamentável, Senhor Deputado, tenho de o dizer - que o Governo veio atrás da proposta de criar o Estatuto apresentada pelo Partido Socialista a 1 de julho. Pois bem, e que a intenção do Governo era apenas rever o DRR.

Pois muito bem, a 16 de maio: *Açores iniciam negociação para o novo estatuto do pessoal da ação educativa.*

A 28 de maio: *Secretária Regional da Educação inicia negociações sobre o estatuto do pessoal da ação educativa.*

Deputado Rui Martins (BE): Muito bem!

A Oradora: O Estatuto, Senhor Deputado, está aqui, em maio!

E posso falar com os sindicatos porque eles próprios, estava o Senhor Deputado a dizer, porque nós ouvimos todos os sindicatos. Na audição à UGT o que é que foi dito? Pediu a palavra o Senhor Deputado Rodolfo Franca para colocar questões específicas em relação ao diploma do Partido Socialista, tendo sido esclarecido que a representante da estrutura sindical não se pronunciaria sobre a mesma, uma vez que a mesma não foi alvo de negociação coletiva, ao contrário da proposta do Governo Regional.

E, portanto, vem agora aqui o Senhor Deputado Rodolfo Franca, a dizer que ouviu os sindicatos e que também fez esse trabalho e que esse trabalho foi todo feito, desmerecendo o trabalho que foi feito pelo Governo Regional. Pois, isso é que é de lamentar.

Quanto à proposta de alteração da coligação que está a ser tão criticada por parte da bancada do Partido Socialista, pois bem, vou reiterar aquilo que disse inicialmente.

A situação das bolsas de estudo, que foi uma questão que a proposta do Partido Socialista previa, que em trabalho de Comissão, os próprios sindicatos referiram os partidos que suportam este Governo entendem que realmente é uma medida que vai dar resposta, principalmente, às questões mais imediatas que, muitas vezes, precisam de uma resposta mais rápida.

O grau de deficiência que isso não está na proposta do Partido Socialista, entendemos que deve ser contabilizado.

E quanto à questão dos assistentes operacionais com mais de 60 anos, entendemos que o cálculo que é feito, por parte da proposta do Partido Socialista, não é resposta adequada e sugerimos que seja uma percentagem por 20%, para exatamente chegar a todas as escolas.

E, para além disso, que o DRR deve ser revisto anualmente para correremos o risco do que estamos aqui a falar, que não era revisto desde 2007.

E, portanto, esse é o entendimento das bancadas que suportam o governo. É nesse sentido que trabalhamos e consideramos que a proposta do Governo é melhor, é mais adequada, é mais abrangente naquilo que também é autonomia das escolas, que deve ser nessa feita nesse sentido.

E depois, só para terminar, queria dizer, e não posso deixar de dizer isto ao Senhor Deputado António Lima, que há bocado estava a falar da questão dos médicos. Pois bem, Senhor Deputado, o Senhor Deputado, é que nesse diploma disse que era uma proposta, *atentatória dos direitos do trabalho e das conquistas, por exemplo, da negociação coletiva*. E o que me espanta é, que se isso era importante neste diploma, então agora não é importante?

E, portanto, acho que isso também é que temos de salientar.

Muito obrigada.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estevão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Rodolfo Franca, eu perguntei-lhe onde é que estava e o senhor que me disse foi: “Eu estava lá, eu até era Presidente do Conselho Executivo, mas eu estive sempre calado, porque de 2006 a 2020 eu estive calado e eu até concordei com o que lá estava.”

Portanto, o Senhor Deputado sobre isto, sobre esta matéria, o senhor, como socialista, agora é que se lembrou. Então não se lembrou entre 2006 e 2020 e como presidente de uma unidade orgânica? Estava tudo bem, há dois anos estava? O Senhor Deputado o que é que fez? Não fez nada, Senhor Deputado, não fez nada.

Deputado João Vasco Costa (PS): E o Senhor?

O Orador: Isso mostra a sua coerência nesta matéria.

Senhor Deputado, mais coisas: o Senhor Deputado, até diz: “Bom, mas a Senhora Deputada, agora adivinhou que o Partido Socialista iria fazer uma intervenção nesta matéria. É preciso que a Senhora Deputada esteja muito dotada, do ponto de vista da previsão dos astros, porque é difícil prever que alguém que esteve, Senhora Secretária, que alguém que esteve, de 2006 a 2020, não havia proposta nenhuma, agora prever que afinal vinha aí uma proposta do Partido Socialista, é difícil. Senhora Secretária, dou-lhe os meus parabéns por essa capacidade de previsão. Eu não conseguiria, depois de tantos anos, nada faria prever que o Partido Socialista se ia lembrar desta matéria.

Bom, vamos lá ver também outra matéria, diz o Senhor Deputado: “Não, nós tínhamos funcionários, tínhamos muitos funcionários. Eu, como Presidente do Conselho Executivo, tinha muitos funcionários. Até gostava mais daqueles funcionários que eram os dos programas ocupacionais.” Não tinham férias, eram melhores funcionários, não tinham segurança social! Não eram melhores funcionários?! O Senhor Deputado Rodolfo Franca estava contente com os funcionários que tinha!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Em dois anos, foram contratados 350 funcionários que agora sim, têm presente, Senhor Deputado, e que tem futuro, Senhor Deputado, e essa é uma enorme diferença em relação ao passado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Senhor Deputado Nuno Barata, tem Vossa Excelência razão, defende os sindicatos, com certeza, o sindicalismo. Não há democracia sem sindicalismo. Eu próprio estou sindicalizado e tenho muito orgulho nisso e estou há muitos, muitos anos, Senhor Deputado, há 30 anos que estou sindicalizado e o que lhe digo é que, os sindicatos são fundamentais para a vida democrática. Respeito muito, os sindicatos são fundamentais em muitos dos direitos que se tem adquirido, desde o 25 de Abril. O sindicalismo livre foi muito importante.

Senhores Deputados se isso é ser de esquerda, eu acho que é de ser democrático, é de pertencer a uma ala democrática da direita, que defende e prestigia o sindicalismo nos Açores e em Portugal.

E quero também dizer-lhe, Senhor Deputado, em relação à escola pública, se isso faz de mim, de esquerda, Senhor Deputado, então pode concluir que eu sou de esquerda, porque eu defendo a escola pública, porque eu considero que a escola pública é que permite construir uma sociedade democrática, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem

O Orador: ... é que permite a igualdade de oportunidades, é que permite introduzir critérios de igualdade na nossa sociedade e estou na defesa da escola pública, sempre estive, Senhor Deputado.

Finalmente, Senhor Deputado, estou na defesa de todos os açorianos. Para mim não há ilhas grandes e não há ilhas pequenas, há açorianos e há a defesa dos açorianos, onde quer que eles estejam, com os mesmos direitos, Senhor Deputado, e com os mesmos deveres.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Passo a palavra ao Senhor Deputado António Lima. Faça favor, Senhor Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu intervenho, mais uma vez, para clarificar que talvez não tenha ficado claro que a crítica que a Senhora Deputada Catarina Cabeceiras citou, que fiz aquando da discussão do diploma relativamente ao trabalho suplementar

médico, decorre, exatamente, do facto da coligação ter impedido a audição dos sindicatos em comissão. Coisa que, bastando ver o relatório da Comissão e as audições, não aconteceu com estes diplomas. Os senhores impediram este Parlamento de perguntar aos sindicatos o que é que achavam de uma determinada proposta e querem comparar isto com aquilo que estamos a discutir hoje, que são propostas que efetivamente têm parecer. Há sindicatos que não se quiseram pronunciar sobre uma das propostas, mas isso fica, obviamente, com eles. É uma opção do sindicato, eu acho mal, mas é uma opção do sindicato que o fez, mas, naturalmente, não concordamos com isso.

Aproveito esta intervenção para reforçar uma questão, é que parece, efetivamente, ouvindo o discurso do governo e da coligação, que tudo está bem, embora agora comecem a corrigir e a dizer que tudo que nem tudo está bem. Mas, efetivamente, eu não me recordo, nos últimos anos, ter havido um tão grande número de manifestações, encerramentos de escolas e vou vou-vos dizer a lista (já agora): Armando Cortês Rodrigues - Vila Franca, Luísa Constantino - Rabo de Peixe, Antero de Quental - São Miguel, EBI da Horta, com uma manifestação aqui à porta, Manuel de Arriaga, manifestação aqui à porta, Francisco Ornelas da Câmara, ilha Terceira.

Em tão pouco tempo, e estes casos não têm todos, sequer, seis meses, é um sinal, claríssimo, de que é algo de que algo vai mal, muito mal na educação, no que diz respeito ao pessoal não docente, principalmente. E nós não temos os números atuais sobre a dotação de trabalhadores não docentes nas escolas. Mas, os últimos dados que nós temos, enviados pelo Governo, no cômputo geral, incluindo programas ocupacionais e trabalhadores do quadro e contratos a termo, no que diz respeito a programas ocupacionais, a 25 de outubro de 2022, havia menos funcionários nas escolas, do que no ano letivo de 2018/2019.

Havia menos funcionários, Senhora Secretária, 1895, a 25 de outubro e os números são do Governo. Eu só me limitei a somar os diferentes tipos de

vínculos. E em 2018/2019, 1906. 1906, julgo eu, que ainda é maior do que 1895.

Ou seja, a realidade das escolas e as necessidades que as escolas têm, e basta ouvir cada um dos conselhos executivos e tenho falado com muitos e o Bloco de Esquerda tem reunido com muitos, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E instigado também alguns!

O Orador: ... é que o que nos dizem é que têm solicitado, insistentemente, maior dotação de trabalhadores não docentes, de assistentes operacionais, em particular e esses pedidos não têm, na generalidade, sido atendidos. E essas grandes dificuldades que sentem os conselhos executivos em gerir uma escola com mínimos, bastando faltar um trabalhador por uma situação imprevista, que todos nós temos, e têm de fazer uma verdadeira ginástica para conseguir manter a escola aberta.

E esse é um dos problemas que nós assistimos todos os dias nas escolas da região.

Para além disso, queria apenas dizer que nós apresentámos uma proposta de alteração que, efetivamente, clarifica e seria redundante se não soubéssemos aquele que é o entendimento do Governo e da coligação sobre esta matéria. Já ouvimos o Governo e a Coligação, embora o Senhor Deputado Joaquim Machado agora diga outra coisa, mas a dizer que o recurso a trabalhadores em programas ocupacionais deve ser apenas para substituições temporárias e isso não pode acontecer.

(Aparte inaudível)

O Orador: A Senhora Deputada Délia Melo já o disse, e a Senhora Secretária já o disse. Peço desculpa, mas isso está já foi mais do que confirmado pelo Governo e pela coligação.

E isso não pode acontecer porque os programas ocupacionais servem para formação dos trabalhadores, não servem para necessidades, nem permanentes,

nem temporárias. E essa proposta que nós fazemos de alteração, tanto à proposta do Partido Socialista, como para a proposta do Governo e, tendo em conta a aprovação ou não desta proposta, decidiremos o nosso sentido de voto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Carlos Furtado, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Furtado (IND):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

As duas iniciativas que estão em discussão aqui esta tarde pretendem adaptar o estatuto dos assistentes educativos a uma melhor realidade para esses funcionários, que estão ao serviço dos nossos filhos nos Açores.

Devo dizer que, sinto-me dividido relativamente às duas, porque por um lado, e uma vez que o Senhor Deputado Rodolfo Franca, já esclareceu que também o Partido Socialista ouviu as forças sindicais, aquando da constituição do seu documento, o que me deixou também algum conforto, a proposta do Partido Socialista parece-me mais rica em termos de construção do próprio documento. Ressalvo que, por exemplo, o artigo 6.º identifica os critérios de apuramento das necessidades permanentes das unidades orgânicas de uma forma mais esclarecedora, do que a proposta apresentada pelo Governo Regional, embora entenda que na secção 2, nomeadamente na subsecção 1, 2 e 3, eu acho que foi além daquilo que seria desejável, o que - e permita-me o comentário - parece-me quase uma camisa de forças, relativamente àquilo que são as funções, quer

dos técnicos superiores, como os assistentes técnicos e dos assistentes operacionais.

Portanto, eu acho que limita bastante o âmbito das atividades ou das funções desses quadros, porque eu acho que essas definições estarão definidas naquilo que já são, que são as funções normais dos funcionários das escolas.

Relativamente à proposta apresentada pelo Governo e uma vez que também o Partido Socialista ouvi os sindicatos, estranho que na proposta do Partido Socialista não exista qualquer proposta que se aproxime do artigo 3.º, nomeadamente alínea g), do n.º 2 e que depois é identificada no n.º 10 e no n.º 11 deste mesmo artigo 3.º, onde, por exemplo, refere que os direitos dos profissionais, nomeadamente, no pagamento de danos causados em situações diversas dentro das escolas, danos causados a bens próprios dos funcionários, a não terem cobertura no seguro de acidentes de trabalho, sejam pagos pelas escolas. Permitam-me o comentário, eu acho que essa que essa observação que é feita no documento apresentado pelo Governo é excessiva, porque pode desencadear aqui uma situação de aproveitamento indevido daqueles que são os recursos das escolas.

Eu acho que esta é uma matéria da qual eu não tenho vergonha de falar, podem se calhar dizer que era preferível não falar disso para não ferir ninguém, mas eu não tenho problema de falar dela. Eu acho que é que é acautelar em excesso os direitos dos funcionários, o que pode levar a abusos. E, uma vez que, que estamos a falar de recursos públicos, eu acho que a justa utilização dos recursos públicos deve estar acima dos interesses de todos, por isso, acho que esse artigo terceiro, nomeadamente na alínea g), do n.º 2, que que depois é especificada no n.º 10 e n.º 11, acho que é excessiva essa matéria e não posso acompanhar essa iniciativa, nomeadamente nesse ponto.

Quero ainda, enaltecer o Partido Socialista pelo facto de ter tornado a iniciativa pública, antes de a iniciativa ser apresentada pelo Governo e enaltecer ainda o

conjunto de alterações que foram apresentadas agora, percebendo se calhar a bancada do Partido Socialista que há boas probabilidades da vossa iniciativa não ter sido aprovada, datem também um contributo com várias propostas de alteração à proposta do Governo. Isso, no meu entender e na minha leitura, indica que isto representa humildade democrática e representa boa vontade de resolver os problemas dos açorianos.

Acreditando, o Partido Socialista, que a vossa iniciativa possa não ser aprovada, não quiseram deixar de apresentar um contributo à iniciativa que possa que possa vir a ser provada, que é a iniciativa do Governo.

O mesmo não posso dizer da bancada da direita, que não fez o mesmo, relativamente à iniciativa do Partido Socialista, ou seja, não acautelou propostas de alteração à iniciativa do Partido Socialista na possibilidade de esta ser aprovada.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há margem inscrições?

(Pausa)

Senhora Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais, têm a palavra, faça favor.

(*) Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro): Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo: Eu gostaria de começar esta minha intervenção em debate, por dizer ao Senhor Deputado Rodolfo Franca que o senhor, hoje, faltou à verdade neste Parlamento e, nessa mesma medida, deve-me a mim e às associações sindicais

representativas do pessoal não docente - que ainda assim são - um pedido de desculpas.

Eu vou passar a explicar porquê. Porque o senhor diz que nós entrámos em negociação a discutir um decreto regulamentar regional e saímos depois de vós a discutirmos uma intenção ainda melhor, Senhor Deputado.

Portanto, o senhor diz que a gente entra na negociação com uma intenção de um decreto regulamentar regional e temos declarações minhas das associações sindicais a falar de um decreto legislativo regional e que depois então fazemos um flick flack e entregamos no final um decreto legislativo regional.

Pois, eu percebo que em muitas circunstâncias, o Partido Socialista não apresente concretas propostas de alteração às associações sindicais e falo num conjunto de intenções. Mas, este Governo, antes de começar a negociar, apresenta uma proposta de redação. Proposta, essa, que posso provar, posso fazer chegar à Mesa, a proposta enviada aos sindicatos com estatuto do pessoal da ação educativa e não um decreto regulamentar regional.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A confusão que pode ter sido criada foi quando nós evidenciamos que também íamos discutir com as associações sindicais e, já agora, também o fizemos com todo o Conselho Coordenador do Sistema Educativo Regional, a discussão dos princípios do decreto regulamentar regional. Veja lá, em matéria que nem sequer carecia de negociação coletiva, nós apresentamos aos nossos parceiros para apresentação de parecer.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem

A Oradora: Outra questão que gostaria aqui de colocar, o Senhor Deputado diz que, de facto, não tem o dever da negociação e que fizeram auscultação prévia. É verdade, Senhor Deputado!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mas sem documento!

A Oradora: Não tem, não têm, mas podem depois tentar concertar com os vossos parceiros a proposta que lhes apresentam e isso não foi feito. Se tivesse, se calhar, não estávamos perante alguns erros crassos que aqui estão e que os senhores, até agora, com a vossa proposta de alteração que apareceu nos últimos minutos, até pioram.

Vou dar-lhe um exemplo, respondendo à questão suscitada pela Senhora Deputada Délia Melo. A Senhora Deputada Délia Melo, relativamente, à questão dos trabalhadores da ação educativa com mais de 60 anos, pergunta-me, qual era a diferença entre as duas propostas?

Ora, muito bem. A proposta inicial do Partido Socialista, era uma proposta de 1 por cada 20 trabalhadores com mais de 60 anos ou fração. Eu vou deduzir que era fração de 20. Depreendendo que era fração de 20 nós teríamos uma medida que era aplicável a apenas 6 escolas da nossa região e que se traduzia num aumento de 12 trabalhadores. Quando os partidos da coligação apresentam uma proposta para que seja feita uma ponderação, com referência a 20%, nós passamos a abranger 32 unidades orgânicas da região, com total de 35 trabalhadores.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ainda bem! Ótimo! Maravilha

E a vossa proposta do governo quantos tinha?

A Oradora: A vossa proposta, entretanto, que agora aparece. Aparece o debate, a questão é colocada e a vossa proposta que agora aparece só faz referência a 1 por cada 20 trabalhadores com mais de 60 anos e, portanto, reduz de 12 para 6.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Portanto, vejamos o que é que é feito em cima do joelho! Mas mais, Senhoras e Senhores Deputados:

Os Senhores, colocam a tónica da vossa proposta na necessidade de haver uma maior transparência, colocando num decreto legislativo regional uma regulamentação. Ora, não vou fazer mais referência à questão do passado e vamos poder conceder que então queriam de facto fazer essa mesma regulamentação, aqui nesta forma, e passar tudo para decreto legislativo regional. Agora, expliquem me, por favor, se esta norma passar, como é que eu vou poder aplicar o cálculo de um rácio quando eu nem sei, quantos de educação especial, não sei qual é a tipologia, ...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Claro! Exatamente!

A Oradora: ... não tenho forma e sou obrigada a regulamentar e isso põe por terra, totalmente, a vossa proposta que continua a padecer de vários erros, Senhor Deputado, porque ela, quando faz referência, e os senhores corrigiram no rácio máximo e no rácio mínimo e fizeram essa correção para não haver dúvidas, mas esqueceram-se depois, quando se refere *ou fração*, eu pergunto, fração de quê? Fração de quê?

Na vossa proposta, os senhores dizem que é um rácio mínimo de 1 por cada 500 ou fração. Fração de quê?

E, portanto, mais um exemplo em como sou obrigada a fazer precisamente aquela regulamentação que os senhores queriam evitar.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Mas dar-lhe-ei mais exemplos, Senhor Deputado, se tivessem ouvido as associações sindicais nunca introduziriam mecanismos de formação que não contemplassem o maior leque possível de formação disponibilizada aos nossos trabalhadores. Os senhores centram na administração educativa regional e impedem que os nossos trabalhadores da ação educativa nas nossas escolas possam aceder à ação creditada na função pública a nível global e até mesmo a acreditada pelo próprio Ministério da Educação.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Rodolfo Franca (PS): O Governo tinha zero!

A Oradora: Portanto, isto é totalmente inconcebível!

Com estes pontos, se evidencia bem que a pressa que os senhores tiveram em apresentar uma legislação, para não ficarem vagos, e para resolverem um problema que tinha sido suscitado quando ficaram totalmente isolados em fevereiro do ano passado, quando votaram contra uma proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda, apresentar uma proposta de alteração que peca por omissão e que, ainda por cima, vai obrigar o Governo a fazer aquilo que os senhores precisamente queriam evitar que o Governo fizesse.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (IND):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Atendendo à complexidade desses dois diplomas, e uma vez que versam sobre a mesma matéria, atendendo ainda ao facto de o Partido Socialista ter apresentado, como já comentei há pouco, um conjunto de propostas de alteração bastante complexo, entendo que é tempo desta Câmara fazer uma pausa, debruçar-se seriamente sobre as propostas de alteração que, entretanto, entraram e, uma vez que isso está conforme eu expus, eu acho que era de bom senso, os deputados que podem pedir um intervalo regimental - que não é o caso do deputado independente - pedir um intervalo regimental para analisarem em consciência as propostas de alteração que foram aqui apresentadas.

Eu, da minha parte, enquanto não usar algum tempo a analisar essas propostas de alteração, não poderei fazer uma análise correta sobre as mesmas.

Portanto, fica aqui o desafio feito aos deputados, que assim que entenderem e puderem pedir um intervalo regimental para o efeito. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor deputado João Bruto da Costa pede a palavra para?

Faça favor, Senhor Deputado.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Senhor Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: Muito obrigado, é regimental, está concedido. Regressamos às 17 horas e 30 minutos.

Eram 17 horas e 01 minuto.

Presidente: Vamos recomeçar os nossos trabalhos. Agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 17 horas e 34 minutos.

Senhoras e Senhores Deputados pergunto se há mais inscrições para este debate?

(Pausa)

Tem a palavra o Senhor Deputado Rodolfo Franca. Faça favor, Senhor Deputado.

(*) Deputado Rodolfo Franca (PS): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Parece-me que não é bom continuamos a insistir em quem foi realmente o primeiro, em quem foi o segundo. Não é bom.

Mas, quanto a isso, Senhor Deputado Paulo Estêvão, o Governo Regional não precisaria de adivinhar, porque em fevereiro de 2022, o Grupo Parlamentar do PS anunciou publicamente que iria proceder à elaboração de raiz de um novo estatuto do pessoal, assistente e técnico de apoio à educação e ensino.

Quanto a isto parece-me redundante insistir no assunto.

E depois, interessa dizer que, do nosso ponto de vista, do ponto de vista do grupo Parlamentar do PS, já ganhámos.

(Risos)

E ganhamos, não só nós, como ganhamos todos e ganharam, essencialmente, as nossas escolas, ganharam essencialmente os nossos alunos e as nossas famílias.

Porquê? Porque, do nosso ponto de vista, aqui o que mais interessa, não é, quem é realmente o autor de determinada ideia. Aqui, o que mais interessa é se essa ideia, que é boa, na prática, se vai aplicar às nossas escolas.

E, nesse sentido, só há uma coisa a lamentar, Senhor Deputado Nuno Barata, não é o facto, de, eventualmente, haver uma inspiração - para não chamar

plágio - das ideias de um determinado grupo parlamentar, a ser colocadas noutras. O que importa para nós e, repito, é o facto dessas ideias verem a luz do dia e o que eu digo que é realmente lamentável, é eventualmente não se assumir que as ideias saíram deste diploma e é também lamentável, ou temos pena - vamos dizer assim - que outras ideias também muitíssimo positivas do nosso diploma não sejam também bebidas para o diploma que o Governo propõe. Por exemplo, a ideia de, neste estatuto, ficar plasmada a máxima regulamentação possível para que seja esta a Casa que decide quais são as regras a aplicar. A isso chamamos transparência pela centralidade parlamentar.

Ficamos satisfeitos, pelo facto do Governo, hoje, entender que será bom a centralização do concurso. Ficamos muito satisfeitos. Como ficámos também muito satisfeitos, que o Governo, também hoje e só hoje, entenda que efetivamente a bolsa de recrutamento também possa vir a dar um ótimo contributo à organização do nosso sistema.

Por outro lado, a revisão dos rácios ser também anual. Era algo que o Governo tinha estabelecido como sendo de 3 em 3 anos. Neste momento, estabelece como sendo anual. Ficamos muito satisfeitos por esse facto também.

E efetivamente, há ainda uma outra ideia que ficou por plasmar, por exemplo, os rácios de psicólogos de técnico de serviço social e de técnico de ciências da educação, seria bom também, que mais não fosse, ou que mais não seja, em sede de decreto regulamentar regional também estes rácios fiquem definidos de uma forma muito clara e o mesmo se passa com os assistentes técnicos.

Por outro lado, e no que toca aos assistentes operacionais, gostaríamos de ver também nestes rácios a ideia de que não só o pré-escolar e o primeiro ciclo de ensino têm, eventualmente, o direito a um assistente operacional por grupo/turma. Seria bom também ver isto no segundo e terceiro ciclo e no ensino secundário, ainda que o número de alunos por turma, naturalmente, por

lei, em termos de grupo/padrão não corresponda, exatamente, ao mesmo número de alunos.

Por outro lado, Senhora Deputada Délia Melo, no que toca aos funcionários, aos assistentes operacionais com mais de 60 anos de idade, ficamos muitíssimo satisfeitos que o Governo agora também acolha a nossa ideia. Será ótimo para as escolas, será ótimo para as famílias, será ótimo para os nossos alunos e ficamos muito satisfeitos porque é uma ideia que vem trazer uma melhoria geral ao sistema.

Por outro lado, pena é que também a questão das baixas médicas, ao fim de três baixas médicas de longa duração com mais de 180 dias, não tenha sido acolhido porque, efetivamente, o que acontece, na prática, não é aquilo que Vossas Excelências dizem que acontece, talvez fosse bom que acontecesse, ou seja, uma baixa médica de longa duração equivaler a uma substituição.

É a perguntar a cada órgão de gestão de cada uma das unidades orgânicas que nós o fizemos e, efetivamente, não é isso que acontece. E daí a nossa ideia de, ao fim de 3, haver o direito de, pelo menos, recrutar-se um assistente operacional. É uma forma de, como que, obrigar ao Governo Regional a que cumpra um automatismo.

E, pronto, neste sentido e para já, fico-me por aqui, sublinhando que, para nós, o que mais importa e ficamos satisfeitos, ainda que não seja a nossa proposta que eventualmente possa passar, ficamos muito satisfeitos porque a proposta do Governo Regional veio buscar, veio beber um conjunto de ideias muito positivas à nossa proposta e veio com isto valorizar o nosso sistema educativo. Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Diz o Senhor Deputado Rodolfo Franca: “Já ganhamos!”.

Bom, já ganhamos! Já descobrimos quem é que ganhou, agora é preciso saber, é quem é que perdeu porque quando alguém ganha, há alguém que perde.

Ora, quem perde é a legislação pré-existente do Governo do Partido Socialista, Senhor Deputado.

O que é aqui derrotado, o que é aqui alterado, Senhor Deputado, o que é aqui vencido, Senhor Deputado, é ordem pré-existente do seu partido, Senhor Deputado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Senhor Deputado, agora vou lhe dizer uma coisa, está nas regras do jogo e temos de rever estas imagens. Não é possível ganhar e perder ao mesmo tempo. O senhor tem de escolher: ou ganha ou perde!

Senhor Deputado, os factos indicam que Vossa Excelência perdeu! Perdeu Vossa Excelência, o Partido Socialista, o Governo do Partido Socialista, a ordem pré-existente que durou estes anos todos. O que foi derrotado foram as regras que o Partido Socialista se recusou a alterar enquanto foi governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Agora, quem ganha são as nossas escolas. Quem ganha são os profissionais que trabalham nesta área, que vêm os seus direitos reconhecidos. Quem ganha são os nossos alunos, as nossas famílias. São esses que ganham Senhor Deputado.

E o que quero dizer é o seguinte: em relação à regulamentação, não resisto. Encontrei um diploma ao acaso. Até nem sei bem o nome, vou ver agora: *Programa famílias com futuro.*

Olhe, veja aqui, logo no artigo 12.º, n.º 4: os valores máximos de renda por metro quadrado são fixados por decreto regulamentar, regional.

Depois continuamos, logo no artigo 19.º: os documentos e os elementos necessários à formalização da candidatura, os serviços onde os mesmos deverão ser apresentados, são fixados por regulamento.

Depois continuamos - isto é só dar um exemplo - o que está a amarelo era tudo para regulamentação. Já não vou ler mais. Há um protesto do Senhor Deputado Vasco Cordeiro, para quem isto está a ser uma recordação dolorosa e, portanto, não vou continuar. Tudo isto que aqui está é tudo para regulamentação, Senhor Deputado.

Então também aí, Senhor Deputado, já ganhamos porque neste Governo as matérias ficam definidas, em grande parte dos casos.

E, por isso, o que posso dizer também aqui, em relação à centralidade do Parlamento, Senhor Deputado, já ganhamos e para que ganhássemos, foi preciso derrotar Vossas Excelências, foi preciso que Vossas Excelências tivessem sido derrotados nas eleições de 25 de outubro de 2020.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhora Deputada Délia Melo tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu gostaria de começar por dizer que a coligação tem, de facto humildade democrática, ...

Deputado João Vasco Costa (PSD): Nota-se!

Deputado Berto Messias (PS): Sim, a senhora é um potencial de humildade!

A Oradora: ... ao contrário do que disse o Senhor Deputado, porque nós, e logo na minha primeira intervenção, eu referi que aquilo que nós queremos é o melhor para as escolas, para todo o pessoal da ação educativa e, por isso mesmo, nós vimos que, realmente, havia um ponto que era mais benéfico na proposta do Partido Socialista e nós apresentamo-lo também para enriquecer aquilo que era a proposta do Governo.

Portanto, se isto não é humildade, não sei o que é que é. Plágio é que não é, de certeza, porque nós não viemos para cá com uma atitude de arrogância, de dizer que não íamos aceitar absolutamente nada viesse das bancadas opostas. O que nós estamos aqui a fazer e o nosso trabalho é encontrar o melhor para as escolas e para todo o pessoal da ação educativa porque são eles e somos todos nós que ganhamos com isso.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Depois dizer que, a proposta do Partido Socialista... não vale a pena estar aqui a esmiuçar muito mais, que já quase tudo foi dito, mas reiterar aqui que a proposta do Partido Socialista tem sérias omissões e desadequações e já foram dados vários exemplos, até mesmo ao nível dos rácios, que não contemplam os critérios que são definidos.

Portanto, temos aqui uma tentativa depois de esmiuçar tudo aquilo que de serem tão exatos em tudo aquilo que querem propor, que depois perdem-se aqui algumas informações e o documento fica incoerente.

Para além disso, é inegável que a proposta do Governo Regional traz, de facto, mais benefícios, traz maior segurança e condições mais vantajosas para as escolas e para o pessoal da ação educativa.

Aliás, se dúvidas houvesse, nós ouvimos os cálculos e a apresentação dos números que foram feitos aqui, pela Senhora Secretária Regional, que deixou

claramente expresso que, pela proposta do Partido Socialista, beneficiariam 6 escolas com um aumento de 12 trabalhadores. Com a proposta da coligação, serão 32 unidades orgânicas com 35 trabalhadores. Portanto, obviamente que esta proposta é muito mais benéfica.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: E dizer, para terminar, se nós olharmos exclusivamente para os números da responsabilidade deste Governo Regional, foram abertos 649 lugares de quadro para pessoal de ação educativa, durante este mandato, dos quais, 539 para assistentes operacionais e há também mais 46 concursos abertos.

Há aqui um efetivo combate à precariedade ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... aquilo que os senhores nunca fizeram enquanto estiveram no Governo.

Disse!

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(*) Deputado Carlos Furtado (IND): Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Há tanta grandeza na vitória como na derrota.

Sinceramente, eu preferia não ouvido agora intervenção do Senhor Deputado Paulo Estêvão, que, para além de falar da sua vitória, tem que ainda humilhar com a possível derrota do dos adversários.

Eu acho que a política deve ser mais do que isso. Deve haver mais elevação, Senhor Deputado.

(Aparte inaudível do Deputado Paulo Estevão)

O Orador: Sim, porque o Senhor Deputado disse que ganhou e que os outros perderam. O senhor disse, isso está a gravado.

(Diálogo na Sala)

O Senhor Deputado Rodolfo Franca, disse e bem, chamou a si as pequenas vitórias que podem ter constituído a participação do grupo parlamentar do Partido Socialista nessa iniciativa. Sinceramente, também acho que não fica bem estamos a acusar o Partido Socialista. Se não apresenta propostas é que não apresenta propostas, se apresenta propostas e são chumbadas é porque tiveram uma derrota.

Senhores, as pessoas lá em casa esperam de nós mais do que essas participações e esperam, precisamente, que haja os contributos para serem vitoriosos ou derrotados.

O que as pessoas não apreciam é a derrota e a humilhação dos derrotados. Mas, se os senhores continuam a achar que é assim que se faz, política ...

(Aparte inaudível do Deputado Paulo Estevão)

O Orador: ... continue Senhor Deputado Paulo Estevão, continue, se assim que o senhor encara a política, continue!

Eu, por mim, na minha forma de pensar, eu na política, sempre estive mais associado às derrotas do que às vitórias porque nunca tive medo de estar do lado de quem perde, mas também quando estou do lado de quem não perde, também com a devida humildade, reconheço o mérito de quem não ganhou.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Encerramos assim o debate na generalidade.

Senhoras e Senhores Deputados teremos de fazer mais um intervalo porque a Mesa não está em condições de iniciar as votações. Deram entrada, há pouco, um conjunto alargadíssimo de propostas que têm de ser analisadas. Já fizemos quatro grelhas em relação a estes diplomas e, portanto, assim é quase impossível trabalhar, mas vamos trabalhar e, portanto, os serviços estão a concluir as grelhas de votação e vamos fazer um intervalo de 30 minutos.

(Aparte inaudível)

Podemos votar na generalidade, sim senhor.

Vamos então votar na generalidade o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 62/XII - Estatuto do pessoal, assistente e técnico de apoio à educação e ensino, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de sentar.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 62/XII foi rejeitado na votação na generalidade com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do CH, 1 do IL e 1 do Deputado Independente.

23 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Vamos agora votar na generalidade a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º [41/XII – Aprova o Estatuto do Pessoal de Ação Educativa do Sistema Educativo Regional, apresentada pelo Governo Regional dos Açores](#):

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de sentar.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 41/XII foi aprovada na votação na generalidade com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PPM, 1 do CH, 1 do IL, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente.

23 votos contra do PS.

Presidente: Vamos então fazer um intervalo. Regressamos às 18 horas e 20 minutos.

Eram 17 horas e 55 minutos.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados vamos iniciar então o debate e a votação na especialidade da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 41/XII – “Aprova o Estatuto do Pessoal de Ação Educativa do Sistema Educativo Regional”](#).

Eram 18 horas e 22 minutos.

Pergunto se há inscrições para o debate na especialidade?

(Pausa)

Vamos votar o artigo 1.º do diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O artigo 1.º colocado a votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados como tem um conjunto de propostas de alteração que têm implicações nos artigos seguintes do diploma, a proposta é que se vote agora todos os artigos dos anexos e depois regressamos ao n.º 2, 3 e 4 do diploma porque há , inclusivamente, uma proposta da coligação ao n.º2 do artigo 2.º que se refere ao artigo 5.º do diploma. Nós não podemos aprovar agora esta proposta, sem saber o que é que acontece ao artigo 5.º.

Vamos então passar à votação dos artigos do anexo.

Artigo 1.º e 2.º não têm propostas de alteração. Posso colocá-los à votação em conjunto?

Está à votação o artigo 1.º e 2.º do anexo:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O artigo 1.º e 2.º do anexo colocado a votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM ao n.º 10 do artigo 3.º do anexo:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

O Senhor Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada a votação foi aprovada com 23 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PPM, 1 do CH, 1 do IL e 1 do PAN.

1 voto contra do Deputado Independente.

Presidente: Está à votação o artigo 3.º do anexo com esta proposta que acabámos de introduzir:

Senhor Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (IND):** Senhor Presidente eu pedia que pusesse à votação a alínea g) do n.º 2. Votação à parte, por favor.

Presidente: Está à votação alínea g), do n.º 2, do artigo 3.º do anexo:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

O Senhor Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: A alínea colocada a votação foi aprovada com 23 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PPM, 1 do CH, 1 do IL e 1 do PAN.

1 voto contra do Deputado Independente.

Presidente: Está à votação o n.º 11, do artigo 3.º do anexo:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

O Senhor Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: O número colocado a votação foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PPM, 1 do CH, 1 do IL e 1 do PAN.

1 voto contra do Deputado Independente.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 3.º do anexo, com a proposta de alteração que introduzimos:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

Secretário: O artigo 3.º colocado a votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 4.º do anexo, que não tem propostas de alteração.

Está à votação o artigo 4.º do anexo:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O artigo 4.º do anexo colocado a votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação a propostas de alteração apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM ao n.º 1, do artigo 5.º do anexo:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão,

Secretário: A proposta de alteração colocada a votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a propostas de alteração apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM ao n.º 2, do artigo 5.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada a votação foi aprovada com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PPM, 1 do CH, 1 do IL, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente.

23 votos contra do PS.

Presidente: A propostas de alteração apresentada pelo PS ao mesmo número fica assim prejudicada.

Passamos para a proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM ao n.º 3, do artigo 5.º do anexo:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada a votação foi aprovada com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PPM, 1 do CH, 1 do IL, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente.

23 votos de abstenção do PS.

Presidente: Está assim prejudicada a proposta de alteração apresentada pelo PS ao mesmo número.

Está também prejudicada a proposta de aditamento do novo n.º 4, apresentada pelo PS, que fica prejudicada pela aprovação da proposta da coligação ao n.º 2, do artigo 5.º.

Está à votação a proposta de alteração apresentada à alínea g), do n.º 4 do artigo 5.º do anexo, apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada a votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento da alínea l), apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM ao n.º 4 do artigo 5.º do diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

Os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada a votação foi aprovada com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PPM, 1 do CH, 1 do IL, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente.

23 votos contra do PS.

Presidente: Com esta aprovação está prejudicada a proposta de aditamento da alínea l), apresentada pelo PS e coloco à votação a proposta de aditamento da alínea l) apresentada pelo Bloco de Esquerda, ao n.º 4, do artigo 5.º do anexo.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada a votação foi rejeitada com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do CH, 1 do IL e 1 do Deputado Independente.

23 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: A proposta de aditamento da alínea m) apresentada pelo Bloco de Esquerda está prejudicada pela aprovação da proposta de aditamento à alínea l), apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM.

Coloco à votação a proposta de aditamento da alínea m), apresentada pelo grupo parlamentar do PS, ao n.º 4 do artigo 5.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada a votação foi rejeitada com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do CH, 1 do IL e 1 do Deputado Independente.

23 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento da alínea n), apresentada pelo Bloco de Esquerda, ao n.º 4 do artigo 5.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada a votação foi rejeitada com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do CH, 1 do IL e 1 do Deputado Independente.

23 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS-PP e ao n.º 5 do artigo 5.º do anexo:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada a votação foi aprovada com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PPM, 1 do CH, 1 do IL e 1 do Deputado Independente.

1 voto contra do PAN e 23 votos de abstenção do PS.

Presidente: Está assim prejudicada a proposta de alteração apresentada pelo PS para o mesmo número e coloco à votação a proposta de aditamento, apresentada pelo Bloco de Esquerda, do n.º 6 ao artigo 5.º do anexo:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada a votação foi rejeitada com 23 votos contra do PS, 20 do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do CH, 1 do IL e 1 do Deputado Independente.

2 votos a favor do BE e 1 do PAN.

Presidente: Vamos colocar à votação o artigo 5.º do anexo, com as alterações que acabámos de introduzir:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

A Senhora e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

A Senhora e o Senhor Deputado que se abstém, façam o favor de se sentar;

Secretário: O artigo 5.º do anexo colocado a votação foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do CH, 1 do IL e 1 do Deputado Independente.

1 voto contra do PAN e 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, a proposta de aditamento do n.º 7 ao artigo 5.º dizem-me que não está prejudicada, não sei. E portanto, sendo assim, é melhor votar do que deixar a dúvida e, portanto, coloco à votação a proposta de aditamento do n.º 7 ao artigo 5.º do anexo:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhora e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada a votação foi rejeitada com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do CH, 1 do IL e 1 do Deputado Independente.

23 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, o artigo 6.º, 7.º e 8.º do anexo não têm propostas de alteração. Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto?

Qual, Senhor Deputado, 6.º? Então vamos colocar à votação o artigo 6.º do anexo:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

A Senhora e o Senhor Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar;

A Senhora e o Senhor Deputado que se abstém, façam o favor de se sentar;

Secretário: O artigo 6.º do anexo colocado a votação foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do CH, 1 do IL, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente.

2 votos de abstenção do BE.

Presidente: O 7.º e 8.º pode ser em conjunto?

Estão à votação os artigos 7.º e 8.º do anexo:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O artigo 7.º e o artigo 8.º colocados a votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, está a votação a proposta de aditamento da alínea l), apresentada pela pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM ao número 1 do artigo 9.º do anexo:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: A proposta de aditamento colocada a votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está a votação o artigo 9.º do anexo com esta alteração que acabámos de introduzir.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O artigo 9.º colocado a votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está a votação o artigo 10.º do anexo:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O artigo 10.º do anexo colocado a votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 11.º, há duas propostas de aditamento do PSD, do CDS-PP e do PPM. Posso colocá-las à votação em conjunto?

Estão à votação as duas propostas de aditamento à alínea f) e g), ao n.º 3 do artigo 11.º, apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: A proposta de aditamento colocada a votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está a votação o artigo 11.º com estas alterações que acabamos de introduzir:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O artigo 11.º colocado a votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos colocar à votação o artigo 12.º, 13.º, 14.º, 15.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados a votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está a votação o artigo 16.º do diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

A Senhora e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

A Senhora e os Senhores Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 16.º colocado a votação foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do CH, 1 do IL e 1 do Deputado Independente.

2 votos de abstenção do BE e 1 do PAN.

Presidente: Os próximos quatro artigos: 17,18, 19 também não têm propostas de alteração.

Estão à votação, os artigos 17º, 18º e 19º do anexo:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados a votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 20.º do anexo:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

A Senhora e o Senhor Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar;

A Senhora e o Senhor Deputado que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 20.º colocado a votação foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do CH, 1 do IL, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente.

2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, temos agora um conjunto de aditamentos do artigo 20-A, 20-B, 20-C, 20-D, 20-E e 20-F apresentados pelo Partido Socialista. Pergunta a Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto.

Vamos votar os artigos 20-A, 20-B, 20-C, 20-D, 20-E e 20-F apresentados pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

A Senhora e o Senhor Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de aditamento colocadas a votação foram rejeitadas com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do CH, 1 do IL e 1 do Deputado Independente.

23 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, os próximos artigos do 21.º ao 28.8 não têm propostas de alteração. Posso colocá-los à votação em conjunto?

Portanto, estão à votação os artigos 21.º, 22.º, 23.º, 24.º, 25.º, 26.º, 27.º e 28.º do anexo:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados a votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Colocou à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM ao número 1 do artigo 29.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada a votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está a votação o artigo 29º com a proposta de alteração que acabamos de introduzir:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O artigo 29.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O 30.º, 31.º, 32º e 33º também não têm propostas de alteração. Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto? Estão a votação os artigos 30º, 31º, 32º e 33º do Anexo:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Acabámos assim a votação do anexo, regressamos ao artigo segundo do diploma e temos uma proposta de alteração, apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM.

(Aparte inaudível)

Separado?

Então vamos votar a proposta de alteração apresentada ao artigo 2.º do diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está a votação a proposta de aditamento do número 2, apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM ao artigo 2.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada a votação foi aprovada com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do CH, 1 do IL e 1 do Deputado Independente.

2 votos contra do BE e 23 votos de abstenção do PS e 1 do PAN.

Presidente: Coloco à votação o artigo 2.º com as propostas de alteração que acabamos de introduzir:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O artigo 2.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O artigo 3.º e 4.º não têm propostas de alteração. Pergunto a Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto? Estão a votação, o artigo 3.º e 4.º diploma:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: Os artigos 3.º e 4.º do diploma colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar;

A Senhora e o Senhor Deputado que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de decreto legislativo regional n.º 41/XII foi aprovada em votação final global com 23 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do CH, 1 do IL, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente.

2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Encerramos assim o ponto 1 e 2 da nossa Agenda. Senhor Deputado António Lima, para uma declaração de voto, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Para rapidamente justificar o nosso sentido de voto. O grupo parlamentar do Bloco de Esquerda absteve-se na votação final global, apesar de ter votado favoravelmente na generalidade. E fê-lo, inicialmente, com a esperança de que, efetivamente, o governo e a maioria, neste caso a maioria que suporta o Governo, quisesse efetivamente alterar as práticas que têm levado a cabo, no que diz respeito à colocação de assistentes operacionais nas escolas da Região. E tínhamos, como sinalizamos no debate na generalidade, apresentado uma proposta de alteração que previa exatamente que os trabalhadores ao abrigo de ocupacionais nas escolas fossem colocados nas escolas com o intuito de terem formação e integração no mercado de trabalho. Aquilo que é, efetivamente, a essência dos programas operacionais que têm o seu lugar, que são importantes manter e que são importantes, porque há pessoas que efetivamente precisam deste desta formação, deste enquadramento no mercado de trabalho deste regresso, muitas vezes, ao mercado de trabalho. O que nós não podemos aceitar é que, tendo sido rejeitada esta proposta de alteração, se mantenha o estado de coisas que existe neste momento, que será continuação da utilização de trabalhadores ao abrigo do programa ocupacionais para necessidades, mais ou menos permanentes, ou temporárias.

Nós, tendo dado esse sinal de abertura e boa vontade, ao votar favoravelmente a proposta na generalidade, não vimos a mesma vontade de mudança da parte da coligação e da maioria que suporta o governo.

Nesse sentido, sabendo nós a forma como este diploma vai ser aplicado, porque já é prática do Governo, nós não poderíamos votar favoravelmente, apesar de na generalidade o diploma merecer a nossa concordância, mas há aspetos da sua implementação que nós antecipadamente já sabemos como é que vai ser feita.

Nesse sentido, o grupo parlamentar do Bloco de Esquerda absteve-se com esta justificação.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

(Pausa)

Senhora Deputada Délia Melo, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Quando nós estamos num cargo político, ao serviço da população, o que nos deve mover é a procura por melhores soluções para os problemas existentes.

E foi, realmente, com este sentido de responsabilidade que o grupo parlamentar do PSD votou a proposta do Governo Regional, por considerar que trará mais dignidade aos profissionais de ação educativa e também uma maior qualidade ao trabalho efetuado nas escolas.

A proposta, hoje aqui aprovada, ao contrário da outra que esteve também em discussão, apresenta critérios transparentes para a definição da dotação de recursos humanos para as escolas, permitindo também uma maior previsibilidade para as mesmas.

E, para além disso, houve um trabalho coerente de articulação também com os sindicatos e consentâneo com aquelas que são as verdadeiras necessidades das unidades orgânicas.

Uma proposta que não apresenta os erros estruturais que a outra proposta que esteve aqui também em análise apresentava.

E eu volto a frisar que, hoje, temos menos alunos, cerca de 4000 alunos no sistema educativo regional, mas mais 334 assistentes operacionais integrados em quadros. Só durante este mandato da coligação.

Portanto, por este governo, foram abertos 649 lugares de quadro para o pessoal da ação educativa.

Há, de facto, um caminho já percorrido, este documento vem dar um contributo também para aquilo que se pretende continuar a fazer, que é um combate efetivo à precariedade laboral, procurando fazer sempre mais e melhor pelos Açores e pelos açorianos.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

(Pausa)

Senhora Deputada Catarina Cabeceiras tem a palavra, faça o favor.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

O grupo parlamentar do CDS considera que esta proposta aprovada, sem dúvida, que tem o espírito de garantir o respeito na região pelo estatuto do pessoal de ação educativa, que não colide com a legislação geral, que está em vigor, que não colide com situações que, neste momento, já não eram a realidade da região. Estamos a falar de um documento de 2006. A verdade é que temos um documento que valoriza e dignifica a carreira e que garanta o

sucesso destes profissionais, que também será certamente o sucesso educativo, no nosso contexto regional.

Acho que é um passo também importante, até pela mudança da designação funcional e de deixar de ter a designação de pessoal não docente, que era uma carreira que era designada por oposição de outra, que era o pessoal docente. Acho que isso também é um passo importante na valorização destes profissionais.

Apresentámos propostas de alteração a este diploma, exatamente, por pela preocupação que tínhamos quanto àquilo que nos tem sido transmitido pelas próprias escolas, pelas associações de pais e, nesse sentido, apresentamos as propostas de alteração, no sentido também daquilo que nos tem transmitido, que é realmente existir uma resposta mais rápida, àquilo que são as baixas de curta duração. A questão também dos alunos com educação especial estar também provida a questão da dependência alunos têm nesta contabilização ou, ainda também, a questão dos profissionais agentes operacionais com mais de 60 anos e, nesse sentido, apresentarmos a tal percentagem dos 20%.

Foram estas questões, de uma forma mais geral, que apresentámos e que nos parece que também melhoraram aqui o diploma.

Também a questão de o decreto regulamentar regional ser revisto anualmente, parece-nos que é um passo importante, de existir esse compromisso por parte do Governo Regional, para seja sempre avaliado anualmente.

A verdade é que a dinâmica das escolas está sempre a ser alterada e isso também é importante para não chegarmos ao ponto que tínhamos chegado até aqui, que não eram revistas desde 2007. E, por isso, acho que foram passos muito significativos.

A verdade é que existiu essa preocupação, desde o início, por parte do Governo Regional, que nos apresentou este diploma. Foram aprovadas propostas de alteração que considero que melhoraram o diploma e, por isso, estou certa de

que este foi um passo importante para o sucesso educativo da nossa região e ajudar a minimizar também aquilo que têm sido os constrangimentos que nos são muitas vezes transmitidos, por parte da comunidade escolar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Deputado Rodolfo Franca tem a palavra, faça o favor.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O grupo parlamentar do Partido Socialista não hesitou em votar favoravelmente na generalidade, o diploma do Governo, fundamentalmente, porque entende que se deu um passo positivo, no sentido em que o nosso sistema educativo melhora com aquilo que aqui vem plasmado. No entanto, a nosso ver, lamentamos o facto desse passo não ser tão grande, quanto aquilo que desejaríamos, nomeadamente, deixando atrás um conjunto de ideias que me parecem muito válidas da nossa proposta de diploma, que, pelo menos, desta feita, não vingaram.

Não desistamos, estamos deste modo um pouco satisfeitos porque a nossa ação, no fundo, refletiu-se aqui na melhoria - que desejamos que se tenha refletido na prática - na melhoria dos trabalhos escolares, na melhoria da estabilidade, na melhoria dos resultados escolares dos nossos alunos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra para uma declaração de voto o Senhor Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estevão (PPM)**: Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores, Membros do Governo:

Votámos favoravelmente e fazemos a mesma análise, até meio da intervenção anterior, a intervenção que me antecedeu.

Consideramos que, de facto, melhora o sistema. A resposta do sistema é uma melhoria muito significativa, que permitirá dotar as nossas escolas de um conjunto de serviços que vão funcionar de forma mais regular, com maior dotação de pessoal, com maior flexibilidade o que permitirá responder às necessidades do sistema educativo e adaptar as nossas respostas a essa alteração das situações que ocorrem de ano letivo para ano letivo, que ocorrem em determinadas circunstâncias e em determinados contextos da vivência escolar, em cada escola. Dar resposta ao conjunto de escolas, as grandes e as pequenas. Permitir a melhoria da carreira de todo o pessoal da ação educativa, do sistema educativo regional, que vê aqui as suas funções dignificadas e permitir também que esta dinâmica de alteração, que consideremos que é muito importante, que é integrar numa carreira dignificada, integrar um conjunto de técnicos, cada vez mais qualificados que se substituem, de forma gradual, os trabalhadores dos programas ocupacionais que não tinham perspetivas de futuro. Tinham um conjunto de limitações, como o facto de não gozarem férias, não terem descontos para a segurança social, todo um conjunto de situações amplamente discriminatórias. Não era o futuro para estes trabalhadores, não era o futuro para os alunos, não era o futuro para as nossas escolas.

Está agora a percorrer-se um caminho de dignificação de todos estes profissionais que trabalham nas escolas e que considero que, agora sim, e não é por acaso que os sindicatos deram o seu aval a estas alterações - todos os sindicatos deram aval positivo, manifestaram-se favoravelmente a estas alterações - há realmente uma melhoria, é isso que se pretende em todas as áreas é melhorar e melhorar sempre.

Portanto, da nossa parte estamos satisfeitos e obviamente que também estamos satisfeitos de ter contado com um voto favorável, tão alargado do Parlamento dos Açores, em relação a estas alterações, em relação a este novo quadro legal.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos avançar para o ponto 3 da nossa Agenda - **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 74/XII – “Cria o SIFROTA – Sistema de Incentivo à Renovação das Frotas dos Operadores de Tráfego Local da Região Autónoma dos Açores”**. É uma iniciativa apresentada pela Iniciativa Liberal. Tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata para a sua apresentação.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Deputado João Vasco Costa (PS): Acho graça a liberais que socializam o prejuízo e privatizam o lucro!

O Orador: Esta iniciativa já foi aqui apresentada em Plenário, foi já amplamente debatida na Comissão de Economia.

É uma iniciativa, como eu disse ainda há pouco no debate que fizemos sobre a Declaração Política do PPM, é uma iniciativa que vem criar um sistema de incentivos para a modernização da frota dos operadores de tráfego, que está obsoleta, que tem algumas condicionantes, da qual a própria ilha de Corvo foi vítima durante algum tempo e que permite a estes operadores criarem condições para transportar a mercadoria entre ilhas que normalmente são visitadas por navios de contentores de 15 em 15 dias, permitindo assim, o escoamento de

carga contentorizada em por períodos mais baixos, a carga sobre rodas, viaturas e até, inclusivamente, passageiros, uma vez que embarcações e navios dessa natureza, existem no mercado com alguma facilidade para aquisição.

Ao contrário do que aconteceu num passado ainda recente, que eram dadas, passo a expressão, *esmolas* aos armadores de tráfego local para pequenas reparações anualmente. Isso sim, era subsídio. Aqui não se trata de subsídio, trata-se, sim, de um sistema de incentivos à modernização dessa frota, à substituição dessa frota.

Eu aproveito a apresentação e antes de passarmos ao debate, para lembrar a Câmara que apresentamos já propostas de alteração, uma delas foi uma gralha que tinha sido detetada no texto original. Já passou pela Comissão há algum tempo, mas foi detetada hoje ou ontem, e uma norma transitória que tem a ver, precisamente, com a ultrapassagem da lei travão.

É isto que se me apraz dizer neste momento, é um diploma que, para nós, vem obviar uma necessidade que nos parece premente e, desse modo, apelamos à Câmara a sua análise com convicção.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

A Mesa já tem duas inscrições. Tem a palavra o Senhor Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente (que não está presente), Senhoras e Senhores Membros do Governo:

As empresas privadas de tráfego local, com histórico de muitos anos a operar nos Açores: a Transportes Marítimos Graciosenses, fundada em 1953; a

empresa Barcos do Pico, em 1947 e a Parece Machado, em 1986, têm prestado um serviço de inestimável valor nas comunidades onde estão inseridas.

A primeira, opera em todo o grupo central, a segunda em três ilhas do grupo central e durante alguns períodos no grupo ocidental e a última no grupo oriental.

Apesar dos constrangimentos provocados pelas imposições meteorológicas que, como é sabido, condicionam, e de que maneira, as operações marítimas nos Açores, desde que foram fundadas, têm garantido o abastecimento das ilhas e, conseqüentemente, as exportações das suas produções.

Numa primeira fase, a seguir ao furacão Lorenzo, esforçaram-se para fazer chegar alguns bens de primeira necessidade às ilhas mais afetadas. No período de pandemia também estas empresas se organizaram e tudo fizeram para prosseguir, sem interrupções, com o normal abastecimento das ilhas que servem.

Este serviço complementa o da capotagem insular que liga o continente português e a Madeira aos Açores e que opera, essencialmente, com carga contentorizada.

Esta iniciativa do Partido Iniciativa Liberal está em linha, segundo o seu preâmbulo, com os compromissos assumidos no âmbito do acordo de incidência parlamentar, entre esta formação partidária e o PSD, que preconiza a receção e exportação das mercadorias, de e para Lisboa e Leixões - curiosamente, falta a referência à Madeira - a partir de Ponta Delgada e Praia da Vitória, portos que, segundo o proponente, movimentam cerca de 80% do total das mercadorias, sendo a movimentação feita para as outras sete ilhas dos Açores, pelas empresas de tráfego local.

Segundo é referido, ficaremos com sete das nove ilhas dos Açores, sem ligações diretas ou praticamente diretas, com Lisboa e Leixões e, possivelmente, com a

Madeira, ficando a ser servidas apenas pelas empresas de tráfego local, que são, no fundo, objeto desta iniciativa legislativa.

No entanto, revendo o acordo de incidência parlamentar, assinado a 7 de novembro de 2020, por José Manuel Baleeiro, Presidente do PSD Açores, e Nuno Barata, Coordenador do IL Açores, ao contrário do referido, não consta nada sobre transporte marítimo de

Mercadorias, apenas é referido *os passageiros*. Aliás, no capítulo IV, desse acordo, refere e passo a citar: “O Governo deve estudar e implementar um novo modelo de transporte marítimo de passageiros inter-ilhas que assegure regularidade, previsibilidade, segurança das operações realizadas e permita a mobilidade entre as ilhas com a manutenção do serviço público já prestado, repito, com a manutenção do serviço Público já prestado.” Fim de citação. Como se vê, o Governo, relativamente ao transporte marítimo de passageiros, falhou, primeiro com os açorianos e, ao que parece, falhou também com o Partido Iniciativa Liberal, que nunca manifestou publicamente o seu desagrado. Por outro lado, estão em execução, ou, pelo menos, parecem estar, dois estudos para o transporte marítimo de mercadorias e de passageiros dos Açores, que, sendo assim, segundo a nossa leitura e salvo melhor opinião, coloca alguma inoportunidade a esta iniciativa.

Seria melhor esperar pelas suas conclusões para decidir de modo fundamentado. As agendas mobilizadoras, que já foram, previam uma verba para este setor, mas acabaram, como se sabe.

Agora, seria igualmente importante perceber que apoios comunitários estão previstos e estarão disponíveis para este setor no período de programação 21-27. E isso, como se sabe, é informação que está indisponível, neste momento, para desespero dos empresários.

Por fim, entendemos que, deixando de lado a oportunidade do desconhecimento do PO 20-30 e o facto do preâmbulo não bater certo com o acordo,

concordamos que é importante dotar estas empresas de meios financeiros para renovar a frota com navios novos ou usados, porque, embora não sujeitas a subsídio do Estado, os resultados das operações não libertam fundos suficientes para o fazer de modo próprio devido ao envelhecimento da frota, que terá em média cerca de 40 anos.

Assim, o Partido Socialista vai apresentar de seguida um requerimento para que este projeto de decreto legislativo regional, em caso de aprovação, baixe novamente à Comissão competente, porque, no nosso entendimento, é preciso conhecer todos os fatores que poderão contribuir para um cabal financiamento das empresas de tráfego local que operam há muitos anos na região, contando com todas as premissas que possam ajudar na modernização do setor, que tem prestado um serviço sem subvenções públicas. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito bem, recebido o requerimento, ele é imediatamente votado sem mais debate.

Portanto, o Senhor Deputado José Ávila já apresentou qual é o objetivo do requerimento:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O requerimento colocado à votação foi rejeitado com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do CH, 1 do IL e 1 do PAN.

23 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Muito bem, tendo sido rejeitado, vamos dar continuidade ao debate.

Tem a palavra o Senhor Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

A iniciativa em discussão pretende criar um apoio a fundo perdido às empresas marítimas de tráfego local, com o intuito da renovação das respetivas frotas, que se encontram obsoletas e desadequadas das necessidades atuais do mercado.

Essas empresas representam um importante contributo nas ligações inter-ilhas, contribuindo deste modo para o mercado interno que urge potenciar, como fator de criação de riqueza.

O presente projeto de DLR, apresentado pela representação parlamentar da Iniciativa Liberal, quer genericamente do seu preâmbulo, quer concretamente dos seus objetivos, conforme o artigo 2.º, enquadra-se no programa do XIII Governo Regional.

Nas audições realizadas, destacamos a urgente necessidade de renovação da frota muito envelhecida e a impossibilidade do recurso a candidaturas ou fundos europeus, sobretudo na situação de navios usados, quer ainda por questões que têm a ver com a motorização e com os combustíveis utilizados, ou existe um sistema de incentivos de base regional conforme proposto, as empresas não têm condições financeiras para, só com os seus recursos, concretizarem a renovação da frota que se pretende.

Estando a decorrer um estudo sobre modelos de sistema de transporte de mercadorias e de passageiros, coloca-se a dúvida quanto à oportunidade desta iniciativa. Porém, dada a importância do tráfego local e a absoluta necessidade de renovação da frota, é claramente expectável que, qualquer que sejam as

conclusões de estudo, esta medida constituirá seguramente uma das prováveis conclusões.

Para além disso, para a sua efetiva entrada em vigor, a regulamentação subsequente com a aprovação deste diploma, bem como a necessidade de prévia comunicação e autorização pela Comissão Europeia, porque quando são ajudas de Estado, pelo espaço temporal que implicam, permitiram o conhecimento prévio das principais conclusões do estudo em curso.

Nesta iniciativa não é excluída a possibilidade da pretendida renovação da frota abranger o transporte misto, isto é, de mercadorias e passageiros, o que se afigura uma vantagem adicional também compatível com o programa de governo.

No preâmbulo desta iniciativa é referido, e bem, a incerteza das políticas públicas do passado quanto ao tráfego local, designadamente o passivo e inscrição de verbas no plano de investimento para aquisição pública de navios de transporte misto, condicionando assim as opções de empresas privadas, face à concorrência desleal que representariam aquelas aquisições.

Esta incerteza causou, naturalmente, o adiamento de decisões das empresas locais, contribuindo para o envelhecimento dos seus navios, cuja renovação, não tendo sido efetuada atempadamente, representa agora um esforço adicional muito significativo.

Este fator, em nossa opinião, parcialmente a responsabilidade das políticas públicas, representa uma justificação para a comparticipação, que é proposta, uma taxa de 75%.

Pelas razões expostas, pela importância que representam todas as medidas que beneficiem os sistemas de transporte nos Açores, pelo reconhecimento que esta medida tem e pelo enquadramento no programa do XII Governo Regional, o grupo Parlamentar do PSD vota favoravelmente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Nós, quando apresentámos esse diploma, fizemo-lo sabendo que corríamos o risco de, entre alguns atavismos e alguns velhos do Restelo, viria voz que assustaria os açorianos, que iam deixar de ter ligação direta de mercadorias a Lisboa.

Sabíamo-lo e não o tememos.

Eu pergunto a esses velhos do Restelo, se têm, neste momento, ligação direta a Lisboa? Não têm. Têm uma ligação que é feita através de Ponta Delgada ou da Praia da Vitória de um navio, que por acaso, também faz capotagem insular. São coisas bem diferentes.

Que fazem essas escalas com ineficiências tremendas. Que fazem essas escalas, muitas vezes até, sem eficácia, porque devido à sua dimensão, tem de cancelar. Têm de fazer viagens de forma irregular.

E por isso, por já andarmos por aí há algum tempo e, por inclusivamente termos ouvido agentes económicos, nos últimos dois anos, sabemos que essas ilhas não estão bem servidas, pese embora, alguns desses arautos da desgraça e velhos do Restelo entendam que elas são servidas por ligações diretas do Porto de Leixões ou do Porto de Lisboa às suas ilhas. Não há nada mais falso do que isso. Não há nada mais falso do que dizer a um cidadão, por exemplo, do Pico ou da Graciosa ou das Flores, que têm ligação direta a Lisboa.

E é por isso mesmo que muitos deles se queixam, que mandam contentor de grupagem do Pico com meia dúzia de paletes de vinho e que ele demora quase 15 dias e 3 semanas para chegar ao seu destino final. É precisamente por não existir uma ligação direta dessas ilhas a Lisboa ou a Leixões.

Também diz o Senhor Deputado José Ávila, Presidente da Comissão de Economia, que ...[impercetível] esse diploma e agora parece que era preciso baixar de novo para avaliar ainda melhor, que invocamos o acordo de incidência parlamentar no preâmbulo deste diploma.

Pois, invocamos o acordo de incidência parlamentar, por razões que não têm a ver com o transporte marítimo, porque em questões que têm a ver com o transporte marítimo, nomeadamente, o que invocamos, é aquilo que está no programa do XIII Governo Regional e que não é da nossa autoria, mas que aprovamos e estamos empenhados em fazê-lo cumprir.

Uma coisa normal em democracia parlamentar, uma coisa normal num quadro parlamentar, como aquele que temos.

Mas, vamos ainda mais longe, este diploma vai permitir que as ilhas mais pequenas, nomeadamente a ilha Graciosa, possa ter a saída de carga contentorizada semanalmente a partir dela, para a Praia da Vitória e esta carga chegar ao seu destino na mesma semana.

Hoje isto não é possível. Hoje isto não acontece e nós estivemos reunidos, ainda há pouco tempo, com a Cooperativa Vitivinícola, estivemos reunidos com a Associação de Agricultores e essa foi uma questão que nos foi colocada muito prementemente.

Senhor Deputado José Ávila, eu percebo a ideia de cavalgar o eleitorado, no sentido de dizer aqui d'El Rei, que não vão conseguir mandar mercadoria diretamente para Lisboa. Pois, Senhor Deputado José Ávila, temo dizer-lhe, ninguém manda mercadoria diretamente para Lisboa e estão todos a falhar e estão todos a queixar-se do transporte marítimo de mercadorias e, é por isso

mesmo, que este diploma vem revolucionar, ainda que de forma ínfima, mas vem revolucionar um pouco aquilo que é o paradigma do transporte marítimo de mercadorias nos Açores.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo: Devo dizer que esta iniciativa que a representação parlamentar da Iniciativa Liberal nos traz aqui hoje, obviamente, tem a inteligência de pegar naquilo que é o programa do Governo e condicionar, desde logo, aquilo que seria a posição dos partidos da coligação, porque obviamente, vai buscar aquilo que é um desígnio deste Governo, daquilo que este XIII Governo Regional se propôs a realizar e a conseguir, no fundo, na sua ação governativa, que é a agilizar o transporte de mercadorias inter-ilhas, não se transformando, o Governo, ele próprio, num armador e não indo o Governo Regional competir com o setor privado que já serve a região.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Setor este que também, como é dito no preâmbulo deste documento, já é um setor que tem condicionantes legais, mas que também tem o mérito de não ser um sistema financiado e que, por isso, tem servido os Açores e os açorianos até então e, não obstante, pode ser sempre melhorado e há aqui essa possibilidade.

Este diploma, obviamente, e compreendo que para o Senhor Deputado Nuno Barata seja irresistível ou que não consiga resistir ao ímpeto de tentar apresentar conclusões a um estudo que está a ser feito. Apresenta aqui as suas conclusões e eu percebo, tem a ver com a sua visão que tem divulgado amplamente, mas da parte do CDS, obviamente, nós continuamos à espera que o estudo venha

também a caucionar, eventualmente, quem sabe, também isto que está aqui escrito.

De qualquer das formas, nós vamos aguardar e não vamos fazer fé naquilo que o Senhor Deputado Nuno Barata aqui avança.

Não obstante, aquilo que é aqui avançado, obviamente, é uma conceção da Iniciativa Liberal, mas e centrando-nos naquilo que este diploma pretende resolver, que é efetivamente o mais importante, aí nós acompanhamos em toda a linha este diploma. Porquê? Porque consideramos que é muito importante que as empresas de tráfego local possam ter equipamentos robustos, capazes, adequados, que sejam mais eficientes para a operação nos portos da região e que possam até, em situações de emergência, como aquelas que nós vivemos recentemente, ser uma opção e uma possibilidade de dar resposta às diversas ilhas que possam ser fustigadas, como o caso das Flores e que, numa fase inicial, também houve empresas de tráfego local que acabaram por colmatar essas necessidades.

E para isso, é óbvio e está descrito no preâmbulo desta iniciativa, que é importante ter em conta a aquilo que foi a capacidade ou incapacidade ou inviabilidade, até, dos operadores de tráfego local procederem a determinados investimentos porque havia, efetivamente, esse fantasma, essa sombra de uma concorrência desleal, imposta pelo Governo Regional, enquanto setor público, e que poderia operar de forma desleal neste setor.

Nesse sentido, consideramos que é positivo, em primeiro lugar, aquilo que é a postura deste Governo desde o início, que é não se transformar num armador, não ir fazer uma concorrência desleal e, por outro lado, então este diploma vem aqui criar um mecanismo que possibilita auxiliar os empresários da região, operar no tráfego local, a poderem então robustecer as suas frotas e, com isso, também termos melhores serviços na Região.

E também falo especificamente de, por exemplo, da ilha de Santa Maria, que, tendo obviamente carga de frio, como todas as ilhas têm, mas que havendo eventualmente uma possibilidade de alterar a frota com navios mais modernos e com outro tipo de capacidade também para a carga de frio, pode, por exemplo, ver o escoamento da meloa, que é um produto que nós sabemos, para já, é um produto de valor acrescentado, mas que tem a dificuldade de não conseguir sair de Santa Maria em carga refrigerada, por indisponibilidade, muitas das vezes, outras vezes também por causa do custo, mas obviamente por causa de indisponibilidade. Isso pode permitir investimentos dos operadores de tráfego local que possa suprir essas faltas.

E, por isso, consideramos que este diploma vai no bom sentido, pese embora, também consideremos que seja necessário promover algumas alterações legislativas que permitam, por exemplo, transformar o tráfego local num tráfego arquipelágico e, por sua vez, também dar uma dinâmica diferente no tráfego de mercadorias inter-ilhas, mas que esperamos que isso também seja algo que o próprio estudo que foi encomendado pelo Governo Regional possa dar algumas respostas nesse sentido e que, por sua vez, se possa aqui, mudar o paradigma do transporte de mercadorias inter-ilhas que, sem dúvida, há premissas que nós também concordamos que é, não poder haver um aumento do custo das mercadorias nas diferentes ilhas do arquipélago. O tempo que, neste momento, é praticado na entrega nas diversas ilhas, também não pode ser ultrapassado, que são os tais sete dias que estão mencionados na própria lei de 2006 e que, por sua vez, consideramos que há uma série de premissas, mas isso ficou também plasmado quando foi a discussão para o próprio estudo e nesse diploma do CDS, que propunha este estudo do transporte marítimo, definimos aquilo que era não poder haver um retrocesso, face àquilo que era a situação atual.

Agora, pese embora, o preâmbulo fale de uma forma genérica e generalista sobre todo o transporte de mercadorias nas ilhas e o transporte insular,

obviamente, ele versa sobre aquilo que é o robustecimento das frotas insulares do tráfego local.

E, por isso, obviamente nós acompanhamos esta iniciativa porque consideramos que é uma forma de o Governo dar uma mostra clara que pretende que os que os operadores privados possam fazer investimentos com confiança. Porquê? Porque sabem que o Governo conta com eles para poderem continuar a prestar este serviço aos Açores e aos açorianos e, eventualmente, futuramente, que até possa ser abrangido e deixarmos de ter estas limitações que o tráfego local impõe e possamos passar a ter um tráfego arquipelágico. Não é sobre isto que isto versa, mas efetivamente naquilo que é os apoios que este sistema visa criar, o grupo parlamentar do CDS acompanha esta iniciativa e consideramos que concorre também para aquilo que são os objetivos desta coligação, deste Governo Regional e, por isso, obviamente, merece o nosso apoio.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Carlos Silva pede a palavra para?

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Para uma interpelação, Senhor Presidente.

Presidente: Faz favor, para uma interpelação tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Partido Socialista solicita um intervalo regimental de 30 minutos porque entregou propostas de alteração e, portanto, entendemos que é necessário tempo para que elas possam ser analisadas.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Atendendo ao nosso horário, vamos encerrar os nossos trabalhos por hoje.

Regressamos amanhã, às 10 horas.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Eram 19 horas e 32 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Lubélio de Fraga Mendonça

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

José Gabriel Freitas Eduardo

Partido Social Democrata (PSD)

Ricardo Beato Gomes Vieira

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão Alves

CORRESPONDÊNCIA DA SESSÃO PLENÁRIA DE 10 - 03 – 2023

1- Proposta de Lei:

Assunto: N.º 65/XV(ALRAM) – Novo Procedimento de Inclusão das Novas Substâncias Psicoativas na Lei de Combate à Droga – alteração ao decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro - Audição n.º 188/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2023 - 03 - 07

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2023 – 03 – 27.

2- Projeto de Decreto Legislativo Regional:

N.º 88/XII - <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjDLR088.pdf>

Assunto: Sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico de Atividades Sujeitas a Licenciamento das Câmaras Municipais na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: PSD/CDS-PP/PPM

Data de Entrada: 2023 – 03 – 08

Comissão: -----

COM PEDIDO DE URGÊNCIA

3- Projetos de Resolução:

N.º 152/XII - <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjR152.pdf>

Assunto: Prorrogação do prazo para apresentação do Relatório da Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia (CEAA)

Proveniência: PS/PSD/CDS-PP/BE/PPM/CH/IL/PAN

Data de Entrada: 2023 – 03 – 07

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 153/XII - <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjR153.pdf>

Assunto: Tornar as medidas "PROGRAMA MAIS" e "CREDITHAB" mais transparentes, mais justas e mais eficazes para as famílias e empresas açorianas

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2023 – 03 – 08

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

4- Petição:

N.º 50XII - http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIpeti637.pdf

Assunto: Em Defesa do Teatro Micaelense e dos seus trabalhadores

Proveniência: Maria Helena Martins do Carmo

Data de Entrada: 2023 – 03 – 06

Comissão: Assuntos Sociais

Limite de parecer: Em processo de admissão

5- Requerimentos:

Assunto: Capacidade máxima e distribuição de camas por ilha

Autores: António Lima e Vera Pires (BE)

Data de Entrada: 2023 – 03 – 06

Referência: 54.06.00 – N.º 580/XII; -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque580.pdf

Assunto: Obras de beneficiação no Instituto Açoriano de Cultura

Autores: António Lima e Vera Pires (BE)

Data de Entrada: 2023 – 03 – 07

Referência: 54.06.003– N.º 581/XII. -

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIreque581.pdf

6- Informações:

Assunto: AT/439/2023 a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que a Senhora Deputada Sandra Dias Faria passa a substituir o Senhor Deputado José Contento na composição da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com efeitos a partir de 6 de março de 2023, inclusive

Proveniência: Luís Rosa, Secretário do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2023 – 03 – 06;

Assunto: Correio eletrónico a acusar a receção e a agradecer a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o envio do Voto de Pesar pelo falecimento de Herberto Bettencourt Dart, aprovado por unanimidade no dia 19 de janeiro de 2023, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Carmina dos Santos Moniz Dart

Data de Entrada: 2023 – 03 – 07;

Assunto: Ofício ref.^a 1539/2023 a acusar a receção e a agradecer a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o envio do Voto de Protesto – Pela negligência da República perante as Forças de Segurança, aprovado no dia 18 de janeiro de 2023, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Vítor Escária, Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Primeiro-Ministro de Portugal

Data de Entrada: 2023 – 03 – 07;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, cópia da relação dos novos Corpos Sociais do Clube de Ténis do faial para o biénio 2023/2024

Proveniência: A Direção do CTF

Data de Entrada: 2023 – 03 – 07;

Assunto: Solicitação de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 88/XII (PSD/CDS-PP/PPM) - Sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico de Atividades Sujeitas a Licenciamento das Câmaras Municipais na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Catarina Cabeceiras, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2023 – 03 – 08;

Assunto: Solicitação de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 153/XII (PS) - Tornar as medidas "PROGRAMA MAIS" e "CREDITHAB" mais transparentes, mais justas e mais eficazes para as famílias e empresas açorianas

Proveniência: Vasco Alves Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2023 – 03 – 08;

Assunto: Ofício a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que foi proposta para Presidente do Conselho de Administração da LOTAÇOR – Serviço de Lotas dos Açores, S.A., a Dra. Sofia da Loura Inácio e a solicitar as diligências necessárias para o início do processo de audição para a indigitação

Proveniência: José Manuel Bolieiro, Presidente do Governo Regional dos Açores

Data de Entrada: 2023 – 03 – 08;

Assunto: Solicitação de substituição integral do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 74/XII (IL) – Cria o SIFROTA – Sistema de Incentivo à Renovação das Frotas dos Operadores de Tráfego Local da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Nuno Barata, Deputado da Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal (IL)

Data de Entrada: 2023 – 03 – 08;

Assunto: Solicitação para realização de uma sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral, no período legislativo de abril de 2023, que versará sobre políticas de desenvolvimento sustentável e crescimento socioeconómico da ilha do Faial

Proveniência: Nuno Barata, Deputado da Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal (IL)

Data de Entrada: 2023 – 03 – 08;

Assunto: Ofício a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que foi proposta para Presidente do Conselho de Administração da SATA Holding, S.A., a Dra. Teresa Mafalda Pais de Moura Gonçalves e a solicitar as diligências necessárias para o início do processo de audição para a indigitação

Proveniência: José Manuel Bolieiro, Presidente do Governo Regional dos Açores

Data de Entrada: 2023 – 03 – 09.

7- Relatórios:

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 563/XV (BE) - Altera o regime geral de proteção de denunciadores de infrações, que transpõe a Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União - Audição n.º 178/XII - AR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 03 – 07;

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 560/XV (PSD) - Consagra a possibilidade de opção pelo voto por correspondência, em alternativa ao voto presencial, aos eleitores residentes no estrangeiro nas eleições presidenciais e nas eleições europeias, procedendo à vigésima terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que regulamenta a eleição do Presidente da República, à sexta alteração à Lei n.º 14/87, de 29 de abril, que aprova a lei eleitoral para o Parlamento Europeu, e à sétima alteração ao regime jurídico do recenseamento eleitoral, aprovado pela Lei n.º 13/99, de 22 de março, e assegura a implementação, nas próximas eleições europeias, de um projeto-piloto não vinculativo de voto eletrónico não presencial destinado aos eleitores residentes no estrangeiro - Audição n.º 179/XII - AR

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2023 – 03 – 10.

8- Diários:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 94, 95 e 96 e as Separatas n.ºs 33/XII e 34/XII.

A redatora, Sara Azevedo